Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

CORRESPONDÊNCIA LIDAS EM SESSÃO 1996

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 578 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (019) 860-1321/860-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

OFÍCIO Nº 269/96-GPM Holambra, 29 de Novembro de 1996.

Senhor Presidente
Nobres Vereadores,

Em resposta ao Requerimento nº 20 de 18.11.96, que nos questiona sobre o Projeto de Lei nº 021/96, temos a informar o que segue:

Esta Administração não pode mensurar com exatidão o quanto deixará de arrecadar o Município com a isenção de loteamentos vulto, isto porque hoje, só possuímos uma aprovação da espécie, consistente no denominado Parque Residencial Groot.

Nesse caso o referido Loteamento já possui 167 lotes vendidos sendo 256 a vender portanto, incidirá em impostos ao compradores no valor de R$ 10.260,00 e deixando temporariamente de arrecadar R$ 31.636,80 até a venda efetiva.

Todovia, reiteramos que a isenção aos loteamentos se dá como incentivo ao crescimento do Município, bem como o aumento de habitações, para se eliminar o grande problema de Holambra que é o deficit habitacional, proporcionando aos habitantes de média e pequena renda, a aquisição de tais lotes em condições facilitadas.

Esperando termos atendido as expectativas, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO
No de Ordem 955
Fls No 27 Livro No 09
Data 02/12/96
SECRETÁRIA

Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
MD. Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

LIDO EM SESSÃO
DE
04/12/96
PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 578 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (019) 860-1321/860-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

OFÍCIO N° 270/96-GPM Holambra, 29 de Novembro de 1996.

Senhor Presidente
Nobres Vereadores,

Em resposta ao Requerimento n° 19 de 18.11.96, que nos questiona sobre o Loteamento Vila Holanda, temos a informar o que segue:

Em requerimento feito em 18.09.96, a firma Loteamento Jardim Morumbi S/C Ltda., solicitou o fechamento com alanbrado da área do Loteamento, visando com isso maior segurança para os moradores, mas a Prefeitura Municipal, apesar de não se opor ao fechamento, ainda não se manisfestou no processo em virtude de não existir nada em Lei Federal, Estadual ou Municipal, sobre Loteamentos Fechados, apesar de já existirem vários.

No caso do fechamento do Loteamento Jardim Holanda, a Prefeitura Municipal não se opõe nas seguintes condições:

a) desde que não prejudique as servidões existentes e futuras;
b) que todos os proprietários estejam de acordo com o fechamento;
c) que não haja ônus para a municipalidade no fechamento e manutenção da cerca;
d) seja instituido um condomínio para ratear as despesas do item c, acima;
e) seja apresentado um projeto do fechamento para uma aprovação prévia nesta Prefeitura;
f) que as áreas públicas dentro do Loteamento possam ser usufruidas por todos os moradores dos bairros vizinhos desde que identificados corretamente.

LIDO EM SESSÃO
DE
04/12/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 956
Fls No 27 Livro No 09
Data 02/12/96
SECRETÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 578 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (019) 860-1321/860-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

Frente ao crescimento do município, e na tentativa de previnir roubos e assaltos é que o Loteamento Jardim Holanda solicitou o seu fechamento, sem qualquer ônus para a municipalidade e preservando o direito de"ir e vir"de qualquer munícipe, que poderá transitar livremente dentro do mesmo.

Foram executadas todas as obras dentro do cronograma apresentado, menos uma "parte da Galeria de águas pluviais"que não foi executada uma vez que não depende exclusivamente do Loteamento, já que não é dele todo o acúmulo de água na Estrada, e por isso os lotes caucionados não foram liberados.

Esperando termos atendido as expectativas, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
MD. Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SÃO PAULO

São Paulo, 18 de novembro de 1996

RGL 7118/96

Of. nº 10074

Senhor Presidente

Requerimento nº 4055, de 29.10.96
Autor: Deputado Nabi Abi Chedid

Encaminho-lhe os inclusos avulsos do requerimento em epígrafe, apresentado a esta Assembléia Legislativa na data mencionada.

Atenciosamente,

Deputado LUIZ CARLOS DA SILVA
1º Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA - SP
mc

LIDO EM SESSÃO
DE
04/12/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 953
Fls. No 27 Livro No 09
Data 26/011/96
SECRETÁRIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SP

REQUERIMENTO Nº 4055 , DE 1 996

REQUEREMOS, nos termos regimentais desta Casa, a inserção na ata de nossos trabalhos, de um voto de congratulações com a população de HOLAMBRA, pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município, no dia 27 de outubro, dando-se ciência desta manifestação, às autoridades locais.

JUSTIFICATIVA

Tem a presente propositura, a finalidade de homenagear a população de Holambra, na data comemorativa de mais um aniversário da cidade.

Dotada de todos os melhoramentos públicos, congrega uma ativa e acolhedora população cuja operosidade, aliada à profícua administração municipal, garante à cidade um futuro dos mais promissores.

Justo pois, que esta Casa se confraternize com a população através desta homenagem.

Sala das Sessõesm em 29/10/96

a) NABI ABI CHEDID

mvm

CONFERIDO
Seção de Conf. e Autenticação
EM 31/10/1996
CONFERENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SP

REQUERIMENTO Nº 4055 , DE 1 996

REQUEREMOS, nos termos regimentais desta Casa, a inserção na ata de nossos trabalhos, de um voto de congratulações com a população de HOLAMBRA, pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município, no dia 27 de outubro, dando-se ciência desta manifestação, às autoridades locais.

JUSTIFICATIVA

Tem a presente propositura, a finalidade de homenagear a população de Holambra, na data comemorativa de mais um aniversário da cidade.

Dotada de todos os melhoramentos públicos, congrega uma ativa e acolhedora população cuja operosidade, aliada à profícua administração municipal, garante à cidade um futuro dos mais promissores.

Justo pois, que esta Casa se confraternize com a população através desta homenagem.

Sala das Sessõesm em 29/10/96

a) NABI ABI CHEDID

mvm

CONFERIDO
Seção de Conf. e Autenticação
EM 31/10/1996
CONFERENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SÃO PAULO

São Paulo, 18 de novembro de 1996

RGL 7115/96

Of. nº 10067

Senhor Presidente

Requerimento nº 4052, de 29.10.96
Autor: Deputado Edmir Chedid

Encaminho-lhe os inclusos avulsos do requerimento em epígrafe, apresentado a esta Assembléia Legislativa na data mencionada.

Atenciosamente,

Deputado LUIZ CARLOS DA SILVA
1º Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA - SP
mc

LIDO EM SESSÃO
DE
04/12/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 964
Fls Nº 27 Livro Nº 09
Data 25/11/96
SECRETARIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CONFERIDO
Seção de Conf e Autenticaç
EM 31 / 10 / 19
CONFERENTE

REQUERIMENTO Nº 4052, DE 1996

Requeiro nos termos regimentais, a inserção na ata de nossos trabalhos de um voto de congratulações com a população do Município de HOLAMBRA pela passagem de seu 4º aniversário, a ocorrer no próximo dia 27 de outubro de 1996.

Requeiro, outrossim que ao teor deste seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, às autoridades eclesiásticas e aos órgãos de imprensa local.

JUSTIFICATIVA

Celebra, o Município de HOLAMBRA, no dia 27 de outubro de 1996, o seu 4º Aniversário de Fundação.

O referido Município vem se destacando mais e mais a cada ano no cenário estadual, face à dedicação e labor de sua gente, e de seus Administradores, que não medem esforços para engrandecê-lo, em verdadeiro exemplo à população do Estado de São Paulo.

Mais do que ao município, simples referência geográfica, digno de inegáveis elogios, reverencie-se à sua gente, congratule-se os seus moradores, que o construiram e o mantém de forma ímpar e admirável.

Face ao exposto, este Deputado não poderia deixar de prestar justa homenagem ao encantador município e à sua inesquecível população.

Sala das Sessões, em 29.10.96

a) EDMIR CHEDID

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CONFERIDO
Seção de Conf. e Autenticaç
EM 31 / 10 / 19
CONFERENTE

REQUERIMENTO Nº 4052, DE 1996

Requeiro nos termos regimentais, a inserção na ata de nossos trabalhos de um voto de congratulações com a população do Município de HOLAMBRA pela passagem de seu 4º aniversário, a ocorrer no próximo dia 27 de outubro de 1996.

Requeiro, outrossim que ao teor deste seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, às autoridades eclesiásticas e aos órgãos de imprensa local.

JUSTIFICATIVA

Celebra, o Município de HOLAMBRA, no dia 27 de outubro de 1996, o seu 4º Aniversário de Fundação.

O referido Município vem se destacando mais e mais a cada ano no cenário estadual, face à dedicação e labor de sua gente, e de seus Administradores, que não medem esforços para engrandecê-lo, em verdadeiro exemplo à população do Estado de São Paulo.

Mais do que ao município, simples referência geográfica, digno de inegáveis elogios, reverencie-se à sua gente, congratule-se os seus moradores, que o construiram e o mantém de forma ímpar e admirável.

Face ao exposto, este Deputado não poderia deixar de prestar justa homenagem ao encantador município e à sua inesquecível população.

Sala das Sessões, em 29.10.96

a) EDMIR CHEDID

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

OF. ST-CG 1881/96 São Paulo, 18 de novembro de 1996

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício 150/96, endereçado ao Senhor Governador do Estado e encaminhado a esta Secretaria, através do Memo GGSP 37.328, comunica o DER que para execução de melhorias na Rodovia SP-107, no trecho entre a Rodovia SP-340 e Artur Nogueira, serão necessários recursos de R$ 2.260.000,00 - mês base: março/96.

A realização de tais serviços, considerados necessários e prioritários, depende da alocação de recursos orçamentários.

Renovamos, na oportunidade, protestos de elevada estima e distinta consideração.

THOMAZ DE AQUINO NOGUEIRA NETO
Chefe de Gabinete

Excelentíssimo Senhor
Doutor ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP

MAPP/lrts
cg1881.doc

PROTOCOLO
No de Ordem 948
Fls No 27 Livro No 09
Data 21 / 11 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
04/12/96
PRESIDENTE

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIVISÃO REGIONAL DE CAMPINAS - DR.1

OFC nº 118/96

Campinas, 12 de novembro de 1996.

Senhor Presidente:

Em atenção ao assunto versado na indicação nº 002/96, de autoria do nobre Vereador Valter Costella, encaminhado através do Ofício nº 048/96, de 21/03/96, levamos ao conhecimento de V.Excia., de ordem do Gabinete da Superintendência, que o recapeamento da Rodovia SP.107, entre Artur Nogueira e a SP.340, não consta da atual Programação do Departamento, tendo sido devidamente anotada pela Diretoria de Planejamento do DER.

Sendo o de momento, apresentamos a V.Excia. os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente.

Engº José Fernandes de Andrade
Diretor da DR.1

JLB/EPSR

LIDO EM SESSÃO
DE
20/11/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 946
Fls Nº 27 Livro Nº 09
Data 19/11/96
SECRETÁRIA

À
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
ANTONIO JOSE ESPERANÇA
DD.Presidente da Câmara.

Av. Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300 - Jardim Santana - Campinas - CEP 13089-530

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

OFÍCIO Nº 155/96

Holambra, 07 de novembro de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de outubro e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 5º bimestre de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
13/11/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE AO MÊS DE.....OUTUBRO...../19.....96.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	140.474,48	34.500,00	174.974,48	519.250,00	-0-	519.250,00	344.275,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	140.474,48	34.500,00	174.974,48	519.250,00	-0-	519.250,00	344.275,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	4.434,81	1.940,65	6.375,46				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	970,74	263,10	1.233,84				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.931,07	2.203,75	30.134,82				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			205.109,30				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe da Divisão de Contadoria
CRC 1SP146778/O-9

Holambra, 31 de outubro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....OUTUBRO...../1996.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

(EM R$1,00

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL	ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	115.221,87	12.655,56	127.877,43	102.588,74	25.288,69	127.877,43	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	117.122,57
3113	Obrigações Patronais	1.089,80	144,03	1.233,83	970,73	119,07	1.089,80	144,03	6.000,00	-0-	6.000,00	4.766,17
3120	Material de Consumo	3.563,20	55,26	3.618,46	3.563,20	55,26	3.618,46	-0-	12.000,00	-0-	12.000,00	8.381,54
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	10.362,27	1.172,98	11.535,25	9.189,29	1.172,98	10.362,27	1.172,98	22.000,00	-0-	22.000,00	10.464,75
3132	Outros Serviços e Encargos	26.537,02	6.830,39	33.367,41	20.631,97	7.141,78	27.773,75	5.593,66	42.000,00	-0-	42.000,00	8.632,59
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	24,21	2,85	27,06	21,36	5,70	27,06	-0-	250,00	-0-	250,00	222,94
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	2.687,00	-0-	2.687,00	2.687,00	-0-	2.687,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	37.313,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	159.659,15	20.861,07	180.520,22	139.826,07	33.783,48	173.609,55	6.910,67	519.250,00	-0-	519.250,00	338.729,78
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	4.434,81	1.940,65	6.375,46	4.400,06	1.975,40	6.375,46	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	970,74	263,10	1.233,84	970,74	119,07	1.089,81	144,03				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.931,07	2.203,75	30.134,82	27.896,32	2.094,47	29.990,79	144,03				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						1.508,96					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						205.109,30					

VEREADOR ANTONIO JOSE ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de outubro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

REFERENTE 5º BIMESTRE DE 199 6 .

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da Câmara Municipal de Holambra, nos termos do artigo 74- L.O.M. Holambra. (EM R$1,00)

RECEITA ARRECADADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			DESPESAS CORRENTES		
Duodécimos do Exercício	39.000,00	174.974,48	Pessoal e Reflexos	25.557,49	129.138,32
Duodécimos Exerc. Anterior	-0-	-0-	Material de Consumo	55,26	3.618,46
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	11.998,32	44.902,66
			Diversas Despesas de Custeio	-0-	173,78
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	37.611,07	177.833,22
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Eqptos. e Mat. Permanente	-0-	2.687,00
			Outras Desp. de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	39.000,00	174.974,48	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	-0-	2.687,00
RECEITA GERAL	39.000,00	174.974,48	DESPESA GERAL	37.611,07	180.520,22
Déficit Verificado	-0-	5.545,74	Superávit Verificado	1.388,93	-0-
TOTAL GERAL	39.000,00	180.520,22	TOTAL GERAL	39.000,00	180.520,22

Holambra, 31 de outubro de 199 6 .

LUIZ CARLOS DE CAMPOS

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Ofício Nº 170/96

Holambra, 06 de novembro de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexas, cópias dos balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de novembro de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

LIDO EM SESSÃO
DE
11/12/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE AO MÊS DE.....NOVEMBRO...../19.96.....

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO INICIAL	ACRÉSCIMO VERIFICADO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL				
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	174.974,48	19.500,00	194.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	324.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	174.974,48	19.500,00	194.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	324.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	6.375,46	138,97	6.514,43				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	1.233,84	164,56	1.398,40				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	99,79	99,79				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	30.134,82	403,32	30.538,14				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			225.012,62				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 30 de novembro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE....NOVEMBRO..../1996.

(EM R$1,00)

COD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL	ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	127.877,43	12.722,24	140.599,67	127.877,43	12.722,24	140.599,67	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	104.400,33
3113	Obrigações Patronais	1.233,83	164,56	1.398,39	1.089,80	144,03	1.233,83	164,56	6.000,00	-0-	6.000,00	4.601,61
3120	Material de Consumo	3.618,46	-0-	3.618,46	3.618,46	-0-	3.618,46	-0-	12.000,00	-0-	12.000,00	8.381,54
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	11.535,25	1.223,73	12.758,98	10.362,27	1.223,73	11.586,00	1.172,98	22.000,00	-0-	22.000,00	9.241,02
3132	Outros Serviços e Encargos	33.367,41	2.786,22	36.153,63	27.773,75	3.760,83	31.534,58	4.619,05	42.000,00	-0-	42.000,00	5.846,37
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	27,06	1,90	28,96	27,06	1,90	28,96	-0-	250,00	-0-	250,00	221,04
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	2.687,00	-0-	2.687,00	2.687,00	-0-	2.687,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	37.313,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	180.520,22	16.898,65	197.418,87	173.609,55	17.852,73	191.462,28	5.956,59	519.250,00	-0-	519.250,00	321.831,13
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	6.375,46	138,97	6.514,43	6.375,46	-0-	6.375,46	138,97				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	1.233,84	164,56	1.398,40	1.089,81	144,03	1.233,84	164,56				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	99,79	99,79	-0-	99,79	99,79	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	30.134,82	403,32	30.538,14	29.990,79	243,82	30.234,61	303,53				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						3.315,73					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						225.012,62					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 30 de novembro de 1996.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CÂMARA MUNICIPAL

RUA ANTONINA JUNQUEIRA, 195-A - CAIXA POSTAL 148
Fones: (019) 633-4111 - Presidência e FAX
(019) 633-4030 - 633-4203
13.870-000 - SÃO JOÃO DA BOA VISTA - Estado de São Paulo

Ofício nº 0328/96

05 de novembro de 1996.

Senhor Presidente,

Passo às suas mãos a íntegra do Requerimento nº 0243/96, de autoria do Vereador **AMAURI MORENO QUINZANI**, subscrito pelos Edis Alexandre J. P. Poveda, Faustino Sibin Filho, Nelson Venarusso, Lucas Octavio de Souza, Marco Antonio de Souza, Rudney Fracaro, Valter Peres Franco e por esta Presidência; aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 04 de novembro deste ano:

REQUERIMENTO Nº 0243/96

REQUEIRO à Casa, após ouvido o Plenário, que se oficie à todas as Câmaras Municipais das capitais do País, bem como à todas as cidades do Estado de São Paulo, solicitando o importante apoio das mesmas junto ao Congresso Nacional, para que seja alterado o item I do artigo 28 da lei 8.906, do Estatuto dos Advogados, onde dispõe que advogados não podem participar de cargos na Mesa Diretora de Câmaras Municipais, cópia anexa.

Esta norma discrimina toda esta categoria de profissionais, sendo que as deliberações da Câmara em nada caracteriza incompatibilidade com os cargos na Mesa Diretora do Poder Legislativo.

A meu ver a atividade de vereador pouco se diferencia das funções dos Membros da Mesa Diretora, uma vez que existem cláusulas de impedimento - sem distinção de classe profissional - para deliberações.

Assim, ciente dos deveres para com a coletividade e, disposto a exercer a advocacia com o rigor de sempre, é inconcebível sermos tolhidos de assumir obrigações políticas e administrativas frente ao Legislativo Municipal.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 04 de novembro de 1996.

Atenciosamente,

OVIDIO CARLOS MARTINS
PRESIDENTE

jaf/

LIDO EM SESSÃO
DE
13/11/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 924.
Fls No 26 Livro No 09
Data 07/11/96
SECRETÁRIA

privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

§ 1º - A execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier.

§ 2º - No hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado, os honorários de sucumbência, proporcionais ao trabalho realizado, são recebidos por seus sucessores ou representantes legais.

§ 3º - É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência.

§ 4º - O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.

Art. 25 - Prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo:

I - do vencimento do contrato, se houver;
II - do trânsito em julgado da decisão que os fixar;
III - da ultimação do serviço extrajudicial;
IV - da desistência ou transação;
V - da renúncia ou revogação do mandato.

Art. 26 - O advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

CAPÍTULO VII
DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Art. 27 - A incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia.

Art. 28 - A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:
I - chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais;
II - membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de

deliberação coletiva da administração pública direta ou indireta;
III - ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público;
IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;
V- ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza;
VI - militares de qualquer natureza, na ativa;
VII - ocupantes de cargos ou funções que tenham, competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais;
VIII - ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

§ 1º - A incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente.

§ 2º - Não se incluem nas hipóteses do inciso III os que não detenham poder de decisão relevante

sobre interesses de terceiro, a juízo do Conselho competente da OAB, bem como a administração acadêmica diretamente relacionada ao magistério jurídico.

Art. 29 - Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.

Art. 30 - São impedidos de exercer a advocacia:
I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;
II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Parágrafo único - Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
(BERÇO DA AMIZADE)
Rua : Expedicionários Nº 467 - CEP 13.160-000 - Fone DDD (019) 877-1097
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

24 de outubro de 1996.

Of.nº.278 - Secr.
Assunto: **Envia Moção.**

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para encaminhar-lhe cópia da Moção nº.60/96, de autoria do Vereador Reinaldo Amélio Tagliari, que "Manifesta Congratulações e aplausos ao Município de Holambra".

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhes os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

VEREADOR JOÃO CANTARELLI
Presidente da Câmara Municipal

Ao
Exmo.Sr.
Antonio José Esperança
MD.Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

LIDO EM SESSÃO
DE
06/12/96
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua : Expedicionários Nº 467 - CEP 13.160-000 - Fone DDD (019) 877-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

MOÇÃO Nº.60/96

"MANIFESTA CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA".

Apresentamos para deliberação dos nobres pares,a presente "MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS" ao Município de Holambra pelo transcurso do 4° aniversário da sua emancipação no próximo dia 27 do corrente mês.

Com efeito, Holambra,cuja comunidade originou-se da fundação da Cooperativa Agro-Pecuária, hoje caracteriza-se como um dos municípios que mais se desenvolve nesta região.

Conhecido nacional e internacionalmente pela sua produção, especialmente de flores, é em Holambra que se realiza uma das maiores festas da primavera do nosso país: a Expoflora.

Por tudo isto, é com orgulho que falando em nome dos munícipes de Artur Nogueira, que também muito colaborou para a Holambra de hoje, desde que foi um dos seus municípios-mãe, cumprimentamos Holambra pelo transcurso de seu 4° aniversário.

Que seja dado ciência desta ao Excelentíssimo Senhor Celso Capato, MD.Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Antonio José Esperança,MD.Presidente da Câmara Municipal, extensivo aos Senhores Vereadores.

Sala das Sessão "Vereador Raul Grosso", em 14 de outubro de 1.996.

VEREADOR REINALDO AMÉLIO TAGLIARI - MELINHO

PROTOCOLO
Nº de Ordem 5677
Fls. nº 143 Livro nº 02
Data da entrada 16 de
outubro de 1996
(RESPONSÁVEL)

1

Câmara Municipal de - S.P. - Artur Nogueira

Aprovada a presente Moção por unanimidade em Sessão Ordinária do dia 23 de outubro de 1.996.

VEREADOR JOÃO CANTARELLI
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Artur Nogueira

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua Expedicionários, 467 - CEP 13.160.000 - Fone DDD (0192) 77-1097
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

BRASIL CORREIOS 1º PORTE NACIONAL SÉRIE A

Ao
Exmo.Sr.
Antonio José Esperança
MD.Presidente da Câmara Municipal
Alameda Maurício de Nassau, s/n
Holambra - SP
13825-000

ARTUR NOGUEIRA SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Gabinete do Presidente
Telefone PABX 232-0633 - DDD (016) - FAX 222-0872
Palacete São Bento - Rua São Bento, 887
14801-300 - **ARARAQUARA** - SP

Circular nº 10/96 Araraquara, 22 de outubro de 1996.

Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Atendendo ao deliberado do Plenário, desta edilidade, vimos através do presente encaminhar a Vossa Excelência, para as providências necessárias e solicitar apoio ao Requerimento nº 0885/96, abaixo transcrito, de autoria do Vereador e 1º Secretário Elias Damus, aprovado em sessão ordinária do dia 21 do corrente mês:

"REQUERIMENTO Nº 0885/96

DESPACHO:
APROVADO.
Araraquara, 21/10/1996

(a) GILDO MERLOS
Presidente

Requeiro à Mesa, satisfeitas as formalidades regimentais, seja oficiado aos Exmos.Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal, bem como, aos Líderes das Bancadas dos Partidos Políticos, com assento nas referidas Corporações, solicitando-lhes procederem estudos, no sentido de ser apresentada Emenda Constitucional, alterando a redação do artigo 45, da Constituição Federal de 1988, de modo a substituir pelo sistema MAJORITÁRIO, o atual sistema proporcional adotado para a composição de representantes do povo nas Casas Legislativas, pois a aplicação dessa proporcionalidade vem alijando os pequenos partidos, que embora muitos de seus candidatos obtenham alta votação, não conseguem eleger-se em virtude de não conseguirem o quociente eleitoral.

Requeiro mais, que cópias desta proposição sejam enviadas à todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando-lhes apoio à medida aqui preconizada.

Sala de sessões, 16 de outubro de 1996.

ELIAS DAMUS
Vereador e 1º Secretário."

Prevalecemo-nos do ensejo para apresentar-lhe os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

GILDO MERLOS
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
06/11/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 917
Fls No 26 Livro No 09
Data 25/10/96
SECRETÁRIA

Agradecimentos

• Ao nosso Supremo Deus
que nos proporcionou
tão excelente
oportunidade.

• Aqueles que contribuiram
para o nosso êxito.

• Aos mestres que através
da arte de ensinar
nos transmitiram valiosos
conhecimentos.

• Aos pastores, familiares e
amigos que nos apoiaram
com suas orações
e incentivos.

• A todos abraçamos ao
fim da jornada, com
profundo sentimento de
gratidão dedicando-lhes
nossos méritos.

• Ao IBICAMP •
porta do saber
aberta por Deus.

Convite

IBICAMP
INSTITUTO BÍBLICO DE CAMPINAS

LIDO EM SESSÃO
DE
20/11/96
PRESIDENTE

Os formandos de 1996, a
Diretoria e Corpo
docente do
Instituto Bíblico de
Campinas,
sentir-se-ão honrados
com a
presença de V. Sa. e Exma.
Família às solenidades
de formatura com culto
em Ação
de Graças e entrega de
Diploma
do Curso Básico em Teologia
da 11ª Turma de Formandos,
que será levado a efeito no
dia 30 de Novembro de
1996
sábado, às 19:30 horas, na
Igreja Pedra Viva
Av. das Amoreiras, 4.309
Jd. Santa Amália
(Próximo ao Tancredão)
em Campinas

Tema

" Clama a mim, e
responder-te-ei,
e anunciar-te-ei
cousas grandes e firmes
que não sabes. "
Jr 33:3

Incentivo

" Tu a quem tomei
desde os fins da terra,
e te chamei dentre os
seus mais excelentes,
e te disse: Tu és o
meu servo, a ti te escolhi
e não te rejeitei. "
Is 41:9

Orador da Turma

Clenio Pedro Casarin

Orador Oficial

Pr. Terrence Bernhard Johnson

Corpo Docente

Presidente

Pr. T. B. Johnson

Adriano Damasio
Alberto Santini
Pr. Aparecido Benedito Ferreira
Bolvio Gonçalves Assumpção Jr.
Pr. Edson Alves Agostinho
Pr. Erico Graudin Silva
Pr. Francisco de Assis F. da Silva
Geni da Silva
Izildinha Maccione
Pr. Jorge Oliveira do Valle
Pr. Luis Fernando da Silva
Paulo Nunes da Silva
Pr. Randal Walker

Formandos Curso Básico

Ana Lúcia Monção Olivieri
Andreas Adrianus A. Graat
Angela Ferreira Cruz Manhães
Carlos Azevedo
Carlos Magno Barreto de Oliveira
Carlos Roberto da Silva
Carlos Roberto Sanita
Clenio Pedro Casarin
Daniel Ribeiro
Diva do Amaral Furlan
Ederaldo José Vicente
Edlucy Gomes de Alcântara
Etiene Jane de Melo
Eugenio Cesar de Bernardi
Gláucio Domingos Morais
Hadley Ferreira Faria
Iracema de Oliveira
Isolete Aparecida da Costa
João Batista Guimarães
José Carlos Alves
Justino Laurentino
Maria Bernadete Maciel Neves
Maria Garcez
Maria José Lopes da Silva Santana
Maria José Maciel Pilatti

Moacyr Pereira de Carvalho
Nilza Cristina Marchetti Bérgamo
Odair Stoppa
Onicea Tais Ribeiro de Campos
Regina Maura Martins
Rita de Fátima Oliveira Guimarães
Rosana Cristina Phelippe
Saulo Tadeu Pinheiro
Sidney Camparini
Silvana Aparecida de A. da Fonseca
Solange Sabino Coelho da Silva
Valdemir Bérgamo
Viviane Luiz

Formandos Curso Medio

Amarildo Batista Dias
Carmen Alice Leal Pereira
Dejanira de Oliveira
Edileuza Alves Cremasco
Elizabeth Korber
Inaldo Machado da Silva
Isabel Celisca Gonçalves
Laurinda Gonçalves dos Santos
Luis Fernando da Silva
Maria Aparecida Domingos
Mary Lucy C. Neves
Valdemir Santos de Morais
Vera Mirian Barbosa Azevedo

Compromisso

Prometo exercer o meu
Sagrado ministério,
com humildade e amor,
pregando sempre o
Santo Nome de Jesus,
com a minha vida,
onde quer que o
Senhor me envie.

Prometo defender e
proclamar sempre o
preceito divino, a
justificação pela fé,
o sacerdócio universal
de todos os crentes,
a mensagem da salvação
"sem a qual ninguém
verá o Senhor", a
infalibilidade da Bíblia,
como única regra de
fé e prática.

ANDRÉ GRAAT

Formando

Formatura 1976

"PALÁCIO 30 DE NOVEMBRO"

A Câmara Municipal de Cosmópolis convida Vossa Senhoria a participar da *Sessão Solene* em comemoração aos 52 anos de Emancipação Politico-Administrativa do Município de Cosmópolis, a ser realizada no dia 29 de Novembro de 1996, às 20 horas, no prédio da Câmara Municipal.

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 11 / 96
PRESIDENTE

Vicente Aparecido Galatti
Presidente

José Anselmo Tescari
1º Secretário

Augusto José Silva Cardozo
2º Secretário



COSMÓPOLIS
14 NOV 96
SP

COSMÓPOLIS
14 NOV
SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ROTA DOS IMIGRANTES, S/Nº

CAIXA POSTAL 94

CEP. 13.825.000 - HOLAMBRA - SP



Fotos: Nilton Gomes

Recinto da FECAPI/FAIPI

15 a 24 de novembro/96

A FECAPI-FAIPI - Festa do Café e Feira Agropecuária e Industrial de Piraju constituiu-se na maior programação anual do Município, que cresce a cada ano, sem, contudo, perder as raízes que lhe deram origem.

A primeira Festa do Café de Piraju foi realizada no período de 4 a 8 de setembro de 1968 tendo como idealizador o inesquecível Sr. Gilberto Polenghi, agricultor e grande historiador do Município. A partir de 1980 a FAIPI - Feira Agropecuária e Industrial de Piraju foi incorporada à FECAPI, passando a ser realizadas simultaneamente Já em recinto próprio, à margem do Rio Paranapanema

Piraju foi contemplada pela natureza com recantos naturais e paisagísticos de rara beleza, despertando sua vocação para o turismo.

Venha nos visitar, serão 10 dias de palestras, leilões, shows, muita animação e bons negócios.

"PIRAJU - CIDADE DE VALES E REPRESAS"

José Geraldo Pansanato
PREFEITO MUNICIPAL

Sérgio Garcia
PRESIDENTE FECAPI/FAIPI

PROGRAMAÇÃO

DIA 15 (SEXTA-FEIRA)

08:00 HS. Curso de Tratorista-SENAR
Instrutor José Eduardo de Andrade
14:00 HS. Abertura oficial, com a presença do excelentíssimo prefeito municipal, senhor José Geraldo Pansanato, autoridades municipais, regionais, estaduais e federais, abrilhantada pela Banda Marcial Infanto Juvenil de Piraju.
21:00 HS. Show artístico com Maurício e Mauri

DIA 16 (SABADO)

08:00 HS. Curso de Tratorista-SENAR
Instrutor José Eduardo de Andrade
21:00 HS. Show artístico com Marcelo Augusto
23:00 HS. Eleição da Rainha do Café/96
Local: Iate Clube de Piraju
Conjunto: R G Banda Show

DIA 17 (DOMINGO)

08:00 HS. Curso de Tratorista-SENAR
Instrutor José Eduardo de Andrade
09:00 HS Realização da XIV Cavalgada, com saída do trevo de Piraju/SP
(participação especial Tropa Encanto)
14:00 HS. Sorteio carro - UNO MILE SX 97 0 KM
Local: Recinto FECAPI-FAIPI
21:00 HS. Show artístico com
Jair Supercap Show

DIA 18 (SEGUNDA-FEIRA)

08:00 HS. Curso de Agrotóxico - SENAR
Instrutores - José Eduardo de Andrade e Fernando José Levatti
19:00 HS. Rui Bonini - Palestra: Aspecto da Cafeicultura Moderna
19:00 HS. Abertura oficial do Rodeio
Tropa: Dominguinho de Fartura
Locutor: Gauchito
20:00 HS. Banda Conexão
21:00 HS. Show artístico com Banana Split

DIA 19 (TERÇA-FEIRA)

08:00 HS. Curso de Agrotóxico - SENAR
Instrutores - José Eduardo de Andrade e Fernando José Levatti
08:00 HS. Julgamento de Equinos Mangalarga
19:00 HS. Paulo Takasaki - Palestra: Hidroponia
19:00 HS. Rodeio
21:00 HS. Show com Banda Cheiro da Bahia

DIA 20 (QUARTA-FEIRA)

08:00 HS. Curso de Plasticultura - SENAR
Instrutor - Fernando José Levatti
19:00 HS. Eryosuke Kavati - Palestra: Abacaticultura
19:00 HS. Rodeio
20:00 HS. Banda Conexão
20:30 HS. Joaquim Franco - Palestra: Fruticultura Temperada
21:00 HS. Show com Teodoro e Sampaio

DIA 21 (QUINTA-FEIRA)

08:00 HS. Curso de Plasticultura - SENAR
Instrutor - Fernando José Levatti
19:00 HS. Luiz Carlos Fazuoli - Palestra: Cultivares Café
19:00 HS. Encerramento do Rodeio
Apresentação do garoto Zenni de 9 anos
Show Moto/Cavalo e Arcos de Fogo

DIA 22 (SEXTA-FEIRA)

19:00 HS. Asgrow - Carlos Alberto martins Tavares
21:00 HS. Show com Sula Miranda

DIA 23 (SÁBADO)

14:00 HS. Leilão de Gado Geral (Reprodutores e Matrizes de todas as raças) e na sequência Leilão de Equinos de todas as raças)
19:00 HS. Prêmio aos Cafeicultores e Produtores Rurais
21:00 HS. Show com Só Pra Contrariar
23:00 HS. Baile de Coroação da Rainha do Café/96
Local: Iate Clube de Piraju - Banda Fonte Luminosa

DIA 24 (DOMINGO)

14:00 HS. Sorteio de carro Corsa Wind 1.0 97 0 Km
Local: Recinto FECAPI/FAIPI
21:00 HS. Show com Banda Expresso Super Som

Além da programação acima, o evento contará com exposições de bovinos, equinos, pavilhões da Indústria e Comércio, exposições culturais, lanchonetes, restaurante, Morenos Parque, Pavilhão da Coopanema, exposição de hortifrutigranjeiros, participação do SENAR, realização de Cursos e Palestras promovido pelo Sindicato Rural de Piraju,Casa da Agricultura de Piraju, Associação dos Plasticultores de Piraju (A.PPI), Promoção do Sindicato Rural de Piraju e Show Pirotécnico

LEILÕES

DIA 23 (SÁBADO)

14:00 HS. Leilão de Gado Geral (Reprodutores e Matrizes de todas as raças) e na sequência Leilão de Equinos de todas as raças)

PROGRAMA

COMERCIALIZACÃO DE ANIMAIS LTDA.
Estrada Marília - Porto Ferrão, Km 06
Cx. Postal 654 - Fone: (014) 433-1467
CEP 17500-970 - Marília-SP

Promoção:

PREFEITURA MUNICIPAL

Apoio:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PIRAJU

SINDICATO RURAL DE PIRAJU

CHEVROLET

PROESTE
Comércio e Importação Ltda

CONCESSIONÁRIAS FIAT Automóveis s.a.

FRALETTI
Veículos e Peças Ltda

BRADESCO

ANTARCTICA



PIRAJU 96

XXI FECAPI
XVII FAIPI

PREFEITURA MUNICIPAL

Piraju, Outubro de 1996.-

PREZADO SENHOR:-

Com os nossos cumprimentos, temos a elevada honra de convidar Vossa Senhoria para participar das solenidades de abertura oficial da XXI FECAPI - FESTA DO CAFÉ e XVII FAIPI - FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE PIRAJU, dia 15 de Novembro próximo, às 14,00 horas, no Centro de Fomento Turístico, Agropecuário e Industrial de Piraju.

Contando com a honrosa presença de Vossa Senhoria para maior brilhantismo do evento, antecipamos-lhe os nossos sinceros agradecimentos, ao mesmo tempo em que reiteramos-lhe as expressões do nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

José Geraldo Pansanato
PREFEITO MUNICIPAL

Sérgio Garcia
PRESIDENTE FECAPI/FAIPI

PROTOCOLO
No de Ordem 905
Fls No 26 Livro No 09
Data 15 / 10 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
16 / 10 / 96
PRESIDENTE

EXMOS. SRS.
PRESIDENTE E VEREADORES À CÂMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA - SP

FEIRA DE CIÊNCIAS

E.E.P.S.G.
IBRANTINA
CARDONA



ABERTURA
17 DE
OUTUBRO
ÀS 19:00

Ã

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Os alunos, professores, funcionários e direção da EEPSG."IBRANTINA CARDONA",têm o prazer de convidá-lo a partici - par da abertura de nossa "Feira de Ciências" que se realizará na cidade de Holambra, no dia 17/10/96 a partir das 19:00 horas.

Ficaremos honrados com a sua presença.

Elcio de Marcondes Vieira
R.G. 6.885.930 Reg. MEC 11.020/94
Diretor de Escola

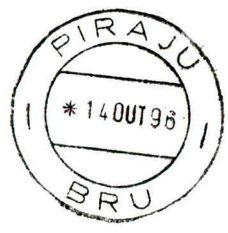
FESTA DO CAFÉ DE PIRAJU

FEIRA AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL DE PIRAJU

Recinto próprio às margens do Rio Paranapanema

EXCELENTISSIMOS SENHORES
PRESIDENTE E VEREADORES À CAMARA MUNICIPAL
DE HOLAMBRA
HOLAMBRA SP
13825-000







Praça Ataliba Leonel, 173 - Fone: (0143) PABX 51-3100 - FAX: 51-1203 - CEP 18.800-000 - PIRAJU - São Paulo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
EDMIR CHEDID

São Paulo, 10 de Outubro de 1996.

Of. Gab. n.° 1465/96 - lpx

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia de Requerimento, congratulando-me com querida população de Holambra.

Certo de que Vossa Excelência embuído de um espírito empreendedor, de tudo fará para transmitir à população de Holambra, os meus fraternos e efusivos votos de felicidades e próspero desenvolvimento, aproveitando-me do ensejo para colocar o meu Gabinete a sua inteira disposição.

Atenciosamente,

EDMIR CHEDID
Deputado Estadual

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 11 / 96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 920
Fls. N.o 26 Livro N.o 09
Data 04 / 11 / 96
SECRETÁRIA

Exmo. Sr.
Antonio José Esperança
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
EDMIR CHEDID

REQUERIMENTO N.º

Requeiro nos termos regimentais, a inserção na ata de nossos trabalhos de um voto de congratulações com a população do Município de HOLAMBRA pela passagem de seu 4º aniversário, a ocorrer no próximo dia 27 de Outubro de 1996.

Requeiro, outrossim que ao teor deste seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, ao Presidente de Câmara Municipal, às autoridades eclesiásticas e aos órgãos de imprensa local.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 0234,38 29 OUT 96

JUSTIFICATIVA

Celebra, o Município de HOLAMBRA, no dia 27 de Outubro de 1996, o seu 4º Aniversário de Fundação.

O referido Município vem se destacando mais e mais a cada ano no cenário estadual, face à dedicação e labor de sua gente, e de seus Administradores, que não medem esforços para engrandecê-lo, em verdadeiro exemplo à população do Estado de São Paulo.

Mais do que ao município, simples referência geográfica, digno de inegáveis elogios, reverencie-se à sua gente, congratule-se os seus moradores, que o construiram e o mantém de forma ímpar e admirável.

Face ao exposto, este Deputado não poderia deixar de prestar justa homenagem ao encantador município e à sua inesquecível população.

a) EDMIR CHEDID

Câmara Municipal de São Paulo

Presidência D.T.7 - Leg.2

Ofício Nº 002336/96 São Paulo, 09 de outubro de 1996.

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de São Paulo congratula-se com a população e autoridades desse Município pelo aniversário de sua fundação.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração.

BRASIL VITTA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
16/10/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 904
Fls. No 26 Livro No 02
Data 14/10/96
SECRETÁRIA

Ao Exmo. Sr. Antonio José Esperança
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA
13825-000 - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim, em 08 de outubro de 1996

OF. Nº 341/96
Ao
EXMO. SR. ANTONIO JOSE ESPERANCA,
DD. PRESIDENTE DA
CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar as mãos de V. Sa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 324/96**, de autoria do nobre Edil **DR.JOSÉ WAGNER PAPINI**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 07 de outubro de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Sa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
11/10/96
PRESIDENTE

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

PROTOCOLO
Nº de Ordem 910
Fls Nº 26 Livro Nº 09
Data 17/10/96
SECRETÁRIA

REQUERIMENTO Nº 324 , DE 1996

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Nada mais oportuno, embora antigo, do que lembrar que a saúde não é a ausência de doença e sim o perfeito bem-estar bio-psico-social;

Embora, ainda reducionista, esse conceito longe do ideal nos permite entender que a saúde é o resultado de uma boa assistência médico-sanitária mais condições dignas de vida.

Há necessidade de uma política de valorização dos recursos humanos, com cursos de capacitação e reciclagem, assim como a definição de um plano de cargos, carreira e salários.

Em 15 de junho último, o projeto que fixava o Piso Nacional para Médicos e Dentistas em R$ 1.337,32 foi aprovado por unanimidade pelo Congresso e Senado Nacional, mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso reservou à classe médica apenas "o sinto muito" e disse que "a contribuição mais consequente que o Governo Federal pode prestar à valorização dos profissionais e à melhoria dos serviços é a busca de alternativas para o adequado financiamento do Sistema Único de Saúde e para melhoria de sua gestão".

A decisão de FHC foi baseada no relatório do Ministro do Trabalho, que afirmou que nenhuma categoria tem piso nacional fixado e que os pisos devem ser negociados em acordos coletivos.

Há de se colocar que durante a mobilização da classe médica pela implantação do piso, o Ministro do Trabalho, sequer recebeu os médicos para discutir o assunto.

Insensibilidade. Descaso. Desrespeito. Mas o que é fato, é que o Piso Nacional foi vetado pelo Presidente FHC.

A vontade dos Deputados e Senadores foi desrespeitada. A mobilização e a cobrança continuam. E a expectativa é que o Congresso faça valer sua vontade, uma vez que o piso já foi aprovado anteriormente nas duas casas legislativas.

Diante do exposto, Requeiro à Mesa, satisfeitas as formalidades regimentais de estilo, que seja oficializado ao **PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EXCELENTÍSSIMO SENHOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** e ao **MINISTRO DO TABALHO, EXCELENTÍSSIMO SENHOR PAULO PAIVA**, uma moção de repúdio ao veto do Piso Nacional para Médicos e Dentistas.

Requeiro ainda, que do decidido por esta Casa de Leis, seja dada ciência através de ofício aos **Ilustríssimos Senhores Doutores Ivan Paiva Mesquita, Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Antônio Celso Nunes Nassif, Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Pedro Henrique Silveira, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), Eleuzes Vieira de Paiva, Presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), Tito Cesar dos Santos Ney, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (SIMESP)** e **Hugo Sampaio, Presidente dos Sindicatos dos Médicos de Campinas e Região (SINDIMÉDICOS)**, para que apoiem a propositura acima.

Requeiro também, que seja dada ciência através de ofício à dez (10) Câmaras da região para que somem apoio ao nosso repúdio.

SALA DAS SESSÕES, "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", AOS 07 DE OUTUBRO DE 1996.

VEREADOR DR. JOSÉ WAGNER PAPINI

/emcc/.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ofício Nº 145/96

Holambra, 07 de outubro de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexas, cópias dos balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de setembro de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
16/10/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....SETEMBRO...../1996.

(EM R$1,00)

COD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL	ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	102.588,74	12.633,13	115.221,87	102.588,74	-0-	102.588,74	12.633,13	245.000,00	-0-	245.000,00	129.778,13
3113	Obrigações Patronais	970,73	119,07	1.089,80	852,30	118,43	970,73	119,07	6.000,00	-0-	6.000,00	4.910,20
3120	Material de Consumo	3.563,20	-0-	3.563,20	3.271,79	291,41	3.563,20	-0-	12.000,00	-0-	12.000,00	8.436,80
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	9.189,29	1.172,98	10.362,27	8.057,65	1.131,64	9.189,29	1.172,98	22.000,00	-0-	22.000,00	11.637,73
3132	Outros Serviços e Encargos	23.715,05	2.821,97	26.537,02	17.247,00	3.384,97	20.631,97	5.905,05	42.000,00	-0-	42.000,00	15.462,98
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	21,36	2,85	24,21	21,36	-0-	21,36	2,85	250,00	-0-	250,00	225,79
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	2.687,00	-0-	2.687,00	2.687,00	-0-	2.687,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	37.313,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	142.909,15	16.750,00	159.659,15	134.899,62	4.926,45	139.826,07	19.833,08	519.250,00	-0-	519.250,00	359.950,85
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	4.400,06	34,75	4.434,81	4.400,06	-0-	4.400,06	34,75				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	970,74	-0-	970,74	852,31	118,43	970,74	-0-				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.896,32	34,75	27.931,07	27.777,89	118,43	27.896,32	34,75				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						683,16					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						168.405,55					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

Holambra, 30 de setembro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE AO MÊS DE.....SETEMBRO/19..96.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	135.974,48	4.500,00	140.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	378.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	135.974,48	4.500,00	140.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	378.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	4.400,06	34,75	4.434,81				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	970,74	-0-	970,74				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.896,32	34,75	27.931,07				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			168.405,55				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETTI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 30 de setembro de 1996.

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Ofício Circular SA nº 041-95/96
Suzano, 27 de setembro de 1996.

Senhor Presidente:

Pelo presente, estamos encaminhando a V.Exª., cópia do Requerimento nº 2435-95/96, de autoria do Vereador Israel Sampaio de Lacerda, acolhido por esta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada no dia 25 de setembro de 1996.

Sem mais para o momento, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
16/10/96
PRESIDENTE

Ver. Cláudio José de Moraes Guillaumon
Presidente

PROTOCOLO
Nº de Ordem 900
Fls Nº 26 Livro Nº 09
Data 10/09/96
SECRETARIA

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra-SP
rcec

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 2435-95/96

Considerando que o Banco do Estado de São Paulo - BANESPA S/A., é um patrimônio não só do Estado de São Paulo, mas de toda a Nação brasileira, visto a grandeza que representa nos seus oitenta e sete anos de existência, desempenhando o papel de fomentador do desenvolvimento econômico do Estado e do próprio País;

Considerando que, presentemente, o Banespa passa por séria crise em razão do endividamento gerado por recursos creditados ao Governo do Estado de São Paulo, ocasionando inclusive a intervenção do Governo Federal em sua gestão;

Considerando a excessiva demora no encaminhamento da solução da referida dívida, fato que vem gerando sérias intranquilidades, não só nos correntistas do renomado Banco, como também, nos milhares de funcionários, e até mesmo no povo brasileiro, que aguardam pela solução do impasse;

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, que sejam enviados ofícios ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Mario Covas, ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda Pedro Malan, e ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Central Sr. Gustavo Loyola, solicitando dos mesmos que envidem esforços no sentido de agilizar providências para a solução do problema, devendo a administração do Banespa retornar ao controle do Governo do Estado, bem como que se constitua a figura de um mediador visando viabilizar o entendimento entre os Governos Estadual e Federal, solicitando-se, ainda, o apoiamento das Câmaras Municipais do Estado para a presente propositura.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1.996

Vereador Israel Sampaio de Lacerda

APROVADO POR UNANIMIDADE
EM DISCUSSÃO ÚNICA
S. Sessões, 25/09/96
PRESIDENTE

10

Holambra, 24 de setembro de 1996.

Dirijo-me respeitosamente aos excelentíssimos vereadores para expor que conversei longamente com o Prof. Adriano Marins Santos da APEOESP de Campinas sobre o processo de municipalização do ensino básico.

O Prof. Adriano disse-me que a APEOESP vem esclarecendo as cidades da redondeza sobre a complexidade desse processo e fazendo cálculos com dados reais, para maior esclarecimento das pessoas que serão atingidas com essas mudanças.

Ele se prontificou a fazer, graciosamente, esse cálculo para o nosso município. Para isso são necessários os seguintes dados:

1- Arrecadação de 1995 do:
   IPTU (predial/territorial)
   ISS
   ICMS
   IPVA
   FPM (ou Transferência da União/Transf. Tributárias)

2- Demonstrativo dos investimentos e gastos com a educação. (se possível xerox)

3- Número de unidades escolares municipais
   Número de salas (incluindo Educação Infantil e Supletivo/ Telecurso)
   Número de alunos por sala
   Total de alunos das escolas municipais

Certa de que quanto mais dados forem analisados, maior a segurança da decisão, coloco-me à disposição para intermediar este processo. Caso não haja necessidade, seguem os dados da pessoa para contato:
   Prof. Adriano Marins Santos
   Telefax (019) 2325719
   APEOESP - Campinas SP

Aguardando resposta, deixo meus protestos de consideração e apreço.

Profa. Maria Cecília Stolf Jeuken

Ao Excelentíssimo
Sr. Antonio Esperança
Digníssimo Presidente da Câmara
e demais Vereadores.
Holambra SP

LIDO EM SESSÃO
DE
09/10/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 5256/96

Ferraz de Vasconcelos, 17 de setembro de 1996

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, as cópias dos ***REQUERIMENTOS Nºs 937 e 938/96, de minha autoria,*** aprovados na sessão ordinária de 16 do corrente, para os quais é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

No ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Natanael Alves Genuino
Presidente

PROTOCOLO
No de Ordem 872
Fls. No 25 Livro No 09
Data 26/09/96
SECRETÁRIA

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP.

LIDO EM SESSÃO
DE
09/10/96
PRESIDENTE

SS/al

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº **0937/96**
PROCESSO Nº **2412/96**

Considerando que o **Banco Banespa S/A**, ao longo de seus oitenta e sete anos de história, teve importante participação na fomentação do desenvolvimento econômico de nosso Estado, bem como de toda nação brasileira;

Considerando que é sempre importante salientar que o Banco Banespa, é imprescindível na implementação de políticas de financiamento ao micro, pequeno e médio produtores agrícola e industrial;

Considerando que a atuação do Banespa sempre se fez presente na geração de novos empregos, na distribuição de renda e sobretudo no emprego de ações voltadas para fixação do homem no campo, políticas estas que infelizmente estão atadas dada a situação atual daquele agente financeiro;

Considerando que apesar de toda importância daquela instituição financeira para com a comunidade, está havendo excessiva demora das autoridades no encaminhamento da solução da dívida do Estado para com o Banespa;

Considerando que é necessário haver o máximo empenho no sentido de se constituir a figura de um mediador, capaz de viabilizar o entendimento entre os Governos Federal e Estadual, com vistas a preservar o Banespa, o qual sem dúvida é o símbolo maior da soberania de nosso Estado, atendendo dessa forma, o mais legítimo anseio e interesse do nosso povo,

Requeiro a Casa na forma regimental, após ouvido ao Plenário, para que ofícios sejam encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Mario Covas, Digníssimo Governador do Estado de São Paulo; ao Ilustríssimo senhor Pedro Malan, Digníssimo Ministro da Fazenda e ao Ilustríssimo senhor Gustavo Loyola, Digníssimo Presidente do Banco Central, solicitando daquelas autoridades a constituição de um mediador capaz de viabilizar entendimentos entre os Governos Federal e Estadual, com a finalidade de preservar o Banco Banespa S/A, e que seja determinado o imediato retorno de controle daquela instituição financeira para o Governo do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Requeiro finalmente, que do deliberado seja solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras do Estado de São Paulo, para essa iniciativa.

Plenário Prefeito H.H.Louis Baxmann, 16 de setembro de 1996.

Vereador Natanael Alves Genuino

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº **0938/96**
PROCESSO Nº **2413/96**

Considerando que os Governos Federal e Estadual, estabeleceram como meta prioritária a valorização do ensino;

Considerando que de fato uma grande nação se forma através de uma sociedade com elevado patrimônio cultural;

Considerando que de outro lado, a classe do professorado da rede estadual de ensino, infelizmente não está recebendo por parte das autoridades competentes o incentivo necessário para prosseguir em sua importante missão;

Considerando que esta Presidência, recebeu do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo - Regional de Suzano (cópia anexa), solicitação no sentido de que esta Casa se manifeste favoravelmente junto ao Governo do Estado, no sentido de que as gratificações percebidas pelos Professores da Rede Estadual de Ensino, sejam incorporadas para fins de aposentadoria;

Considerando que segundo informações daquela entidade, o professor ao se aposentar, seja por tempo de serviço ou por invalidez, perde algumas gratificações e em razão dessa redução salarial nos proventos, tem ocorrido grande desestímulo àquela classe, alguns inclusive estão abandonando a carreira;

Considerando que tais situações provocam em contrapartida, baixo nível de ensino prestado a população estudantil;

Considerando finalmente, que as autoridades governamentais devem de fato priorizar o ensino em nosso Estado, oferecendo condições dígnas de trabalho aos profissionais do ensino e consequentemente garantir aos professores salários compatíveis, inclusive aos aposentados,

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Requeiro a Casa na forma regimental, após ouvido ao Plenário, para que ofícios sejam encaminhados ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado de São e ao Ilustríssimo senhor Secretário da Educação de nosso Estado, solicitando junto àquelas autoridades estudos visando incorporar gratificações aos proventos decorrentes de aposentadoria dos professores da rede estadual de ensino.

Requeiro ainda, que do deliberado seja dado ciência do presente à todas unidades da rede pública de ensino de nosso Município.

Requeiro finalmente, que do deliberado seja solicitado o indispensável apoio das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo para esta iniciativa justa dos professores.

Plenário Prefeito H.H.Louis Baxmann, 16 de setembro de 1996.

Vereador Natanael Álves Genuino

Câmara Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

Ofício nº 844/96

em 17 de Setembro de 1.996.

Senhor Presidente:

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência cópia xerográfica da Moção nº 003/96, aprovada nesta Edilidade em sessão ordinária desta Casa de Leis realizada no dia 16 p.passado.

Solicito a Vossa Excelência especial fineza de interceder junto ao Congresso Nacional visando a alteração dos critérios de repasse das subvenções sociais às entidades assistenciais e filantrópicas, como mencionado na referida Moção.

Certo de contar com a vossa peculiar atenção, despedimo-nos manifestando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

ANTÔNIO CÉSAR DE FARIA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
09/09/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 870
Fls Nº 24 Livro Nº 09
Data 24/09/96
SECRETÁRIA

A S.Excia. o Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
HOLAMBRA SP
mlb/mlb

MOÇÃO Nº 003/96

CONSIDERANDO,que a Constituição Federal prevê no Artigo 165 § 5º,inciso III,ao dispor sobre a Lei orçamentária Anual, que: "O Orçamento da seguridade social,abrangerá todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta,bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público";

CONSIDERANDO,que pelo princípio da simetria a Lei Orgânica do Município de Morro Agudo,reproduziu referido dispositivo ao tratar da matéria;

CONSIDERANDO,que as mencionadas subvenções sociais,visa a prestação de serviços essenciais de assistência médica,social e educacional;

CONSIDERANDO, que embora sejam as respectivas subvenções sociais,previstas através de valores fixados na Lei,que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais e conseqüentemente na Lei Orçamentária anual,valores estes calculados com base em unidades de serviços prestados ou postos a disposição da comunidade;

CONSIDERANDO, que as entidades assistências,educacionais e médicas do Município, vem enfrentando várias dificuldades econômicas-financeiras, chegando a comprometer a regularidade e a exeqüibilidade dos serviços prestados e colocados a disposição da Comunidade local;

CONSIDERANDO,que os representantes das entidades sociais,médicas e educacionais,cobram com justa razão para a mudança nos critérios previstos na Lei,para o repasse das subvenções sociais destinados,pugnando assim pela melhoria de seus serviços e condições dignas para o desenvolvimento regular dos serviços a serem prestados a população;

CONSIDERANDO,que a legislação Atual,não prevê a obrigatoriedade de percentagem da receita resultante de impostos na manutenção das entidades assistenciais,Médicas e Educacionais,como acontece na área do ensino.

CONSIDERANDO, que as subvenções,embora fixadas na Lei Orçamentária Anual, ficam na dependência dos poderes públicos, quanto ao efetivo repasse ou não,para as entidades a serem beneficiadas, haja vista que não existe a obrigatoriedade do repasse definido em lei;

Isto Posto, Senhores Vereadores, nesta oportunidade,temos a elevada honra de nos termos do Artigo 221 § 1º, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, submeter a apreciação de V.Sas, a presente **MOÇÃO DE APOIO**, solicitando ao Congresso Nacional a possibilidade de estudos necessários para a revisão da matéria, revendo os critérios atuais previstos em Lei,para o repasse das subvenções sociais as entidades médicas, Assistenciais e Educacionais, haja vista, que é de Ordem Constitucional,para que por meio de propositura seja alterada a atual Legislação, determinando a **obrigatoriedade** de percentagem do Orçamento as Entidades supra mencionadas, como já acontece com o ensino.

E nos termos Regimentais, seja extraído cópias da presente Moção e encaminhadas as Câmara Municipais do Brasil,a fim de que manifestem apoio a presente Moção, pugnando ao Congresso Nacional,pela mudança dos atuais critérios,a fim de que imponha ao Poder Público a obrigatoriedade, do repasse das subvenções sociais, fixados na Lei orçamentária Anual,bem como o envio da presente Moção, as Entidades Assistenciais, Educacionais e Médicas do Município.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO, SP, 12 DE SETEMBRO DE 1.996.

HERMENEGILDO DOS SANTOS
Vereador
Assinado no Original

RENATO JOSÉ DA SILVA
Vereador
Assinado no Original

WASHINGTON APARECIDO ESTEVES
Vereador
Assinado no Original

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE
DIRETORIA DE APOIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - DAAN

OFÍCIO No. 048/eira

Brasília(DF), 5 de setembro de 1996

Prezado Senhor.

Comunico a V. Excia, que repassamos para seu município a importância abaixo referente à(s) parcela(s) pagas dos recursos da Merenda Escolar.

Data 12/08/96 **Valor repassado:** R$ 16.508,50

Salientamos ao nobre Vereador que esses recursos são exclusivos para compra de alimentos. Precisamos cada vez mais divulgar o programa de alimentação escolar, para não só aprimorar o ensino fundamental no Brasil, como também fortalecer o comércio no seu município, através de compras descentralizadas.

Atenciosamente,

Antônio Faleiros Filho
Diretor da DAAN

À
Câmara de Vereadores de
HOLAMBRA
São Paulo

PROTOCOLO
No de Ordem 860
Fls No 24 Livro No 09
Data 17 / 09 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 09 / 96
PRESIDENTE

FAE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

CENTRAL 12.9.96 BRASILIA-BSB

BRASIL CORREIO R$ 0,27

M-68077

DESCENTRALIZAÇÃO - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (4)

EXMO. SR. PRESIDENTE (356000)
CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

RUA CAMPO DE POUSO S/N
CENTRO
13825 000 HOLAMBRA / SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

OFÍCIO Nº 115/96

Holambra, 03 de setembro de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de setembro e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 4º bimestre de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
04/09/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE AO MÊS DE.....AGOSTO...../19..96.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	118.474,48	17.500,00	135.974,48	519.250,00	-0-	519.250,00	383.275,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	118.474,48	17.500,00	135.974,48	519.250,00	-0-	519.250,00	383.275,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	4.266,20	133,86	4.400,06				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	852,31	118,43	970,74				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.644,03	252,29	27.896,32				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			163.870,80				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de agosto de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....AGOSTO...../1996.

(EM R$1,00)

ÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL	ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
111	Pessoal Civil	89.971,63	12.617,11	102.588,74	89.971,63	12.617,11	102.588,74	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	142.411,26
113	Obrigações Patronais	852,30	118,43	970,73	735,16	117,14	852,30	118,43	6.000,00	-0-	6.000,00	5.029,27
120	Material de Consumo	2.474,45	1.088,75	3.563,20	2.444,83	826,96	3.271,79	291,41	12.000,00	-0-	12.000,00	8.436,80
131	Remuneração de Serviços Pessoais	8.057,65	1.131,64	9.189,29	7.008,70	1.048,95	8.057,65	1.131,64	22.000,00	-0-	22.000,00	12.810,71
132	Outros Serviços e Encargos	18.689,97	5.025,08	23.715,05	15.473,47	1.773,53	17.247,00	6.468,05	42.000,00	-0-	42.000,00	18.284,95
192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
253	Salário Família	18,51	2,85	21,36	18,51	2,85	21,36	-0-	250,00	-0-	250,00	228,64
110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
120	Equipamentos e Material Permanente	2.687,00	-0-	2.687,00	2.687,00	-0-	2.687,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	37.313,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	122.925,29	19.983,86	142.909,15	118.513,08	16.386,54	134.899,62	8.009,53	519.250,00	-0-	519.250,00	376.340,85
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	4.266,20	133,86	4.400,06	4.266,20	133,86	4.400,06	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	852,31	118,43	970,74	735,17	117,14	852,31	118,43				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.644,03	252,29	27.896,32	27.526,89	251,00	27.777,89	118,43				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						1.193,29					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						163.870,80					

VEREADOR ANTONIO JOSE ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de agosto de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

REFERENTE 4º BIMESTRE DE 1996.

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal de Holambra, nos termos do artigo 74-L.O.M. (EM R$1,00)

RECEITA ARRECADADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			DESPESAS CORRENTES		
Duodécimos do Exercício	31.500,00	135.974,48	Pessoal e Reflexos	25.446,35	103.580,83
Duodécimos Exerc. Anterior	-0-	-0-	Material de Consumo	1.150,09	3.563,20
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	9.180,75	32.904,34
			Diversas Despesas de Custeio	-0-	173,78
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	35.777,19	140.222,15
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Eqptos. e Mat. Permanente	447,00	2.687,00
			Outras Desp. de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	31.500,00	135.974,48	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	447,00	2.687,00
RECEITA GERAL	31.500,00	135.974,48	DESPESA GERAL	36.224,19	142.909,15
Déficit Verificado	4.724.19	6.934,67	Superávit Verificado	-0-	-0-
TOTAL GERAL	36.224,19	142.909,15	TOTAL GERAL	36.224,19	142.909,15

Holambra, 31 de agosto de 1996.

LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Téc.Cont.CRC Nº 1SP148778/O-9

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

UVESP

União dos Vereadores do
Estado de São Paulo

Ofício Circular 001/96

São Paulo, 14 de agosto de 1996

Senhor Presidente

A UVESP União dos Vereadores do Estado de São Paulo foi fundada em 20/05/1977 para congregar os seus 8.850 vereadores do Estado e tem, em razão disso, obrigação de dar apoio aos seus representados.

No cumprimento de sua missão institucional, a UVESP tem desenvolvido os seus esforços para a capacitação e o aperfeiçoamento do Vereador através da organização e realização de encontros, cursos e palestras, assuntos de interesse das Câmaras Municipais. Neste ano de 1996 realizamos alguns cursos locais e regionais sobre Eleições Municipais.

Ainda este ano pretendemos realizar curso sobre Orçamento, voltado para o Vereador, cujo conteúdo será: orientações técnicas sobre análise da proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, bem como o papel das comissões nesta análise e apresentação de emenda ao projeto. Além disso serão abordados os aspectos constitucionais e legais do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual, com data e local a serem definidos e, isenção de taxas àquelas Câmaras associadas à UVESP.

Pretendemos para o próximo ano, a realização de um grande Congresso para os NOVOS VEREADORES, oferecendo noções de legislação, experiências municipais, municipalismo e outros temas.

Nossa entidade está sobrevivendo, até o momento, em razão de convênios realizados com: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM e Associação Paulista de Municípios-APM, onde utilizamos de espaço físico, materiais e equipamentos, recursos humanos e numerários para o envio de correspondências.

Para manter nossa Entidade, necessitamos de um número maior de contribuições para fazer face às necessidades, na manutenção da estrutura e funcionamento. Por isso, solicitamos ao nobre companheiro o pagamento da contribuição que corresponde a R$ 25,00 (vinte e cinco reais) multiplicado pelo número de vereadores componentes de cada Câmara. O pagamento deverá ser depositado na conta da UVESP nº 13.003.092-2 Banco Banespa - Agência 0154-São Paulo-Capital.

Estamos à sua disposição para quaisquer informações, pelo telefone: (011) 815.3848 com Ana Maria e Vera Lúcia.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração pois só assim teremos um legislativo forte e unido, enviamos nossas saudações municipalistas.

SEBASTIÃO MISIARA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
11/09/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 852
Fls No 24 Livro No 09
Data 05/09/96
SECRETARIA

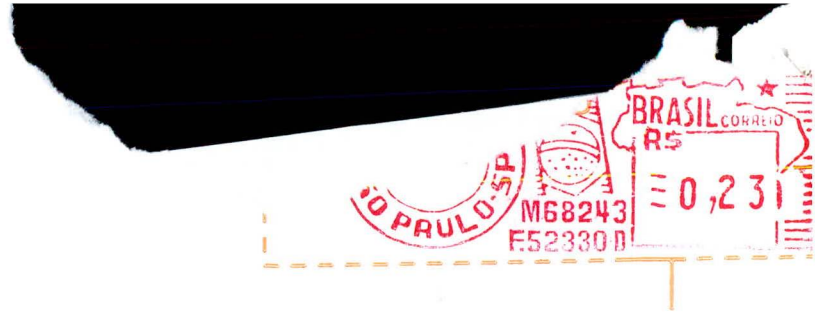
Rua Atlântica, 311 - Jardim América - São Paulo-SP.
CEP. 01440-000 - Fone: (011) 852.2677 - 282.9603

[redacted]

Remetente

Endereço

Av. Professor Lineu Prestes, 913
Cidade Universitária São Paulo - SP
CEP. 05508 -900



EXMO(A). SR(A).
ANTONIO JOSE ESPERANCA
PRESIDENTE DA
CAMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA SP
13825-000

RPC

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício GP nº 4358/96

Ferraz de Vasconcelos, 13 de agosto de 1996

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, a cópia do ***REQUERIMENTO Nº 883/96, de autoria do nobre Vereador Nézio Bernardo de Arruda,*** aprovado na sessão ordinária de 12 do corrente, através do qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

No ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Natanael Alves Genuino
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP.

SS/al

LIDO EM SESSÃO
DE
21/08/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 818
Fls Nº 23 Livro Nº 09
Data 19/08/96
SECRETÁRIA

C Ó P I A

REQUERIMENTO Nº 0883/96
PROCESSO Nº 2312/96

Considerando que o parque industrial brasileiro, necessita com urgência captar recursos que permitam retomar seu ritmo de desenvolvimento, visando, primordialmente gerar novos empregos;

Considerando que os Governos Federal e Estadual, devem conjugar esforços, adotar medidas de suporte e criar mecanismos para apoiar a indústria nacional, visto que a escasses de recursos está causando uma verdadeira quebradeira de pequenos e microempresários;

Considerando que esse quadro somente apresentará modificações a partir do momento que houver geração de novas linhas de créditos especiais liberados pelo Governo, a juros mais baixos que os atuais e com prazos maiores para pagamento, além do que estabelecer reduções da carga tributária, notadamente sobre aquelas aplicadas a título de **IPI** e **ICMS**;

Considerando que a adoção dessas medidas certamente farão com que o empresáriado brasileiro, tenha mais confiança, acredite mais e realize investimentos nos setores de produção, fazendo com que haja uma recuperação rápida de nossa economia, principalmente porque provocaria diminuição dos preços aplicados sobre os produtos;

Considerando que temos plena convicção que tais ajustes em nossa economia não desencadeará novos processos inflacionários, tão danosos para nossa nação.

REQUEIRO A CASA NA FORMA REGIMENTAL, APÓS OUVIDO AO PLENÁRIO, para que ofícios sejam encaminhados ao Excelentíssimo senhor Presidente da República, Ministros da área econômica, Líderes de Bancadas no Congresso Nacional, Governador do Estado de São Paulo e Líderes de Bancadas na Assembléia Legislativa do Estado, solicitando dos mesmos estudos voltados para a criação de linhas de créditos especiais para pequenas e microempresas, a juros menores e com prazos mais longos para pagamentos, além do que a redução da carga tributária, notadamente daqueles aplicados a título de **IPI** e **ICMS**.

REQUEIRO MAIS, que do deliberado seja dado ciência do presente ao Presidente da FIESP e solicitado o indispensável apoio das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

Plenário Prefeito H.H.Louis Baxmann, 12 de agosto de 1996.

assinado no original
Vereador Nézio Bernardo de Arruda
(BUIÃO)

COOP. ELETRIFICAÇÃO RURAL — MOGI - MIRIM

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim Ltda.

CGCMF Nº 52 777 034/0001-90 Inscrição Estadual Nº 456 004 176 114

RUA 3 - JARDIM NAZARETH - BAIRRO AGUARDENTE DO REINO - FONE (0192) 62-1469 - FAX (0192) 62-1494 - CEP 13800-000 - MOGI MIRIM - SP

Mogi Mirim, 13 de Agosto de 1996.

Ilmo. Sr.
Antonio José Esperança
Digníssimo Presidente da
Câmara Municipal de Holambra
Holambra/SP

Prezado Senhor

Envio-lhe cópia de nosso ofício à fornecedora de energia elétrica ao nosso município, Cia Jaguari de Energia, solicitando esclarecimentos sobre o atraso no restabelecimento de energia no dia 11.08.96.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

HÉLIO ANTONIO DO PRADO
Vice Presidente

PROTOCOLO
No de Ordem 817
Fls No 23 Livro No 09
Data 15 / 08 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
19 / 08 / 96
PRESIDENTE

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim Ltda.

CGCMF Nº 52 777 034/0001-90 Inscrição Estadual Nº 456 004 176 114

RUA 3 - JARDIM NAZARETH - BAIRRO AGUARDENTE DO REINO - FONE (0192) 62-1469 - FAX (0192) 62-1494 - CEP 13800-000 - MOGI MIRIM - SP

Mogi Mirim, 13 de Agosto de 1996

À
CIA JAGUARI DE ENERGIA
PEDREIRA - SP

OFÍCIO No. 002/96
Ref. Carta Circular no. CJE - P/014/96, de 25.07.96

Prezados Senhores

Solicitamos esclarecimentos no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, ocorrido no último domingo, dia 11.08.96, das 07:00 às 14:00 horas, programado para o horário das 07:00 às 12:00 horas por essa concessionária, na linha JG/HOLAMBRA.

Novamente enfatizamos a gravidade de tal ocorrência, que acarretou prejuízos não só a esta cooperativa como também à comunidade holambrense, que comemorava o "Dia dos Pais".

Aguardando sua manifestação, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

HÉLIO ANTONIO DO PRADO
Vice Presidente

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim Ltda.
CGC 52 777 034/0001-90 INSCRIÇÃO ESTADUAL 456 004 176 114
RUA 3 - JD. NAZARETH - B. AGUARDENTE DO REINO - FONE 862-1469 - FAX 862-1494 - MOGI MIRIM - SP

SELO

ILMO SR.
ANTONIO JOSE ESPERANÇA
D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
HOLAMBRA = SP

RPC

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim, em 08 de agosto de 1996

OF. Nº 231/96
Ao
EXMO. SR. VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA,
DD. Presidente da Câmara Municipal da
HOLAMBRA.

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar as mãos de V. Exa., cópia do REQUERIMENTO Nº 205/96, de autoria da nobre Edil MARIA TEREZINHA S.G.P.FERRAZ, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 05 de agosto de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MILTON DANTE
1º Vice-Presidente em Exercício

LIDO EM SESSÃO
DE
19/08/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 816
Fls No 23 Livro No 09
Data 14/08/96
SECRETÁRIA

4 1204

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

ASSUNTO: Moção de repudio ao projeto de Lei nº 20/91.

DESPACHO: APROVADO PELA CASA POR 12 VOTOS FAVORÁVEIS E 4 CONTRÁRIOS.

SALA DAS SESSÕES 05/ 08/ 96

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 205 , DE 1996

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional o projeto de Lei nº 20/91, que torna legal a pratica do aborto , nos casos permitidos pelo Código Penal, de autoria do deputado Eduardo Jorge, do Partido Trabalhista - PT. Sendo aprovado este projeto, toda a rede de hospitais do SUS será obrigada a atender qualquer mulher que quiser provocar aborto.
Com a aprovacão deste projeto a pratica do aborto vai se alastrar em quase todas as cidades do País, sendo assim financiada a cultura de morte, violência contra um ser indefeso, a criança ainda no ventre materno.

Conforme Lei 8.069/ 90, que dispõe sobre a "proteção integral à criança e ao adolescente":
- Considera-se criança , para efeitos desta Lei, a pessoa ate doze anos de idade incompletos; (Art. 2º)
- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por leis ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social , em condições de liberdade e de dignidade.(Art. 3º)
- É dever da família , da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Publico assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.(Art. 4º)

cont. 205/96

Letra c) preferencia na formulação e na execução das políticas sociais publicas;
Letra d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- A criança e adolescente tem direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais publicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso , em condições dignas de existência;(Art. 7º)
- É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal; (Art. 8º)
§ 1º - A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos especificos, obedecendo-se aos principios de regionalização e hierarquização do Sistema.

Considerando que esta Lei 8069/90 tem a precipua finalidade de defender a Vida contra a monstruosidade que é o aborto, pois este nada mais é do que o assassinato de crianças ainda no ventre materno . Constitui o projeto de Lei 20/91 que regulamenta a pratica do aborto um grande perigo, pois ele abre caminhos ara outros mais radicais e perigosos.
Já existe um projeto que fala de aborto por ma formação de feto e outro que libera totalmente o aborto ate três meses de gravidez! Leis como a do aborto "geram uma grave e precisa obrigação de opor-se a elas através da objeção de consciência".
Como cristãos temos portanto obrigação moral de lutar para que o aborto NÃO SEJA APROVADO e envolver-se em campanhas de apelo em defesa da Vida Inocente.
Só conseguiremos contra-atacar os abortistas mostrando em Brasília a força de pressão de nosso voto cristão .

Diante do exposto, requeremos , após cumpridas as formalidades de costume, seja consignado em nossos trabalhos , moção de repudio ao projeto de Lei 20/91, dando ciência ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente do Senado, às dez Câmaras da região e às autoridades do nosso Município.
Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", aos 24 de junho de 1996.

Vereadora Maria Terezinha S.G.P. Ferraz

cont. 20/1/96

Vereador Ademar de Barros

Vereador Paulo Zeferino

Vereador Sebastião F. de Godoy

Vereador José Luiz de Oliveira

Vereador Alonso Tomas Moreno

Vereador Luiz Carlos F. Cortez

Vereador José Jorge Modena

Vereador Dr. Decio Mariotoni

Vereador Milton Dante

Vereador Dr. José Wagner Papini

Vereador Massao Hito

Vereador Dr. Paulo de Oliveira e Silva

Vereador Abner de Oliveira

Vereadora Dra. Marilene Mariotoni

Vereador Edmur P. Fortuna

Vereador Daniel Souza

ROTARY CLUB DE HOLAMBRA -
Rua do Campo de Pouso, 1059
CEP 13825-000-Holambra - s.p.
Fone 019 - 860 14 77

CONSTRUA O FUTURO COM AÇÃO E VISÃO

Holambra 24 de julho de 1996

À
Camara Municipal de Holambra - sp
Nesta

Prezados Senhores

A Comissão de Proteção ao Meio Ambiente do nosso Clube, mobilizou a Policia Militar Florestal, e foram constatados inúmeros eventos nocivos aos nossos mananciais de abastecimento de nossa cidade.

Inicialmente foram atuados dois proprietários de Imóveis, e os devidos laudos encaminhados à Curadoria do Meios Ambiente de Pedreira.

Posteriormente o Comandante Tenente Fernando, acompanhado de dois sargentos e um soldado, esteve pessoalmente vistoriando a área, com alguns membros de nossa Comissão, onde foram constatados mais alguns atos nocivos aos nossos mananciais de abastecimento.

Neste contato pessoal o Tenente e seus comandados nos informaram que estão à disposição de toda comunidade de Holambra, para proferir palestra de esclarecimento, das proteções necessárias e esclarecimentos das necessidades e das leis existentes.

Em nossa ultima reunião me foi dado o direcionamento de entrosamento com a Camara Municipal de Holambra, Comissão Municipal de Proteção ao Meio Ambiente e de outros ecologistas da Comunidade, para organizar um evento conjunto para recebermos alem da Policia Florestal, a Curadoria do Meio Ambiente e Cetesb, juntamente com uma ampla divulgação do evento dentro da comunidade., em data a ser marcada em conjunto.

Certo de contar com a pronta colaboração desta entidade , nos colocamos à disposição.

Atenciosamente

Adolfo Lenzi Júnior
Presidente

PROTOCOLO
No de Ordem 808
Fls No 23 Livro No 09
Data 26/07/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
07/08/96
PRESIDENTE

MVNICIPIVM®

APOIO JURÍDICO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

São Paulo, 13 de julho de 1996.

Caro Municipalista.

Temos a satisfação de convidar V. Excia. para integrar a Delegação Brasileira ao XXIII Congresso da Organização Iberoamericana de Cooperação Internacional, OICI, a realizar-se em Lisboa, Portugal, de 22 a 25 de outubro de 1996.

O Congresso está concentrado nos temas do CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO NA FRONTEIRA DO TERCEIRO MILÊNIO assim distribuidos:

I - Gestão Municipal do Território;

II - Desenvolvimento Local e Serviços Públicos;

III - Evolução dos Sistemas Urbanos;

IV - Política e democracia no Município.

Como é mister que os nossos Dirigentes Municipais participem de eventos da importância do Congresso da OICI, para introduzir os nossos Municípios no concerto internacional, ante a globalização de soluções urbanas, encarecemos ao ilustre Municipalista a atenção para o convite que ora lhe é feito.

Aproveitamos o ensejo para reiterarmos a V.Excia. os nossos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente.

MAYR GODOY

PROTOCOLO
No de Ordem 827
Fls No 23 Livro No 09
Data 23/08/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
04/09/96
PRESIDENTE

Rua Noruega, 268 - Jardim Europa - São Paulo - SP - CEP 01448-020 - Fone: 011 3064-0850 - Fax: 011 3064-3294

MVNICIPIVM®
APOIO JURÍDICO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

XXIII CONGRESSO DA ORGANIZAÇÃO IBEROAMERICANA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL - OICI

LISBOA - PORTUGAL

DE 22 A 25 DE OUTUBRO DE 1996

TEMÁRIO:

• GESTÃO MUNICIPAL DO TERRITÓRIO
• DESENVOLVIMENTO LOCAL E SERVIÇOS PÚBLICOS
• EVOLUÇÃO DE SISTEMAS URBANOS
• POLÍTICA E DEMOCRACIA NO MUNICÍPIO

Inscreva-se na Delegação Brasileira que sairá dia 21 de outubro, à noite, e retornará dia 05 de novembro de 1996, pela manhã, visitando também, Madri, Paris e Roma, inclusive com programa de contatos com instituições financeiras de aporte a Municípios cumprindo o seguinte Programa:

Dia 21.10.96 - **São Paulo - Lisboa** - Apresentação no Aeroporto Internacional de Guarulhos - São Paulo, para embarque às 19:35 horas no vôo TP-388.

Dia 22.10.96 - **Lisboa** - Chegada com assistência e traslado para o hotel. Acomodação. Restante do dia livre para Inscrição no XXIII Congresso da OICI.

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO - DE 22 A 25 (PROGRAMA A PARTE)

Dia 26.10.96 - **Lisboa - Roma** - Pela manhã traslado ao aeroporto para embarque com destino a Roma. Chegada com assistência e traslado ao hotel. Restante do dia livre.

Dia 28.10.96 - Dia inteiro destinado a visita de Nápoles, Capri, e Sorrento com almoço incluído.

Dia 29.10.96 - **Roma - Paris** - Após café da manhã, traslado ao aeroporto para embarque com destino a Paris. Chegada com assistência e traslado ao hotel. Restante do dia livre. A noite show no Lido com drink.

Dia 30.10.96 - Após café da manhã saída para City Tour. Restante do dia livre.

Dia 31.10.96 - Dia livre para atividades independentes. Visita ao Museu do Louvre.

Dia 01.11.96 - **Paris - Madri** - Após o café da manhã, traslado ao aeroporto para embarque com destino a Madri. Chegada com assistência e traslado ao hotel. Restante do dia livre. A noite show Flamenco com drink.

Dia 02.11.96 - Após o café da manhã, City Tour. A tarde tour a Toledo.

Segue ...

Dia 03.11.96 - Dia livre para atividades independentes. Visita a OICI.

Dia 04.11.96 - **Madri - Lisboa - São Paulo** - Dia livre para atividades independentes. No final da tarde traslado ao aeroporto para embarque às 20:00 horas no vôo TP-709 com conexão.

Dia 05.11.96 - **São Paulo** - Chegada no Aeroporto Internacional de Guarulhos - São Paulo prevista para às 09:00 horas.

O PROGRAMA INCLUI:
Bilhetes aéreo - Taxas de embarque - Traslado aeroporto-hotel-aeroporto - hotéis de primeira categoria com café da manhã continental - city tour em Lisboa, Paris e Madri - em Roma visita ao Vaticano e Capela Sistina com benção papal - Show no Lido com drink - Show Flamenco com drink - meio dia de visita a Toledo - tour de dia inteiro a Nápoles, Capri e Sorrento com almoço - Gorjeta nos hotéis e aeroportos - Seguro Viagem.

O PROGRAMA NÃO INCLUI:
Inscrição no Congresso - extras de caráter pessoal (bar, lavanderia, telefones, etc.) - refeições, exceto a programada no Tour Nápoles, Capri e Sorrento - documentação de viagem.

INSCRIÇÃO NO CONGRESSO:

Até 15 de setembro	US$ 50.00
Até 30 de setembro	US$ 75.00
Até 15 de outubro	US$ 100,00

INFORMAÇÕES:
FONE: (011) 30640850 E FAX: (011) 3064-3294
RUA NORUEGA, 268 - JARDIM EUROPA - SÃO PAULO - CEP 01448-020
COM DIONE BERALDO
DAS 09:00 ÀS 18:00 HORAS

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

16

São Paulo, julho de 1996.

Prezado(a) Presidente de Câmara

SISTEMA CEPAM DE VIDEOTEXTO: Nova Versão

No atendimento aos seus usuários atuais, o Sistema Cepam de Videotexto tem procurado aperfeiçoar os serviços, buscando tornar mais fácil o acesso e a adesão ao Sistema. Neste sentido, o Sistema Cepam de Videotexto foi adaptado para funcionar em microcomputadores, liberando os usuários da obrigatoriedade da utilização de equipamentos locados e administrados pela Telesp.

Nesta nova versão, seu município passa a ter um produto com recursos gráficos e operacionais do ambiente Microsoft Windows, o que torna mais fácil a emissão e a recepção do Informativo Eletrônico e os procedimentos de consulta.

As transformações não alteram os procedimentos de cobrança, que continuará a ser feita diretamente em conta telefônica, de acordo com os acessos efetuados.

O acesso ao Jornal Eletrônico e as consultas à Biblioteca foram estendidos a outros segmentos de usuários, permanecendo as consultas ao corpo técnico do Cepam restritas às prefeituras e câmaras.

A nova versão do Sistema Cepam de Videotexto faz parte da reformulação que visa otimizar o uso das informações e melhorar a qualidade do atendimento a distância. Nossas diretrizes atuais procuram garantir mais agilidade e maior eficácia na prestação de serviços aos municípios.

Aguardando sua manifestação, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos ou demonstração da nova versão, reiterando que o novo Sistema Cepam de Videotexto é prioridade desta Instituição.

Sérgio Gabriel Seixas
Presidente

P.S.: Para facilitar o seu retorno, estamos anexando um formulário que poderá ser devolvido pelo Fax (011) 813-5969.

LIDO EM SESSÃO
DE
19/08/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 814
Fls No 23 Livro No 09
Data 14/08/96
SECRETARIA

Avenida Professor Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900 – PABX (011) 816-6460 – Telex (11) 83141 FUFL – Fax (011) 813-5969

CEPAM

FORMULÁRIO RESPOSTA - CEPAM

Favor preencher e enviar para a Unidade de Produção de Documentação e Informação – UPDI da Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, Av. Professor Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - CEP 05508-900 – São Paulo-SP, ou pelo Fax (011) 813-5969.

☐ SIM, tenho interesse no videotexto. Por favor, enviem-me mais informações.

☐ SIM, gostaria de obter esclarecimentos sobre os itens abaixo:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

☐ NÃO, não tenho interesse no momento porque _____

_____

_____

_____

_____

Nome: _____

Cargo: _____

Instituição: _____

End: _____

Tel: _____ **Fax:** _____

newview®
VERSÃO CP

Agora você tem um novo conceito de Programa de Comunicação para Ambiente Windows que permite acesso aos Serviços de Informações que você tanto precisa no seu dia-a-dia



Para ter acesso imediato a estas informações e aos demais Serviços basta ter um Microcomputador com Windows 3.1 uma linha telefônica comum, corretamente instalada no seu modem ou placa Fax-Modem e o Programa NEWVIEW-Versão CP.

RONNAM
Consultoria em Informática Ltda.
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 936 - Conj. 52 - Brooklin Novo - SP
Cep 04571-000
Tels. (011)5505-2818 (011)5505-2819
Fax (011)5505-2354

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Ofício Circular SA nº 037-95/96
Suzano, 28 de junho de 1996.

Senhor Presidente,

Pelo presente, estamos encaminhando a V.Exª., cópia do Requerimento nº 2150-95/96, de autoria do Vereador Walter Roberto Bio, acolhido por esta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 1996.

Sem mais para o momento, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ver. Cláudio José de Moraes Guillaumon
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
07/08/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 602
Fls Nº 23 Livro Nº 09
Data 11/07/96
SECRETÁRIA

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra-SP
crls

Walter Roberto Bio
1.º Secretário

REQUERIMENTO Nº 2150-95/96

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores:

LUTA a nação, no setor federal, nos setores estaduais, bem como nos municipais, para um disciplinamento em sua arrecadação. Somos campeões mundiais em número de impostos mas mesmo assim não arrecadamos aquilo que seria certo. Impostos em quantidade geram, por conseguinte, sonegação também em quantidade. O governo federal, os governos estaduais e os municipais, carecem da arrecadação para fazer face às suas despesas diversas. O povo cobra, com justa razão, a evolução dos acontecimentos e os impasses políticos e técnicos que travam o andamento do conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo, produzem cenário de grande incerteza e algumas evidências das dificuldades do governo podem ser apontadas.

O ajuste fiscal ainda não foi realizado apesar de todos sabermos que, sem ele, baixos índices de inflação somente podem ser mantidos no curto prazo, com medidas contencionistas, políticas de valorização do real e abertura punitiva dos mercados nacionais.

O governo federal em janeiro de 1995, editou a Medida Provisória nº 812, que dispõe sobre os tributos e contribuições federais, com importantes alterações, traz, no seu ***Capítulo VIII "Das Penalidades e dos Acréscimos Moratórios"****, no Artigo 84 que diz "Os tributos e contribuições sociais arrecadados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores vierem a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1995, não pagos nos prazos previstos na legislação tributária serão acrescidos de multa de mora aplicada da seguinte forma":*

À ORDEM DO DIA DOS TRABALHOS
DO VEREADOR José Luiz Soares Candido
26/06/96

APROVADO POR UNANIMIDADE
EM PRIMEIRA DISCUSSÃO
S. Sessões, 26/06/96
Presidente

Walter Roberto Bio
1.º Secretário

a) dez por cento, se o pagamento se verificar no próprio mês do vencimento;

b) vinte por cento, quando o pagamento ocorrer no mês seguinte ao do vencimento;

c) trinta por cento, quando o pagamento for efetuado a partir do segundo mês subsequente ao do vencimento.

Hoje o índice de inflação está em torno de 1,5 % à 2% ao mês, mas o contribuinte que deixar de recolher os seus impostos como: ***IPI, PIS, PASEP, INSS, FGTS, COFINS, IMPOSTO DE PESSOA JURÍDICA, IMPOSTO DE PESSOA FÍSICA, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL,*** *etc., no descumprimento das obrigações, pagará multas de mora que variam, mais juros de mora de 1% ao mês, conforme legislação em vigor.*

Não pode a sonegação ser a justificativa para se penar com elevados índices o já sofrido contribuinte.

Talvez a excessiva carga tributária e o desaparelhamento do governo federal em acionar seus órgãos para arrecadar, sejam a causa principal onde se estriba a sonegação tributária.

Há de se comentar também que quanto maiores os encargos sobre os débitos, maiores também as possibilidades de não se solvê-los.

Entendemos que os gravames deveriam ser de acordo com os índices inflacionários já que aí a moeda não perde seu valor real e os devedores para com a fazenda terão melhores condições de saldar seus débitos, ganhando tanto o governo como o contribuinte.

Isto posto Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

REQUEIRO *à Mesa, respeitados os artigos regimentais, sejam oficiados:*

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Walter Roberto Bio
1.º Secretário

a) Excelentíssimo ***Sr. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,*** *DD. Presidente da República Federativa do Brasil.*

b) Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento ***ANTÔNIO KANDIR.***

C) Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda ***PEDRO MALAN.***

Solicitando-lhes sejam revogados os ítens ***a, b e c, da MP nº 812,*** *do artigo 84, substituindo-se por um único ítem com a seguinte redação:*

a) *percentual equivalente à inflação ocorrida no mês seguinte ao do vencimento.*

Oficie-se às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo solicitando-lhes apoiamento a esta medida.

Sala das Sessões, 18 de junho de 1996.

WALTER ROBERTO BIO
VEREADOR

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

FRANQUIA POSTAL - 9 - SUZANO-SP-
BRASIL CORREIO
RS =0027
M.5632
F.5268

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
R. ROTA DOS IMIGRANTES, S/N
13825-000 - HOLAMBRA - SP

Remetente:

Endereço : Rua Dr. Campos Salles, 601

CEP 0 8 6 7 4 - 9 0 1 SUZANO - SP.

CAMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício GP nº 2604/96

Ferraz de Vasconcelos, 27 de junho de 1996

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, a cópia da **MOÇÃO Nº 008/96**, de minha autoria, aprovada por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão ordinária de 20 do corrente, para a qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Ao ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Natanael Alves Genuino
Presidente

Exmo.Senhor
Presidente da
Câmara Municipal de
HOLOMBRA-SP

LIDO EM SESSÃO
DE
12/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 781
Fls. No 22 Livro No 02
Data 10/06/96
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

MOÇÃO Nº 0008/96
PROCESSO Nº 2193/96

CONSIDERANDO que os serviços de radiodifusão em nosso país são explorados mediante permissão ou concessão com base na Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1996, que reflete o pensamento existente e uma realidade reinante àquela época;

CONSIDERANDO que, apesar de todos os avanços tecnológicos e conquistas democráticas obtidas nas últimas décadas, não houve qualquer avanço ou alteração significativa na base jurídica dos serviços de telecomunicações, que permanecem sob o controle de uma pequena e privilegiada parcela de nossa população;

CONSIDERANDO que de outro lado, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22/11/69, promulgada pelo então Presidente da República, Itamar Franco, através do Decreto nº 678, de 06/11/92, foi ratificada a liberdade de pensamento e de expressão, estabelecendo, em seu artigo 13, que:

"...não se pode restrigir o direito de expressão por meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por qualquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões...";

CONSIDERANDO que a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, se insere dentre os direitos e deveres individuais e coletivos garantidos em nossa Constituição;

CONSIDERANDO que impedir o acesso aos meios de comunicação a grande parcela de nossa sociedade é uma afronta a esses princípios que exige uma profunda revisão na legislação em vigor, especialmente com relação às rádios livres e comunitárias, de alcance local e sem fins comerciais;

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

CONSIDERANDO ainda que a Democracia na Comunicação é medida que se impõe para o pleno exercício da cidadania, o direito à informação e a liberdade de expressão;

CONSIDERANDO finalmente que de acordo com a decisão, expedida pela 12ª Subseção Judiciária de São Paulo, 2ª Vara Federal de Presidente Prudente, na qual a autoridade judiciária concedeu medida liminar, em virtude do "periculum in mora" e o "fumos boni juris", para que o Poder Público não possa lacrar os estudios da Rádio e seus tramissores, até decisão final, onde será determinada, ou a manutenção, ou cassação da liminar concedida;

A CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, através da presente Moção de aplauso, manifesta seu irrestrito apoio ao Projeto de Lei nº 1521/96, de autoria do Excelentíssimo Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, que regulamenta a Rádio Difusão Livre e Comunitária e da outras providências, solicitando ainda junto às Lideranças Partidárias da Câmara Federal, manifestação favorável à referida proposição.

Solicitando, ainda manifestação de todas as Câmaras do Estado de São Paulo, com vistas à apoiarem o aludido Projeto de Lei, tendo em vista sua grande relevância para as comunidades.

Plenário Prefeito H.Hans Louis Baxmann, 20 de maio de 1996.

Natanael Alves Genuino
Vereador

Prefeitura Municipal de Jarinu

JARINU, 17 DE JUNHO DE 1996

PREZADO SENHOR

TEMOS A HONRA DE CONVIDÁ-LO E A VOSSA DIGNÍSSIMA FAMÍLIA PARA A NOSSA TRADICIONAL 13 ª FESTA DO MORANGO E 2ª EXPO-LEGUMES DO CAMPO DOS ALEIXOS 1996, CUJA SOLENIDADE DE ABERTURA SERÁ NO DIA 22 DE JUNHO ÀS 15.00 HORAS.

ESPERANDO CONTAR COM A PRESENÇA DE V. SAS., DESDE JÁ AGRADECEMOS .

ATENCIOSAMENTE.

VANDERLEI GEREZ RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO FERRARA
VICE-PREFEITO

LIDO EM SESSÃO
DE
19/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 789
Fls No 22 Livro No 09
Data 19/06/96
SECRETÁRIA

Praça Francisco Alves Siqueira Jr., 111 - Tel.: (011) 408-4611 - Fax: (011) 408-4615 - JARINU - São Paulo
PMJA 9/F



DIA 22 DE JUNHO DE 1996
15:00 HORAS
PARQUE DO MORANGO "DUILIO MAZIERO'
ROD. EDGARD MÁXIMO ZAMBOTO, KM 77

Prefeitura Municipal de Jarinu
Vanderlei Geres Rodrigues
Prefeito

Prefeitura da Estância de Atibaia
Flávio Calegari
Prefeito

Associação dos Produtores de Morangos e Hortifrutigranjeiros de Atibaia e Região
Osvaldo José Maziero
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim, em 25 de junho de 1996

OF. Nº 208/96
Ao
EXMO. SR. VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA,
***DD.* Presidente Da Câmara Municipal de HOLAMBRA**

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar as mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 201/96,** de autoria do nobre Edil **DR. JOSÉ WAGNER PAPINI**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 24 de junho de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
07/08/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 796
Fls No 22 Livro No 02
Data 27/06/96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

ASSUNTO: Solicita estudo sério para melhorar as condições de trabalho do médico brasileiro.

DESPACHO: APROVADO PELA CASA EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA HOJE.
SALA DAS SESSÕES 24 06 96

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 201 , DE 1996

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Considerando que a saúde do médico não está boa. Esse é o diagnóstico a que se chega com base na análise da pesquisa Perfil dos Médicos no Brasil, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIO CRUZ), em conjunto com o Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e os Conselhos Regionais de Medicina do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, com apoio do Ministério da Saúde;

Considerando que o estudo foi divulgado dia 8 de maio p.p., durante o 9º Encontro Nacional das Entidades Médicas (ENEM), realizado em Brasília;

Considerando que quase 80% dos médicos entrevistados consideram o trabalho médico desgastante por excesso de trabalho, salários baixos e insatisfatórios, más condições de trabalho;

Considerando que outra tendência é o assalariamento da categoria, com a maioria, exercendo entre três e quatro atividades ao mesmo tempo. Caracterizando o multiemprego;

Considerando que além de tudo o que a pesquisa mostrou, o médico queira ou não queira, tem que se sujeitar aos baixos valores pagos pelas consultas pelas empresas de medicina de grupo e cooperativas médicas, que com a história de dizer que o médico também é dono da cooperativa médica, o explora mais ainda;

Considerando que urge, melhorar as condições de trabalho dos médicos, o que pressupõe, entre outras coisas, piso salarial decente, maior autonomia em relação ao paciente, liberdade para pedir os exames necessários, redução do número de emprego do médico, através de uma melhor remuneração. O ideal seria ter um único emprego, para poder assim ter um maior contato com o paciente, o que é muito difícil hoje. Não há seguimento do paciente;

Considerando que chega de politicalha, em cima da saúde do povo e da profissão médica;

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (019) 862-2419 - FAX: (019) 862-4549 - MOGI-MIRIM - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 201 DE 1996

Considerando que este Vereador, sendo médico, faz parte desta nobre profissão e quer vê-la devidamente valorizada:

Requeiro à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, na forma regimental de estilo, que sejam oficializados os **Excelentíssimos Senhores Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, Nelson Jobim, Ministro da Justiça, Luis Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados, José Sarney, Presidente do Senado, Deputado Aloísio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara e o Deputado Eduardo Mascarenhas, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara**, solicitando um estudo sério, para melhorar as condições de trabalho do médico brasileiro

Requeiro ainda, que do decidido por esta Casa de Leis, seja dada ciência através de ofício aos **Ilustríssimos Senhores Doutor Pedro Henrique Silveira, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), Doutor, Bartolomeu Penteado Coelho, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) e Doutor Manuel Maurício Gonçalves, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CREMEMG)**, da propositura acima.

Solicito que, do decidido por esta Casa de Leis, sejam comunicadas dez (10) Câmaras da região, para que somem apoio à propositura acima.

SALA DAS SESSÕES, "VEREADOR SANTO RÓTOLLI", AOS 24 DE JUNHO DE 1996.

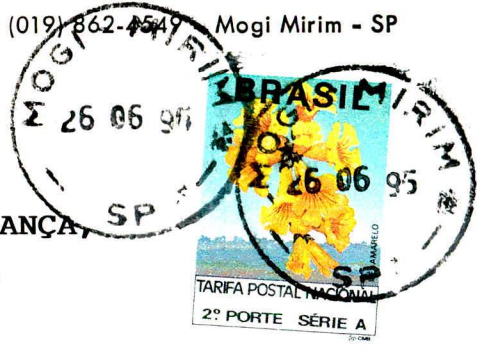
VEREADOR DR. JOSÉ WAGNER PAPINI

/emcc/.

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (019) 862-2419 - FAX: (019) 862-4549 - MOGI-MIRIM - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fone (019) 862-2419 - Fax (019) 862-4549 - Mogi Mirim - SP
ESTADO DE SÃO PAULO



Of. 208/96

Ao

EXMO. SR. VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA,

DD. Presidente da Câmara Municipal de

HOLAMBRA, SP

13825-000

RIO PIRACICABA

C O N V I T E

ADESÃO DA CIA. ANTARCTICA PAULISTA

Convidamos V. Sª. para participar da solenidade adesão ao Consórcio Piracicaba-Capivari, da Cia. Antarctica Paulista - IBBC, Filial de Jaguariúna.

Este evento se reveste de fundamental importância, na medida em que em nossa última reunião foi aprovada a participação de empresas privadas dentro do Consórcio, refletindo a confiança deste setor em nossas atividades.

Contamos com sua presença e participação.

DR. JOÃO MOYSÉS ABUJADI
Prefeito de Valinhos e
Presidente do Consórcio

LIDO EM SESSÃO
DE
19/06/96
PRESIDENTE

Data: **25/06/96 (terça-feira)**
Horário: **10:00 horas**
Local: **Cia. Antarctica Paulista - IBBC**
Av. Antarctica, nº 1891 - Jaguariúna - SP
(acesso pela Rod. Campinas-Moji Mirim)

PROTOCOLO
Nº de Ordem 785
Fls Nº 22 Livro Nº 02
Data 17/06/96
SECRETÁRIO

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE TERRAS

São Paulo, 17 de junho de 1.996.

OF/GT[1] nº 006/96

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para informar a Vossa Senhoria que o Governo do Estado criou e instalou, através do Decreto 40.723/96, um Grupo de Trabalho cujo objetivo é dar plena aplicabilidade aos dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos remanescentes de quilombo, bem como solicitar a colaboração da nobre autoridade, informando-nos a existência na região de comunidades e/ou áreas remanescentes de quilombos e divulgando esse trabalho.

Ao ensejo, renovo a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

LIDO EM SESSÃO
DE
07/08/96
PRESIDENTE

BENEDITO ARISTIDES RICILUCA MATIELO
Coordenador do Grupo de Trabalho

Ilustríssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
NESTA

tgroup\ofgt-06.doc

PROTOCOLO
No de Ordem 800
Fls No 22 Livro No 02
Data 28/06/96
SECRETÁRIA

[1] Grupo de Trabalho - Decreto nº 40.723 de 21/03/96.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE TERRAS
AV. BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 554 - BELA VISTA
CEP 01318-000 - SÃO PAULO - SP - FONE 232-0933 - FONE/FAX 605-6203

24.6.96
RS
0023
BRASIL CORREIO

A Camaral Municipal de
HOLAMBRA
R.: ROTA DOS IMIGRANTES, S/No
CEP.: 13825-000
HOLAMBRA - S.P.

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício nº 3540/96

Ferraz de Vasconcelos, 08 de julho de 1996.

Senhor Presidente

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência a cópia do **REQUERIMENTO Nº 856/96**, de autoria do nobre Vereador Rubens Tredici da Silva, aprovada por unanimidade do Plenário desta Casa na sessão ordinária de 17 de junho do corrente, através do qual é solicitado dessa Edilidade o indispensável apoio.

Ao ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Natanael Alves Genuino
Presidente

Exmo.Senhor
Presidente da
Câmara Municipal de
HOLAMBRA-SP

LIDO EM SESSÃO
DE
07/08/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 803
Fls Nº 23 Livro Nº 09
Data 11/07/96
SECRETÁRIA

AC/ac.

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO Nº 0856/96
PROCESSO Nº 2250/96

Considerando que a ***ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, Secção São Paulo***, rompeu o convênio celebrado com a Procuradoria Geral do Estado, cujo objetivo era de atender aos necessitados;

Considerando que o rompimento deu-se em virtude de que a tabela de honorários imposta pela Procuradoria Geral do Estado, continha valores irrisórios e aviltantes ao dígno trabalho do advogado;

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado não aceitou negociar com a OAB/SP, no sentido de remunerar os conveniados através da tabela de honorário elaborada pelo Conselho Superior, atendendo os preceitos da Lei nº 8906/94, artigo 23 do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil;

Considerando, por outro lado, que o artigo 133, da Constituição Federal garante a presença do advogado, para assegurar os direitos individuais, e preservar que a ampla defesa seja observada;

Considerando que a população carente, em face desse ocorrido, ficou muito prejudicada, pois por não poder arcar com honorários, perdem a oportunidade de defender seus direitos em juízo, bem como a prerrogativa legal de ser defendido na sede criminal e demais áreas da Justiça;

Considerando que os advogados honrando seu compromisso e entendendo os ditâmes de sua consciência profissional, jamais deixaram de atender aos necessitados, entretanto sem fazer a *prima facie* jus aos honorários compatíveis com os serviços executados;

Considerando que os magistrados sensíveis a situação de tão grande importância, arbitram os honorários advocatícios, com base na tabela elaborada pelo Conselho Superior da OAB, determinado a expedição de certidão, contendo o respectivo valor;

Considerando porém que hoje, após terminado o processo, o qual via de regra se arrasta por mais de dois anos, é que o advogado ainda vai esperar para receber o equivalente a décima-parte da real Tabela de Honorários da OAB/SP;

Considerando, que o Estado não pode permanecer inerte e omisso a esta situação, mesmo porquê a Lei Maior lhe impõe a responsabilidade de dar assistência ao necessitado, no tocante ao direito que esse tem de se defender e pleitear em juízo, sem esquecer contudo, de remunerar o profissional;

Considerando que o Governo do Estado de São Paulo, não tem recursos específicos que possibilitem o pronto pagamento dos honorários, assim que lhes sejam apresentadas as certidões,

REQUEIRO A CASA, NA FORMA REGIMENTAL, APÓS OUVIDO AO PLENÁRIO, para que ofício seja enviado ao Senhor Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, no sentido de que seja criado fundo destinado a atender prontamente e sem burocracia aos pagamentos dos honorários, arbitrados aos advogados, pelo atendimento de necessitados e pelos serviços profissionais a ele prestados.

Que do deliberado seja dado ciência, ao Exmo. Senhor Secretário de Justiça e Cidadania e Exmo. Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça e ao Exmo. Dr.Guido Antonio Andrade, Digníssimo Presidente da OAB/SP, solicitando daquelas autoridades o apoiamento e interferência dos mesmos junto ao senhor Governador do Estado com vistas a ser atendida a justa reivindicação dos advogados;

Finalmente, que do deliberado sejam todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo cientificadas, a fim de que dêem apoio ao presente Requerimento.

Plenário Prefeito H.Hans Louis Baxmann, 17 de junho de 1996.

Assinado no Original

Vereador Rubens Tredici da Silva

1926-1953

LABOR OMNIA VINCIT

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

PRESIDENTE
DA CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
VER.ANTONIO JOSE ESPERANCA
CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
CENTRO HOLAMBRA SP
13.825-000





Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos
Av. D. Pedro II, 130 - CEP 08500-000 - Cx. Postal 08 - Tel.: 774-1818

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 12 de junho de 1996.

Deputado
WALDIR CARTOLA

Restabelecer o pagamento das aposentadorias e pensões a todos os beneficiários da Carteira de Previdência de ex-Vereadores do Estado de São Paulo, com a correção prevista na lei n.º 4642/85, é o meu objetivo junto ao Governo Estadual, manifestado na Indicação n.º 1182/96 (anexa), direito adquirido de todos aqueles que já contribuíram e que deve ser cumprido pelo Sr. Governador.

Contando com o apoio dessa Edilidade, coloco-me à disposição nesta Casa, subscrevendo-me com espiritual apreço.

Exmos Srs. Vereadores da
CâMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

LIDO EM SESSÃO
DE
07/03/96
PRESIDENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

INDICAÇÃO Nº 1182 DE 1996

A lei estadual nº 8816, de 7 de junho de 1994, extinguiu a Carteira de Previdência de Prefeitos e Vereadores do Estado de São Paulo.

O projeto original previa no artigo 4º que os beneficiários da Carteira teriam assegurados seus direitos. Este artigo foi vetado pelo Sr. Governador sob o fundamento de ser inconstitucional e o veto foi apreciado e derrubado por esta Assembléia Legislativa, fazendo parte da mencionada lei nº 8816/94.

Esse artigo 4º demonstra a preocupação do Estado em garantir o direito dqueles que já recebiam os benefícios da lei, reconhecendo assim o direito adquirido.

No entanto, o Governo do Estado,através do IPESP, suspendeu o pagamento das aposentadorias e pensões de todos os beneficiários da carteira, violando o disposto no artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição da República, prejudicando o direito adquirido dos ex-vereadores aposentados e de seus beneficiários legais, já que estes cumpriram com todos os requisitos previstos em lei, fazendo jus aos benefícios, que passaram a integrar seu patrimônio.

Não pode a lei nº 8816/94, de forma ilegal, arbitrária e abusiva, alterar situação já definitivamente consolidada por lei anterior, atingindo direito líquido e certo dos ex-vereadores e seus beneficiários.

A lei nova não pode alterar efeitos produzidos por lei anterior, numa ofensa ao princípio constitucional da retroatividade que venha a atingir situação pretérita, já que restou ferido o direito adquirido desses contribuintes, produzido por lei válida e idônea.

Tendo o Governo do Estado optado pela extinção da Carteira através da lei nº 8816/94, pode fazê-lo para o futu-

PROTOCOLO
No de Ordem 794
Fls. No 22 Livro No 09
Data 25 / 06 / 96
SECRETÁRIA

ro, preservando o direito adquirido dos ex-vereadores.

Outra lesão sofrida por esses beneficiários refere-se à correção dos valores das aposentadorias e das pensões previstas no artigo 17 da lei nº 4642/85, que deixou de ocorrer desde julho de 1995, tornando os valores pagos totalmente defasados em relação à quantia legalmente devida.

Não há que esquecer que trata-se de aposentadoria contributiva onde as partes somente recebem os benefícios de acordo com o percentual e o tempo de contribuição. Assim, o vínculo que liga os ex-vereadores à Carteira é de natureza contratual, caracterizado por contribuições mensais destinadas à formação de pecúlio.

A Carteira de Previdência dos Prefeitos e Vereadores do Estado de São Paulo sempre recebeu, nos termos da lei, contribuição dos seus inscritos, bem como do Poder Público que em última análise é o empregador dos parlamentares, uma vez que é dele que os vereadores recebem a sua remuneração.

A lei nº 951 que criou a Carteira dos parlamentares em 1976 e suas posteriores alterações, inclusive a lei nº 4642/85 que desmembrou as carteiras, continuaram no mundo jurídico até sua revogação e produziram efeitos válidos que devem ser respeitados, dentre os quais o direito adquirido dos ex-vereadores.

Não pode se admitir que o Governo do Estado deixe ao desamparo pessoas que tendo cumprido todas as exigências da lei e que já estavam em gozo do benefício por ela criado.

Com este arrazoado,

INDICAMOS, NOS TERMOS REGIMENTAIS, AO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE DETERMINE À SECRETARIA DA FAZENDA A IMEDIATA RETOMADA DO PAGAMENTO INTERROMPIDO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA EXTINTA CARTEIRA DA PREVIDÊNCIA DE PREFEITOS E VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, CORRIGINDO-SE OS VALORES COM BASE NO QUE DETERMINA A LEI Nº 4642/85.

Sala das Sessões, em 04-06-96

a) WALDIR CARTOLA



O Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado de São Paulo,
Deputado Ricardo Tripoli,
sentir-se-á honrado com sua presença
na inauguração da "Mostra do Acervo Histórico
da Assembléia Legislativa",
que será realizada no dia 17 de Junho de 1996, às 19 horas.

LIDO EM SESSÃO
DE
12/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 780
Fls No 22 Livro No 022
Data 10/06/96
SECRETÁRIA

Local: Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Alvares Cabral, s/nº - Ibirapuera
Hall Monumental (entrada pela Av. Sargento Mario Kozel Fº)


SP
PRO · BRASILIA · FIANT · EXIMIA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Ofício Nº 106/96

Holambra, 06 de junho de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexas, cópias dos balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de agosto de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
19/08/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE AO MÊS DE.....JULHO...../19...96.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	104.474,48	14.000,00	118.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	400.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	104.474,48	14.000,00	118.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	400.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	4.132,34	133,86	4.266,20				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	735,17	117,14	852,31				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.393,03	251,00	27.644,03				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			146.118,51				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de julho de 1996

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....J U L H O...../1996.

(EM R$1,00)

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL	ANTERIOR	NO MÊS	ATUAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	77.383,66	12.587,97	89.971,63	77.383,66	12.587,97	89.971,63	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	155.028,37
3113	Obrigações Patronais	735,16	117,14	852,30	616,09	119,07	735,16	117,14	6.000,00	-0-	6.000,00	5.147,70
3120	Material de Consumo	2.413,11	61,34	2.474,45	2.354,10	90,73	2.444,83	29,62	12.000,00	-0-	12.000,00	9.525,55
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	6.833,70	1.223,95	8.057,65	5.784,75	1.223,95	7.008,70	1.048,95	22.000,00	-0-	22.000,00	13.942,35
3132	Outros Serviços e Encargos	16.889,89	1.800,08	18.689,97	13.689,09	1.784,38	15.473,47	3.216,50	42.000,00	-0-	42.000,00	23.310,03
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	15,66	2,85	18,51	15,66	2,85	18,51	-0-	250,00	-0-	250,00	231,49
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	2.240,00	447,00	2.687,00	2.240,00	447,00	2.687,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	37.313,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	106.684,96	16.240,33	122.925,29	102.257,13	16.255,95	118.513,08	4.412,21	519.250,00	-0-	519.250,00	396.324,71
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	4.132,34	133,86	4.266,20	4.132,34	133,86	4.266,20	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	735,17	117,14	852,31	616,10	119,07	735,17	117,14				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	27.393,03	251,00	27.644,03	27.273,96	252,93	27.526,89	117,14				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						78,54					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						146.118,51					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de julho de 1996.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DO POLICIAMENTO DE ÁREA DO INTERIOR DOIS
VIGÉSIMO SEXTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR

26º BPM/I
Rua Luiz Gama, 298
Bonfim - Campinas/SP
Fone (019) 242.9111

Campinas, 05 de junho de 1.996

Prezado Senhor:

Pelo presente tenho a honra de levar ao conhecimento de V Sª que em 07Jun96 esta Unidade do CPA/I-2 - Comando do Policiamento de Área da Região de Campinas, o 26º Batalhão de Polícia Militar do Interior, recebe seu novo Comandante: TENENTE-CORONEL PM José Carlos CARREIRAS.

Aproveito a oportunidade para externar a V Sª meus agradecimentos pela colaboração e apoio dispensados a este Major Soares, durante o período de 09Out95 a 06Jun96, quando do Comando Interino desta Unidade Operacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Atenciosamente

JORGE MORAES SOARES FILHO
Maj PM Cmt Intº do 26º BPM/I

LIDO EM SESSÃO
DE
19/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 784
Fls. No 22 Livro No 02
Data 17/06/96
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Ofício Nº 080/96

Holambra, 05 de junho de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexas, cópias dos balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de maio de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

LIDO EM SESSÃO
DE
12/06/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE AO MÊS DE.....M A I O...../19..96.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO INICIAL	ACRÉSCIMO VERIFICADO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL				
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	70.474,48	18.000,00	88.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	430.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	70.474,48	18.000,00	88.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	430.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	3.864,62	133,86	3.998,48				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	491,26	124,84	616,10				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.881,40	258,70	27.140,10				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			115.614,58				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de maio de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....MAIO...../1996.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

(EM R$1,00)

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	52.376,98	12.744,41	65.121,39	52.376,98	12.744,41	65.121,39	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	179.878,61
3113	Obrigações Patronais	491,25	124,84	616,09	397,80	93,45	491,25	124,84	6.000,00	-0-	6.000,00	5.383,91
3120	Material de Consumo	2.019,09	298,17	2.317,26	1.712,40	306,69	2.019,09	298,17	12.000,00	-0-	12.000,00	9.682,74
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	4.555,80	1.138,95	5.694,75	3.506,85	1.138,95	4.645,80	1.048,95	22.000,00	-0-	22.000,00	16.305,25
3132	Outros Serviços e Encargos	11.272,02	3.822,03	15.094,05	10.072,02	1.717,77	11.789,79	3.304,26	42.000,00	-0-	42.000,00	26.905,95
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	9,96	2,85	12,81	9,96	2,85	12,81	-0-	250,00	-0-	250,00	237,19
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	339,00	1.901,00	2.240,00	339,00	305,00	644,00	1.596,00	40.000,00	-0-	40.000,00	37.760,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	71.237,88	20.032,25	91.270,13	68.588,79	16.309,12	84.897,91	6.372,22	519.250,00	-0-	519.250,00	427.979,87
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	3.864,62	133,86	3.998,48	3.864,62	133,86	3.998,48	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	491,26	124,84	616,10	397,80	93,46	491,26	124,84				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.881,40	258,70	27.140,10	26.787,94	227,32	27.015,26	124,84				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						3.701,41					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						115.614,58					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe da Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de maio de 1996.

Câmara Municipal de Osasco

Estado de São Paulo

Ofício Nº 04/479/96

Em, 23 de maio de 1996.

Assunto:

Encaminha cópia de Requerimento

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente a fim de passar às mãos de Vossa Excelência, a inclusa cópia do Requerimento nº 1756/96 de autoria do nobre Edil Armando' Martins Cordeiro Junior.

Na oportunidade apresento-lhe os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

DR. DIONISIO MATEOS
Presidente

EXMO. SR.
DD. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE

PROTOCOLO
No de Ordem 782
Fls No 22 Livro No 02
Data 10/06/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
12/06/96
PRESIDENTE

MOD. 02

FL. _____
PROCESSO 1910
Comunicações Administrativas

Câmara Municipal de Osasco

Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO
PROTOCOLO Nº 1756
Data 14/05/1996
COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Requerimento nº 1756/96

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

ENCAMINHE-SE
S. S. T., 14/5/96
PRESIDENTE.

Requeiro à Mesa, observadas as formalidades regimentais, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Doutor **ADIB JATENE** para que Sua Excelência determine ao Setor competente que proceda a imediata **liberação dos recursos** à Rede Hospitalar Estadual, Privada e Filantrópica, conveniadas com o SUS - Sistema Único de Saúde, devidos pelos serviços prestados desde outubro de 1995.

JUSTIFICATIVA:

É de se salientar que os valores, inobstante atrasados, são pagos sem qualquer aumento e reproduzem os mesmos valores do ano de 1994, época em que tivemos uma inflação de 40% (primeiro ano do Plano Real). Por outro lado, no ano seguinte, a inflação girou em torno dos 16 a 20%, somando, então, nesses 2 anos, uma inflação de 70%.

Os valores devidos pelo governo federal, no entanto, não sofrem qualquer correção monetária e reproduzirão, quando efetivamente pagos, aqueles mesmos de 1994.

Dessa atitude irresponsável das autoridades de plantão da área, levando o Estado a não cumprir com sua obrigação, decorre a falência por que vem passando o sistema de saúde brasileiro. Os estabelecimentos conveniados ou contratados - Rede Hospitalar Estadual, Particular e Filantrópica -, vêm sofrendo sérios problemas econômico-financeiros, já que têm compromissos assumidos com fornecedores, funcionários, com o Fisco e, principalmente, com o Cidadão, acarretando a impossibilidade de manter o atendimento com o SUS e, conseqüentemente, ficando seriamente prejudicado o serviço de saúde, que é direito de todos e dever do Estado, nos termos do art. 196 da Constituição Federal.

CÓPIA AUTENTICADA PELA SECRETARIA DA CÂMARA

Maria de Lourdes de Toledo
Diretora-Secretária

MOD. 04

Fls. 03
Processo 1910

Câmara Municipal de Osasco

Estado de São Paulo

Por ser justo o motivo, solicito a apreciação e aprovação deste Requerimento pelos Nobres Pares e, ao Senhor Ministro da Saúde, homem público da saúde que é e que sensibiliza-se com a situação desesperadora por que passam tais entidades, que tome as providências cabíveis, em caráter de urgência, para que o problema seja efetivamente solucionado.

Requeiro, finalmente, que se envie cópia deste às **Câmaras Municipais do Estado de São Paulo**, solicitando apoio à propositura.

Sala das Sessões Tiradentes, 14 de maio de 1996, 35º ano da Emancipação Político-Administrativa de Osasco.

Armando Martins Cordeiro Junior
Vereador - PSDB

CÓPIA AUTENTICADA PELA SECRETARIA DA CÂMARA

Maria de Lourdes de Toledo
Diretora-Secretária

MOD. 04

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim, em 21 de maio de 1996

OF. Nº 153/96
Ao
EXMO. SR. VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
DD. Presidente da Câmara Municipal da
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar as mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 164/96**, de autoria do nobre Edil **DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA E OUTROS**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 20 de maio de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
05 / 06 / 96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 768
Fls. Nº 21 Livro No 02
Data 23 / 05 / 96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

ASSUNTO:Prorrogação de pelo menos 2 anos da Lei nº 7.498/86

DESPACHO:APROVADO PELA CASA EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA HOJE.
SALA DAS SESSÕES 20 /05 /96

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 164 , DE 1996

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

No dia 25 de Junho próximo termina o prazo de 10 (dez) anos permitidos pela Lei 7.498/86 para que os Atendentes de Enfermagem terminem o curso de Auxiliar de Enfermagem e possam continuar exercendo a profissão.

Ocorre que a quase inexistência do curso de Auxiliar de Enfermagem, escassez de vagas, os custos dos cursos particulares e a falta de investimentos do poder público em cursos profissionalizantes tornaram tal lei inaplicável. Somente no Estado de São Paulo existem mais de 80 mil Atendentes de Enfermagem em atividade e sob ameaça. No Brasil estima-se em mais de 300 mil o número de trabalhadores que entraram nos serviços de saúde depois de 1986 sem o curso profissionalizante.

Em Mogi Mirim, só na Prefeitura, apesar de todo o esforço realizado, ainda temos 11 Atendentes de Enfermagem.

Desta forma, o Sindicato da Saúde de Campinas, junto com sua Federação, está desenvolvendo uma campanha pela profissionalização destes trabalhadores, através do lema "Educação na Saúde", convocando os diversos níveis de governo (Federal, Estadual e Municipais), empresários, sindicatos e entidades educacionais para uma parceria em que todos contribuam para a elevação da qualificação e preservação do emprego dos Atendentes de Enfermagem.

Isto posto, REQUEREMOS à Mesa, ouvido o douto Plenário, sejam oficiados os Ministros da Educação (Paulo Renato Souza), da Saúde (Adib Jatene) e do Trabalho (Paulo Paiva), o Secretário de Estado da Saúde (José da Silva Guedes) e o Diretor de Saúde de Mogi Mirim (José Antonio Cirvidiu) solicitando aos mesmos que se esforcem para que as nossas Atendentes de Enfermagem concluam o 1º Grau e recebam sua formação profissional como Auxiliares de Enfermagem, com a conseqüente garantia de emprego para os que se encontram na ativa, prorrogando por mais dois (2) anos pelo menos o prazo estipulado pela Lei 7.498/86.

REQUEREMOS também à Mesa que seja enviado cópia deste Requerimento a dez (10) Câmaras de Vereadores da Região, solicitando

às mesmas que também se mobilizem na defesa do emprego e da profissionalização dos Atendentes de Enfermagem. Do decidido, solicitamos seja dado ciência ao Sindicato da Saúde de Campinas, através de sua representante em Mogi Mirim - Sra. Cleuza Aparecida Fávero Cruz.

SALA DAS SESSÕES 'VEREADOR SANTO ROTOLI' 20/Maio/1996

DR. PAULO O. SILVA
Vereador

ABNER DE OLIVEIRA
Vereador

MASSAO HITO
Vereador

Vereadora Marilene Marostoni

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº 00367/96

Matão, aos 21 de Maio de 1996.-

Excelentíssimo Senhor Presidente:-

Cumpre-me através do presente, encaminhar cópia do **Requerimento nº 086/96**, de autoria do **Vereador EDSON CORRÊA-CHINA**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia **20 de maio de 1.996.**

Valho-me do ensejo, para reiterar os protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente

LUIZ ROBERTO PEDRO ANTONIO
"Presidente"

LIDO EM SESSÃO
DE
05/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 772
Fls No 22 Livro No 02
Data 27/05/96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO
EM 20/ 05 / 1996

REQUERIMENTO Nº 00086/96

AUTORIA:- Vereador EDSON CORRÊA - CHINA.

ASSUNTO:- Posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 1.603, de autoria do Governo Federal..-

Considerando que a rápida evolução técnica-tecnológica do Brasil e do mundo exige a formação de cidadãos técnicos-competentes, com vontade política de operar mudanças, colocando este conhecimento a serviço da sociedade;

Considerando que o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", autarquia de regime especial, vinculado e associado à UNESP e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, tem primado em formar alunos nos cursos superiores nas faculdades de Tecnologias (FATEC) e em 2º grau nas escolas técnicas, lançando todos os anos, mão-de-obra especializada, para atender às exigências do competitivo mercado de trabalho;

Considerando que a Escola Técnica Estadual "Profº Sylvio de Mattos Carvalho", criada em 1.987, e vinculada ao CEETESPS desde 1.994, tem desempenhado papel de vanguarda no desenvolvimento educacional e industrial do município de Matão;

Considerando que o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou projeto de lei ao Congresso Nacional que, prevê mudanças significativas no atual sistema de ensino técnico-tecnológico do país, acabando com os cursos técnicos regulares de 2º grau, reestruturando os cursos em forma de módulos, tornando complementares ao ensino médio somente disciplinas técnicas, sem as disciplinas do núcleo comum (matemática, português, física, química, história, geografia, etc.);

Considerando que atualmente, já existem os cursos de qualificação profissional (QPs) em vários níveis, semelhantes à proposta do Governo, convivendo muito bem com os cursos técnicos regulares, atendendo a demanda do mercado de trabalho, não havendo portanto, necessidade dessa proposta de globarização de todo ensino técnico-tecnológico;

Considerando que, se aprovado tal projeto, teríamos a destruição de uma estrutura educacional que reconhecidamente consegue manter um ensino gratuito de qualidade com competência;

CÂMARA M. MATÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando, finalmente, que esta Casa de Leis não pode ficar alheia à mobilização dos alunos, funcionários, professores e direção da ETE "Sylvio de Mattos Carvalho", na luta para que esta proposta não seja efetivada.

REQUEIRO a Mesa, satisfeitas as normas regimentais, sejam enviados oficios ao **Exmo. Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso**, assim como, ao **Ministro da Educação Paulo Renato de Souza**, solicitando a **imediata retirada do Projeto de Lei nº 1603**, que **dispõe sobre a Educação Profissional e organização da Rede Federal de Educação Profissional.**

REQUEIRO ainda, o encaminhamento de cópia desta propositura para os **Líderes Partidários do Congresso Nacional; ao Governador do Estado Engº Mário Covas; ao Secretário de Ciências e Tecnologia do Estado Emerson Kapaz; ao Deputado Estadual Dr. Jayme Gimenez e às Câmaras Municipais do Estado**, solicitando que posicionem contrários ao referido projeto.

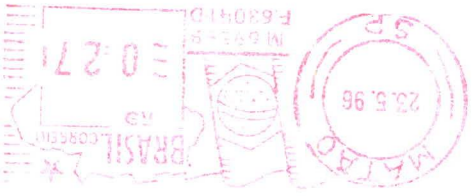
Câmara Municipal de Matão, aos 13 de Maio de 1996.-

EDSON CORRÊA - CHINA
"Vereador"

00086/96

CÂMARA M. MATÃO
Registrado sob nº 0304/96
à fls. 49-V do livro de Protocolo.
Matão, 13 de 05 de 1996
Assinatura

CÂMARA M. MATÃO
SECRETARIA
Data da Entrada
13/05/96


BRASIL CORREIO
23.5.96
SP

Câmara Municipal de Mogi Guaçu

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PRESIDENTE

OFÍCIO CIRCULAR Nº 01/96

Mogi Guaçu, maio de 1996

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, anexa, cópia do Requerimento nº 116/96, de minha autoria, aprovado em Sessão Ordinária desta Edilidade realizada dia 20 de maio de 1996.

Apraz-me usar do ensejo para externar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

VEREADOR JOÃO REIS
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
05/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 775
Fls No 22 Livro No 02
Data 03/06/96
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Mogi Guaçu

ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO N.o 116 / 96

ASSUNTO: Requer seja oficiado às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando apoio em favor da regulamentação das Rádios Comunitárias.

SENHOR PRESIDENTE,

Considerando o vertiginoso crescimento do número de emissoras de rádios comunitárias em todo o Estado de São Paulo, refletida pela luta incessante de encontrar meios para se comunicarem, parcelas organizadas da sociedade, ávidas por divulgarem sua própria realidade - de informar e ser informada -, não estão medindo esforços em fugirem das discriminações impostas pelos veículos tradicionais de comunicação, que não reservam praticamente nenhum tipo de espaço para exposição e debates de suas idéias;

Considerando os valiosos e inestimáveis serviços prestados pelas rádios comunitárias que, sem fins lucrativos, realizam um papel social fundamental no seio da sociedade e servem como um elo de ligação entre os povos que sentem segregados pelo sistema e;

Considerando a relevância do assunto e a importância que se afigura a regulamentação dessas emissoras por parte do Ministério das Comunicações, democratizando os meios de comunicação e assegurando liberdade de expressão e direito a informação, conforme prescreve a Constituição Federal,

REQUEREMOS, na forma regimental de costume, seja oficiado aos Presidentes das Câmara Municipais do Estado de São Paulo, instando Ss. Exas. para que se dignem estudar a viabilidade de formular apelo ao Ministro das Comunicações, Doutor SÉRGIO MOTTA, objetivando sensibilizá-lo sobre a importância e necessidade da criação de mecanismo que resulte na regulamentação das rádios comunitárias existentes em todo o Estado de São Paulo, associando, destarte, as diversos movimentos deflagrados nesse sentido.

Sala "Ulysses Guimarães", 08 de Maio de 1.996.

VEREADOR JOÃO REIS
(P.S.D.B.)

APROVADO
Sala "ULYSSES GUIMARÃES", 20/05/96

Presidente

13 MAI 11 13 53 001907

Rua José Colombo, 235 - Cx. Postal 233 - Cep 13.840-970 - Fone: (0192) 61-2788 - Fax (0192) 61-3700 - Telex (19) 8640 CMMG

LIDO EM SESSÃO
DE
15/05/96
PRESIDENTE

BERTIOGA
QUALIDADE AMBIENTAL

Bertioga

4º ANO DE ADMINISTRAÇÃO

19 de Maio

Dia do

SIM

Emancipação Político Administrativa

19 de Maio

A força do trabalho continuará sendo a grande semente, que temos o dever de cultivar.

Com o mesmo amor, carinho e zêlo que preparamos o solo, que selecionamos as sementes é que continuamos a implantação de nossa querida Bertioga.

As pedras aparecem no meio do caminho e solidificam o alicerce desta grande obra...

É fundamental a participação de cada um de nós, que quer o bem de nossa querida Bertioga, pois buscamos um desenvolvimento com qualidade de vida.

Arquiteto José Mauro Dedemo Orlandini
Prefeito do Município

Convite

Com satisfação, convidamos V. Sa. e família para as festividades comemorativas ao 5º Aniversário da Emancipação Político Administrativa de Bertioga.

PROGRAMA

16/05 - Quinta-feira:

09:00hrs. - Compromisso à Bandeira e entrega de Certificados de Dispensa de Incorporação do Serviço Militar;

11:30hrs. - Entrega de Cédula de Identidade - RG aos Índios na Aldeia Rio Silveiras;

15:00hrs. - Entrega das instalações do CIRETRAN Circunscrição Regional de Trânsito;
Local: Rua Manoel Gajo, nº 340 (Antiga Rua Vasco da Cruma);

17/05 - Sexta-feira:

09:00hrs. - Inauguração do Posto de Assistência Médica do Bairro Jardim Vista Linda;
Local: Rua José Carlos Pace, 31;

11:00hrs. - Entrega da reforma e ampliação da E.E.P.G. de Guaratuba;
Local: Praça C, loteamento Costa do Sol, Guaratuba) ;

14:00hrs. - Visita à Unidade Hospitalar Mista de Bertioga;
Local : Praça Vicente Molinari, s/nº ;

20:00hrs. - Culto Cívico com a participação da Orquestra Didática da Oficina de Música **'Maestro Tom Jobim'** Orfeão escolar através de trabalho integrado das escolas estaduais e particulares de 1º e 2º Graus com o Departamento de Música da Fundação de Artes e Ofícios - FAO, de Bertioga;

Apresentação oficial do Hino do Município de Bertioga e premiação ao autor ;
Local: SESC - Bertioga, Av. Tomé de Souza, 3660;

18/05 - Sábado:

09:00hrs. - Rua de Lazer - (Recreação Infanto-juvenil);
Local: Av. Vicente de Carvalho, junto ao Pier;

15:00hrs. - I Prova de Pedestrianismo '19 de Maio',com largada e chegada na Av. 19 de Maio, altura do nº500;

21:00hrs. - Show com **SERGINHO E BANDA ESSÊNCIA;**

23:00hrs. - Show-man **ROBERTO MIRANDA E BANDA CRISTAL;**
Local: Praça de Eventos, próximo ao Corpo de Bombeiros;

19/05 - Domingo:

10:00hrs. - Desfile Cívico-Militar;
Local: Av. 19 de Maio;

15:00hrs. - Torneio de Contato Total aberto a todos os estilos de Lutas marciais:
Contato Leve, Contato total, Contato Livre.

Local: Rua Luiz Pereira de Campos, 901 junto ao Departamento de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MERCEDES

CGC 44 919 066/0001-55

Praça Alipio Bedaque, 1406 - Fone (018) 875-1231 - FAX 875-1236 - SANTA MERCEDES - SP

Santa Mercedes, 15 de Maio de 1996.

Ofício Especial.

Prezado Senhor,

Em sequência ao nosso objetivo de sempre servir a comunidade, principalmente no tocante à saúde, várias são as famílias que nos procuram para solução de seus problemas, e algumas vezes ficamos impossibilitados de prestar-lhes melhor atendimento por falta de recursos. Recursos estes, que estamos tentando levantar em campanha que atinja todo nosso **ESTADO**, em benefício da menina **NAYARA MARCIANO PADILHA**, 02 anos de idade, com doença **HEPATICA CRONICA** de causa não definida, necessitando de tratamento ou possivel transplante, com recursos médicos disponiveis somente nos **ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.**

Pela urgência de definição do diagnóstico (setembro/96) e recursos a serem levantados, uma vez estimados em **R$.100.000,00 (Cem Mil Reais)**, a família, desesperada, junto a amigos solidários, estamos encaminhando pedidos de colaboração às lideranças, que certamente são alvo de muita atenção e simpatia por parte da população, que sempre encara de forma positiva, todos os esforços conscientes e planejados, possibilitando o auxílio às pessoas menos favorecidas.

Certas de contarmos com a divulgação e colaboração dando apoio a este pedido, gostariamos de agradecer antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA FRANCISCA CAPARROS VIZENTINI SILVA
- ASSISTENTE SOCIAL -

Obs.: Esta solicitação é extensiva a todos os vereadores

Qualquer contato horário comercial -

Tel.(018)875.1231 FRANCISCA
Fax.(018)875.1236 - ASS.SOCIAL,
ou
(018)876.1320 ROSEMARY OU GETULIO PADILHA
- PAIS -

Contas Bancárias:
AgEncia 0461 - 8 - NOSSA CAIXA NOSSO BANCO S/A. DE PANORAMA
No. 19.004.920-2

AGENCIA 419 - BANESPA S/A. DE PAULICEIA
No. 60.001.700-2

LIDO EM SESSÃO
DE
05/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 774
Fls No 22 Livro No 02
Data 03/06/96
SECRETÁRIA

HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG
BELO HORIZONTE - MG

CASA ANEXO
BEACO

Para: _____

Data: 12 / 03 / 96

- DECLARAÇÃO -

Declaro que Nayara Macrane Padilha tem doença hepática crônica de causa não definida, necessitando de avaliação e de recursos laboratoriais mais somente disponíveis em Serviços de extensão (Estados Unidos da América).

REGISTRO CIVIL E ANEXOS
SANTA MERCEDES
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que o presente xerox está conforme original.
Santa Mercedes 09 de 05 de 1996
Barbosa

GIOCA
Dra. Marlene Lúcia [illegible] Roquete
CRM MG [illegible] - CPF [illegible]

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
SANTA MERCEDES
Valquiria Zocatelli Barbosa
ESCRIVÃ INTERINA



MOD HC-P017
BLS 5301

RECEITUÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE TARABAI

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 2325
CEP 19210-000
ESTADO DE SÃO PAULO

OF.Nº 042/96/7

TARABAI, 13 DE MAIO DE 1.996

EXMO.SENHOR

Em cumprimento as Deliberações do Egrégio Plenário desta Edilidade é o presente para encaminhar a V.Excia., cópia do Requerimento nº 023/96/7,de autoria do Vereador Marcílio Cirso Nogueira,aprovado por esta Casa de Leis em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de Abril do corrente ano.

Certos de merecer a devida atenção a presente propositura,reiteramos a V.Excia.,protestos de elevada estima e distinta consideração.

ATENCIOSAMENTE

ADELINO PINAFFI NETO
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
05/06/96
PRESIDENTE

A SUA EXCIA.O SENHOR
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA-SP

PROTOCOLO
No de Ordem 763
Fls No 21 Livro No 02
Data 20/05/96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE TARABAI

AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 2325
CEP 19210-000
ESTADO DE SÃO PAULO

= REQUERIMENTO Nº 023/96/7 =

SENHOR PRESIDENTE:

1 - Considerando que o Congresso Nacional Brasileiro dispõe atualmente de uma oportunidade ímpar para demonstrar à população brasileira seus reais objetivos e competências,mormente como legítimos representantes do povo na defesa de seus reclamos;

2 - Considerando que nossa população deseja ver extirpado definitivamente dos meros políticos a prática do clientelismo,corporativismo,fisologismo,casuísmos,em fim, todos ISMOS" que recriminam a verdadeira prática de uma POLÌTICA voltada exclusivamente para o BEM COMUM.

3 - Considerando que a Reforma Constitucional // ora tramitando no nosso Congresso Nacional pode e deve atender // plenamente os interesses da nação,bastando para tanto que nossos' Congressistas estejam motivados,desprendidos,comprometidos e sobretudo conscientes dos efeitos de suas decisões para o futuro de nossa Pátria;

4 - Considerando que nossa população está perplexa com a discussão de aposentadorias superprecoces aos que exer - ceram mandatos por apenas oito anos,numa evidente demonstração de desigualdade dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos;

5 - Considerando que além dos temas propostos na atual revisão constitucional,a população reclama pela inclusão dos seguintes: a) Redução do número de Deputados Federais e Senadores' e b) Redução para dois anos no mandato de Deputado Federal e qua - tro anos no mandato de Senador da República;

6 - Considerando que a alteração dos mandatos / eletivos dos Congressistas é medida de aprimoramento do processo' democrático Brasileiro,Requeiro à Mesa,após deliberação do Soberano Plenário,sejam oficiados todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo,no sentido de encaminharem sugestões ao Congresso Nacional objetivando a implantação dessa mudança em nossa Constituição Federal,a partir do próximo pleito eleitoral.Requeiro,outrossim

sejam oficiados todos os Congressistas,a fim de tomarem ciência de nossas deliberações.

Plenário Vereador Antonio Branquinho de Vasconcelos,17 de Abril de 1.996

MARCÍLIO CIRSO NOGUEIRA
- Vereador -

APROVADO
Sessão de 17 de Abril de 1996
Presidente:
1º Secretário
2º Secretário

1ª FESTO
Festa do Tomate de Sumaré
Dias 9, 10, 11 e 12 - Maio/96

6º Encontro dos Produtores de Tomate do Estado de São Paulo
Dias 9 e 10 de Maio/96

LIDO EM SESSÃO
DE
08/05/95
PRESIDENTE

Convite

A Comissão Organizadora da 1ª FESTO - Festa do Tomate de Sumaré - tem a honra de convidar V. Sa. e família para a Cerimônia de Abertura, que contará com a presença do Digníssimo Governador do Estado de São Paulo, Doutor Mário Covas e do Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento, Doutor Antonio Cabrera Mano Filho.

Dia: 09 de Maio de 1996 às 10 horas.

Local: Av. Ultrafértil, s/nº - Antiga Agrofértil - Sumaré - SP

ORGANIZAÇÃO:
unika
RECURSOS HUMANOS, MARKETING E EVENTOS

REALIZAÇÃO:
ACIAS
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SUMARÉ
ROTARY CLUB

AEAS
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ

AAPS
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E PECUARISTAS DE SUMARÉ

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

C/CEPAM – 07/96

São Paulo, 9 de maio de 1996

Senhor Presidente da Câmara

O Cepam, a Secretaria de Estado da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de São Paulo – COSEMS/SP, a FUNDAP e a Faculdade de Saúde Pública – USP, estão organizando o Seminário Implementação do SUS – A Norma Operacional Básica/96 e o Município, que se realizará no dia 3 de junho próximo, das 8:00 às 18:00 horas, no município de Ribeirão Preto, no Stream Palace Hotel, Rua General Osório, 850.

Seu objetivo é o de divulgar as mudanças que ocorrerão na saúde, a partir da publicação da Norma Operacional Básica 01/96, e seu impacto nos municípios.

Enquanto representantes da Comissão Organizadora do Seminário, convidamos Vossa Excelência e os nobres Vereadores dessa Câmara para participarem do evento, cujas informações pertinentes anexamos, para conhecimento.

Agradeceríamos, ainda, a leitura deste ofício no Expediente da Seção para conhecimento de todos.

Contando desde já com a presença de Vossa Excelência e demais membros desse Legislativo no evento, valemo-nos do ensejo para renovar nossos protestos de estima e consideração.

SÉRGIO GABRIEL SEIXAS
Presidente

UPMCAM/AJB/bth

PROTOCOLO
N.o de Ordem 769
Fls No 21 Livro No 02
Data 23/05/96
SECRETÁRIA

Avenida Professor Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900 – PABX (011) 816-6460 – Telex (11) 83141 FUFL – Fax (011) 813-5969

LIDO EM SESSÃO
DE
05/06/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 649
Fls No 18 Livro No 02
Data 26/02/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
28/02/96
PRESIDENTE

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA DO INTERIOR DOIS

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

OFíCIO Nº CPAI2-032/33/96

Ao Ilmº Sr
ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
DD Presidente da Câmara Municipal de Holambra

O Comando de Policiamento de Área da Região de Campinas, no período de 26FEV96 a 15MAR96, manterá aberta as inscrições para ingresso na Polícia Militar.

Nosso objetivo é arregimentar o maior número possível de candidatos, a fim de que, mediante processo seletivo, possamos preencher as vagas em disponibilidade.

Ao investirmos no aumento de nosso efetivo, estaremos aplicando mais recursos para o desenvolvimento do trabalho policial militar da região, é este um aspecto que interessa a toda nossa Comunidade, portanto o apoio de cada cidadão, contribuirá para o êxito desse empreendimento.

Face a essas considerações, vimos, pelo presente, solicitar a V.Exª a imprescindível colaboração no sentido de viabilizar , a nível dessa municipalidade, a divulgação desse concurso público.

Contando com essa gentil assistência, antecipamo-nos com os mais sinceros agradecimentos, e, ao ensejo, externamos os manifestos de apreço e distinta considerações.

ERNESTO TASSO JUNIOR
Cel PM Cmt do CPAI-2

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA DO INTERIOR DOIS

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

OFÍCIO Nº CPA/I-023/2010

São José do Rio Preto, 11 de março de 2010.

Ao Senhor

Cel PM Cmt do CPA/I-3

ERNESTO TASSO JUNIOR

O Comando de Policiamento de Área de Região de Campinas, no período de 30/MAR/10 a 30/ABR/10, manterá especial atenção nas fiscalizações para fins eleitorais em Policia Militar.

Nosso objetivo é estreitamento o maior numero possível de candidatos, e fim de que, usufruam processo eleitoral, possamos prevenir as sobre os abusos do poder econômico.

A ou investimento de nosso efetivo, estabelecendo este recurso para o desenvolvimento de estratégias policial militar de região, e este ou especifico sua atuação junto a comunidade, portanto o apoio de cada integrante e toda nossa comunidade, contribuirá para o êxito desse empreendimento.

Face a essas considerações, vimos, pelo presente, solicitar a V.Exª a imprescindível colaboração no sentido de viabilizar , a fim desse município, a divulgação desse concurso público.

Contando com essa indispensável atenção, e, no entusiasmo nos com os mais sinceros agradecimentos, antecipamos expressões de elevada consideração.

CENTRO INFANTIL DE INVESTIGAÇÕES HEMATOLÓGICAS
DR. DOMINGOS A. BOLDRINI

PROTOCOLO
No de Ordem 761
Fls No 21 Livro No 02
Data 10 / 05 / 96
SECRETÁRIA

Campinas, 06 de Maio de 1992

LIDO EM SESSÃO
DE
15/05/96
PRESIDENTE

Ao Excelentíssimo Senhor
Antonio José Esperança
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
(019) 860 1487

Prezado Senhor,

Tudo começou numa pequena casa alugada, onde o Clube das Ladies de Campinas fundou o **Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini**, em 25 de janeiro de 1978. Em estreita parceria com a UNICAMP este Centro foi se desenvolvendo, ganhando projeção nacional nas áreas de hematologia e oncologia pediátrica.

A doação de área hospitalar própria - 1200m² - realizada pela Associação Beneficente Robert Bosch consolidou o papel de referência deste Centro, como gerador de conhecimento e formador de profissionais especializados.

Com decisiva e importante participação da comunidade mais 9000m² foram construídos e equipados. E hoje, moderna estrutura hospitalar está concluída, ampliando a oferta de esperança para centenas de crianças doentes.

É por este motivo que a cidade de Campinas tem o orgulho de convidar Vossa Excelência para a solenidade de inauguração que será no dia 25 de maio, sábado, às 10:00 horas, na Rua Dr. Gabriel Porto, 1270, Barão Geraldo, Campinas.

Esperando contar com o prestígio e apoio da presença de Vossa Excelência antecipadamente agradecemos a atenção, reiterando protestos de consideração e apreço,

Sílvia Brandalise
Presidente

obs. confirme sua presença pelo telefone: (019) 239-1425 (c/Miriam)

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Ofício Nº072/96

Holambra, 06 de maio de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de abril e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 2º bimestre de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
08/05/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE O MÊS DE.....A B R I L...../19....96

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	50.474,48	20.000,00	70.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	448.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0
TOTAL DO SUPRIMENTO	50.474,48	20.000,00	70.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	448.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	3.730,76	133,86	3.864,62				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	397,80	93,46	491,26				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.654,08	227,32	26.881,40				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			97.355,88				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148773/O-9

Holambra, 30 de abril de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....ABRIL...../1996.

(EM R$1,00)

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	40.295,30	12.081,68	52.376,98	40.295,30	12.081,68	52.376,98	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	192.623,02
3113	Obrigações Patronais	397,80	93,45	491,25	234,64	163,16	397,80	93,45	6.000,00	-0-	6.000,00	5.508,75
3120	Material de Consumo	967,04	1.052,05	2.019,09	898,74	813,66	1.712,40	306,69	12.000,00	-0-	12.000,00	9.980,91
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	3.416,85	1.138,95	4.555,80	2.277,90	1.228,95	3.506,85	1.048,95	22.000,00	-0-	22.000,00	17.444,20
3132	Outros Serviços e Encargos	7.418,85	3.853,17	11.272,02	5.559,74	4.512,28	10.072,02	1.200,00	42.000,00	-0-	42.000,00	30.727,98
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	7,47	2,49	9,96	7,47	2,49	9,96	-0-	250,00	-0-	250,00	240,04
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	339,00	-0-	339,00	339,00	-0-	339,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	39.661,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	53.016,09	18.221,79	71.237,88	49.786,57	18.802,22	68.588,79	2.649,09	519.250,00	-0-	519.250,00	448.012,12
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	3.730,76	133,86	3.864,62	3.730,76	133,86	3.864,62	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	397,80	93,46	491,26	234,64	163,16	397,80	93,46				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.654,08	227,32	26.881,40	26.490,92	297,02	26.787,94	93,46				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						1.979,15					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						97.355,88					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 30 abril de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

REFERENTE 2º BIMESTRE DE 1996 .

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal de Holambra, nos termos do artigo 74-L.O.M. (EM R$1,00)

RECEITA ARRECADADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO	-		DESPESAS CORRENTES		
Duodécimos do Exercício	34.000,00	70.474,48	Pessoal e Reflexos	26.657,47	52.878,19
Duodécimos Exerc. Anterior	-0-	-0-	Material de Consumo	1.241,61	2.019,09
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	8.120,94	15.827,82
			Diversas Despesas de Custeio	-0-	173,78
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	36.020,02	70.898,88
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Eqptos. e Mat. Permanente	-0-	339,00
			Outras Desp. de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	34.000,00	70.474,48	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	-0-	339,00
RECEITA GERAL	34.000,00	70.474,48	DESPESA GERAL	36.020,02	71.237,88
Déficit Verificado	2.020,02	763,40	Superávit Verificado	-0-	-0-
TOTAL GERAL	36.020,02	71.237,88	TOTAL GERAL	36.020,02	71.237,88

Holambra, 30 de abril de 1996 .

LUIZ CARLOS DE CAMPO
Téc.Cont.CRC Nº 1SP148778/0-9

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

A Diretoria da FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto têm a honra de convidar a V. Sa. para a aula inaugural do ***Curso de Pós-Graduação em Formação de "Gerente de Cidade"***.

DIA: 08 de Maio de 1996
HORA: Às 19:30 h.
LOCAL: Hotel J. P. - CENTRO DE CONVENÇÕES
Rodovia Anhaguera, Km 308 - Ribeirão Preto

Após a aula inaugural haverá coquetel de confraternização

CONFIRMAÇÃO: Tel.: (011) 824-0233 Ramal 1121 e 1131
Fax: (011) 824-0233 Ramal 1253

CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
GOVERNO DA SOLIDARIEDADE

Tels.: (016) 635-0500 e 630-0240
Fax: (016) 630-1100

PROTOCOLO
No de Ordem 735
Fls No 20 Livro No 02
Data 23 / 04 / 96
SECRETARIA

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 05 / 96
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 - FONE: (0172) 32-3777 / FAX: (0172) 32-3616

CIRCULAR Nº 15/96

São José do Rio Preto, 25 de abril de 1996

Senhor Presidente:

Dirijo-me a V.Exa. para encaminhar cópia do requerimento nº 1080/96, de iniciativa do Ver. Carlos de Arnaldo Silva Filho, aprovado por esta Câmara Municipal, na 12ª Sessão Ordinária do corrente ano.

Agradecendo a digna atenção de V.Exa., apresento os protestos de consideração e apreço, subscrevendo-me,

atenciosamente,

DOURIVAL LEMES DOS SANTOS
Presidente da Câmara

DLS/ebg

LIDO EM SESSÃO
DE
08/05/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 757
Fls No 21 Livro No 02
Data 06/05/96
SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 - FONE: (0172) 32-3777 / FAX: (0172) 32-3616

APROVADO
12ª Sessão de 23/04/1996
Dr. Dourival Lopes dos Santos
Presidente da Câmara

PROTOCOLO 1080/96 00023

REQUERIMENTO Nº 1080/96

EMENTA: Manifesta o apoio da Casa ao projeto de lei que tramita na Câmara Federal, garantindo o mínimo de R$ 300,00 aos professores de 1ª a 8ª séries.

Senhor Presidente:

Está em tramitação na Câmara Federal um projeto de lei que garante piso salarial mensal de R$ 300,00 para todos os professores da 1ª a 8ª séries do país.

O projeto de lei trata de assunto de suma importância, pois uma das classes mais desfavorecidas atualmente tem sido a dos professores, cuja dedicação é total sem que recebam o devido reconhecimento.

O piso pleiteado não é dos melhores, porém é satisfatório, haja visto os valores pagos à classe tão sofrida na atualidade.

Assim sendo:

REQUEIRO, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, seja inserto na Ata de nossos trabalhos **manifestação de apoio ao projeto de lei que tramita na Câmara Federal, garantindo um piso salarial mensal de R$ 300,00 aos professores da 1ª a 8ª séries.**
Que do deliberado seja oficiado ao Senhor Presidente da Câmara Federal, Dr. Luiz Eduardo Magalhães, solicitando gestão junto aos Deputados, no sentido de aprovar o referido projeto de lei, para corrigir uma injustiça para com a classe.

REQUEIRO, ainda que seja oficiado a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando idêntico procedimento.

SALA DAS SESSÕES "DEPUTADO BADY BASSITT"
18 de abril de 1996

Ver. Carlos de Arnaldo Silva Filho

CASF/ebg

Dr. Dourival Lopes dos Santos
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim, em 23 de abril de 1996

Ao
EXMO. SR. VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA,
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 121/96,** de autoria do nobre Edil **MASSAO HITO E OUTROS**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 22 de abril de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

PROTOCOLO
No de Ordem 744
Fls No 21 Livro No 09
Data 26 / 04 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 05 / 96
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

ASSUNTO: MANIFESTA SOLIDARIEDADE ÀS REIVINDICAÇÕES DO MAGISTÉRIO

DESPACHO: APROVADO PELA CASA EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA HOJE.
SALA DAS SESSÕES 22/ 04/ 96

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 124 , DE 1996

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Considerando o aumento ridículo de **R$ 0,20** por hora-aula concedido pelo governo do sr. Mário Covas (PSDB) ao Magistério, numa demonstração clara e inequívoca do total descompromisso do governador para com a Educação;

Considerando que a prática autoritária, anti-democrática e anti-popular iniciou já no primeiro ano de seu governo, com a reorganização do ensino público, quando sem nenhuma consulta à população, impôs um modelo marcado por classes superlotadas, demissões de professores e obrigando os alunos a se deslocarem vários quilômetros para estudarem, o que gerará um aumento na evasão escolar;

Considerando que toda esta política de sucateamento da escola pública não está se dando sem a resistência de abnegados integrantes do Magistério, que através de suas entidades, estão resistindo e exigindo **NEGOCIAÇÕES** e respeito para com a Educação;

Considerando que entre outros itens reivindicados pelos professores, constam: piso salarial emergencial de cinco salários-mínimos (conforme o programa de governo do sr. Mário Covas, então candidato a governador); piso do DIEESE; incorporação das gratificações; reposição das perdas desde janeiro de 87; reabertura das negociações sobre o Plano de Carreira e abertura de negociações sobre os projetos da Secretaria da Educação;

Considerando que em torno destas reivindicações, os professores da sub-sede da Apeoesp de Mogi Mirim, que abrange as cidades de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse, compareceram na última quinta-feira na Delegacia de Ensino, para solicitar que a sra. Sueli Aparecida Sobotka Cavenaghi encaminhe ao governador Mário Covas e à secretária de Educação, Rose Neubauer, uma carta contendo as solicitações da categoria e manifestando sua "profunda indignação com as medidas tomadas unilateralmente pelos burocratas do governo (...) o que tem provocado prejuízos ao ensino público já tão castigado";

Considerando que no documento encaminhado à delegada de ensino, os conselheiros da Apeoesp ressaltam a importância do ensino público de qualidade para impulsionar o desenvolvimento do país e lembram que nós não podemos assistir calados a que se crie no Brasil duas categorias de cidadãos: os que têm direito à educação porque podem pagar e os que estão condenados a frequentar uma escola pública sem recursos e com profissionais desmotivados, quando não revoltados;

REQUEREMOS, cumpridas as formalidades regimentais de praxe, sejam oficiados o sr. Governador Mário Covas; a secretária de Educação sra. Rose Neubauer; a delegada de ensino sra. Sueli Aparecida Sobotka Cavenaghi; os líderes partidários da Assembléia Legislativa, para que se sensibilizem com o problema da Educação, exigindo do governo a reabertura das negociações e o respeito, pois a "esmola" de R$ 0,20 foi uma verdadeira afronta aos que ainda resistem no Magistério, e um ato indigno de um governador eleito pelo povo com a promessa de fazer da Educação, sua prioridade de governo;

REQUEREMOS por fim que cópia deste requerimento seja encaminhado à sub-sede da Apeoesp-Mogi Mirim, e a 10 Câmaras Municipais da região, solicitando destas apoio a esta justa reivindicação ao Magistério, que incontestavelmente é o pilar de qualquer sociedade.

Sala das Sessões "Vereador Santo Rotolli", aos 22 de abril de 1996

MASSAO HITO
vereador - PT

ABNER DE OLIVEIRA
vereador - PT

DR. PAULO SILVA
vereador - PSB

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM
FUNDADA EM 1948
Avenida Paulista, 1776 - 6º Andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Telefones.: (011) 284-1067 - 289-7635 - 289-8304 - 284-1822 - FAX:(011) 284-1667

Ofício 116/96-40ºCEM

São Paulo, 22 de abril de 1996

Convite

Companheiro

Encerrado o Congresso de Municípios realizado de 15 a 20 em Serra Negra, vamos agora fazer a sua necessária avaliação.

Com este objetivo, a diretoria da APM e a Prefeitura de Votupuranga, na pessoa do seu prefeito Pedro Stefanelli Filho, vimos convidá-lo para participar desse encontro, que representará uma fiel confraternização entre os que lutam agasalhados pela Bandeira Municipalista.

Votupuranga é uma bela cidade do Oeste Paulista, situada na Região de Rio Preto. Com 90 mil habitantes é sede de uma macrorregião e cujo desenvolvimento se faz acentuadamente.

Programa

09h00	Credenciamento
10h00	Início da Sessão
12h30	Encerramento
13h00	Almoço

Data 11/05/96
Local - Centro de Exposições - (haverá setas indicativas apontando o local).

Esperamos pelo companheiro. Por favor confirmar presença pelos telefones (011) 284.1067, 289.6519, 289.8304, fax : - (011) 284.1667, ou diretamente na Prefeitura Municipal de Votuporanga, fone (0174) 21.4500.

Saudações Municipalistas

Wilson José

Wilson José
Presidente da APM

PROTOCOLO
Nº de Ordem 943
Fls Nº 21 Livro Nº 09
Data 26 / 04 / 96
SECRETÁRIA

Ao
Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municiupal

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 05 / 96
PRESIDENTE

ação

s Municipais,
a crise decor-
o pelo qual a
deveria inter-
sanear a eco-

o expediente
erças e quar-
que já conse-
mil nas con-
elefone, com-

oblemas, po-
nção de um
milhão que
ficará vincu-
ais e federais,
e encontram
parcelamento
s para o INSS
o orçamentá-
no passado.

ceção

e todas as
maioria de
arborizada
ncia à sau-
o funciona-
socorro que
dia. Várias
remodela-
ural, cons-
óprios.
de manter
no em dia e
s são com-
lade de pa-
Apesar da
cerâmicas
icípio arre-
manter os
"O segredo
a receita."

CONGRESSO

Termina encontro de municipalistas em Serra Negra

No encerramento, foi apresentada carta com críticas às intervenções nos municípios

SERRA NEGRA — A Associação Paulista de Municípios encerrou ontem, em Serra Negra, seu 40º congresso anual. Agora ela já se prepara para outras eventos, que serão realizados simultaneamente entre 6 e 11 de julho, na Capital: o I Congresso Internacional dos Municípios do Mercosul e a 1ª Feira Municipalista.

"Foi um encontro importante, na medida em que os governos federal e estadual estão começando a desenvolver políticas vitais para os municípios", avaliou o presidente da entidade, Wilson José. Ele se referia à municipalização do turismo proposta pela Embratur e à nova política industrial de São Paulo.

Segundo José, cada vez mais, a União e os Estados procuram se afastar da prestação de serviços. "A municipalização é irreversível, mas isso nos preocupa porque as receitas não atendem à crescente demanda de serviços públicos repassados."

Ontem, foi apresentada a Carta de Serra Negra que adverte sobre as conseqüências do grande número de pedidos de intervenção nos municípios. Para eles, "a intervenção não criará recursos financeiros adicionais, mas acarretará a paralisação de serviços públicos essenciais".

A carta critica o governo federal: "São Paulo e seus municípios são os que mais contribuem para as finanças públicas do País, mas são os que menos recebem". **(José Rodrigues)**

Mario Vassalo/AE

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM
FUNDADA EM 1948
Avenida Paulista, 1776 - 6º Andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Telefones.: (011) 284-1067 - 289-7635 - 289-8304 - 284-1822 - FAX:(011) 284-1667

CARTA DE SERRA NEGRA

Os municipalistas de São Paulo, reunidos em Serra Negra, de 15 a 20 de abril de 1996, em seu 40º Congresso Estadual, ao avaliarem os resultados dos trabalhos desenvolvidos, querem, inicialmente, destacar o significado deste evento.

Nenhuma outra entidade municipalista conseguiu, como a Associação Paulista de Municípios, atingir esta marca: quarenta congressos estaduais, reunindo prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, servidores publicos, autoridades de todos os níveis de governo, jornalistas, técnicos e especialistas em engenharia, finanças, saúde, transportes, educação e outras áreas da administração pública, todos irmanados pelo mesmo ideal.

Foram quarenta congressos nos quais se debateram, com plena liberdade, acima das divergências político-partidárias, todos os assuntos de interesse municipal, com um riquíssimo intercâmbio de experiências. A seriedade desses congressos pode ser avaliada pelo absoluto êxito alcançado pelos Cursos de Direito e Administração, levados a efeito como parte das atividades de cada congresso, os quais, ao longo dos anos, foram orientados por figuras do porte dos saudosos HELY LOPES MEIRELLES e GERALDO ATALIBA, e, mais recentemente, pelos companheiros municipalistas ADILSON DALLARI e SÉRGIO BAPTISTA.

A programação especial, neste ano voltada para a reflexão de valorização da vida, em destaque, o papel da Familia, da Igreja, da Escola e da Mídia na formação da cidadania. Discutiiu-se, acima de tudo, o processo de construção da democracia. Repensou-se a terceira idade. Neste quadragésimo congresso essa programação especial foi sobremaneira valorizada pela presença constante e pela atuação efetiva da Primeira Dama do Estado, Senhora LILA COVAS.

Nesta luta constante pelo aprimoramento da administração municipal merece destaque a colaboração sempre prestada pelo Governo do Estado de São Paulo, no cumprimento de seu dever de proporcionar suporte e prestar assessoramento técnico aos municípios paulistas. Confiam os Municípios que esse apoio nunca será negado e que o Governo do Estado continuará prestigiando e reconhecendo a importância da Associação Paulista de Municípios para o eficaz desempenho desse trabalho de interesse comum.

Realmente, o Estado não será forte se seus Municípios não forem fortes. É de interesse recíproco a defesa intransigente da manutenção e fortalecimento das condições financeiras dos municípios, da autonomia municipal em sua inteireza, e da independência dos poderes constituidos dos municípios, hoje seriamente ameaçados pela insensibilidade de alguns e pelo estrelismo demagógico de outros.

vide verso

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM
FUNDADA EM 1948
Avenida Paulista, 1776 - 6º Andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Telefones.: (011) 284-1067 - 289-7635 - 289-8304 - 284-1822 - FAX:(011) 284-1667

Paira sobre grande número de municípios a figura hedionda da intervenção, em decorrência do não pagamento de precatórios com valores absurdamente corrigidos. A intervenção não criará recursos financeiros adicionais, mas apenas acarretará a paralização de serviços públicos essenciais, sacrificando os setores mais carentes da coletividade. É preciso, portanto, bom-senso, diálogo e criatividade, para que não se tenha que chegar, inevitavelmente, à moratória.

O que não falta aos municipalistas é tenacidade para criar novas fontes de recursos e aliviar o peso de encargos, por meio de privatizações, parcerias, concessões, consórcios, estímulos ao desenvolvimento de atividades privadas e apelos à participação popular, visando sempre assegurar a melhor qualidade de vida possível aos munícipes.

Os municipalistas não desanimam e não se descontrolam diante do agravamento de carências de todas as espécies, do desemprego, do desespero dos despossuidos, sem terra ou sem teto, pois sabem que tudo isso afeta mais diretamente o governo municipal que, de uma forma ou de outra, sempre é chamado para prestar o primeiro atendimento e o mais rápido socorro, enquanto os outros criticam, observam, discutem, planejam ou simplesmente tergiversam.

Os municipalistas não acreditam em milagres. Sabem que este Estado e seus Municípios são os que mais contribuem para as finanças públicas no Brasil, sendo ao mesmo tempo os que, proporcionalmente, menos recebem, não obstante sejam o destino principal das correntes migratórias que buscam um mínimo de condições de vida e de oportunidades para sí e para seus filhos, agravando sobremaneira, a cada ano, a demanda de serviços públicos e assistência social.

Em face de sua convivência com essa dura realidade, os municipalistas podem avaliar e reconhecem o esforço que vem sendo desenvolvido pelo Governador MARIO COVAS e seu valoroso secretariado no sentido da reorganização administrativa e financeira dos serviços, órgãos e entidades estaduais, como base para a retomada do desenvolvimento de acordo com a vocação ou as disponibilidades de cada região.

Quarenta congressos já realizados permitem constatar o amadurecimento dos governantes municipais, que continuam sendo os agentes políticos mais vigiados e mais controlados diretamente pelos cidadãos, e, por isso mesmo, mais preocupados com a boa administração, com a eficiência dos serviços públicos, com a probidade administrativa, e com a transparência e a coerência de suas atitudes pessoais.

Wilson José.

WILSON JOSÉ
Presidente da Associação Paulista de Municípios

São Carlos, 18 de abril de 1996

LIDO EM SESSÃO
DE
07/05/96
PRESIDENTE

Prezado Senhor;

Tomamos a liberdade de levar ao seu conhecimento a injusta situação a que estão sendo submetidos os funcionários públicos estaduais de São Paulo. Sendo assim, solicitamos seu empenho para que dê ciência desta aos vereadores de sua cidade e que envie ofícios ao Governador do Estado e aos Deputados Estaduais objetivando o imediato cumprimento dos precatórios.

Cordialmente,

End. p/ Correspondência:
COMISSÃO DE PROFESSORES
CENTRO PROFESSORADO PAULISTA
Rua Lúcio Rodrigues, 11 - Fax: (016) 271.0297
13572-040 - SÃO CARLOS - SP

PROTOCOLO
No de Ordem 746
Fls No 21 Livro No 09
Data 29/04/96
SECRETÁRIA

10/04/96 **PRIMEIRA PÁGINA**

Dívidas: Brindeiro pede para o STF intervir em SP

Por Fausto Macedo

São Paulo (AE) - O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) intervenção federal no Estado de São Paulo. Brindeiro entregou parecer de 21 páginas ao presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence, no qual sustenta que a Fazenda paulista não honra dívida decorrente de sentenças judiciais.

O parecer sobre a intervenção foi redigido pela subprocuradora-geral da República, Anadyr de Mendonça Rodrigues. Brindeiro aprovou integralmente o relatório, concluindo que "o pedido de intervenção comporta deferimento". O parecer não aponta nomes, mas fala em "administrador imprudente", numa referência direta ao governador. O governo estadual é acusado de "inadimplência e desobediência".

A intervenção federal é prescrita pelo artigo 34 da Constituição "para garantir a eficácia das decisões judiciais, em que o agente do poder público estadual, responsável pela execução da ordem, desobedece de alguma forma, procrastinando até mesmo quando apenas oferece explicações".

Segundo Brindeiro, o não-pagamento das indenizações - a maior parte decorrente de desapropriações - representa "a mais explícita confissão de inadimplência e de desacato" a ordens judiciais. "No Estado de Direito, a ninguém, e nem mesmo, ou muito menos, à Fazenda Pública, é dado decidir se deverá - ou não! - cumprir uma ordem judicial, como o Estado de São Paulo, com simplicidade, reconhece ter feito", ressalta o parecer.

O parecer de Brindeiro tem origem em pedido de intervenção apresentado por três funcionários públicos de São Paulo. Em setembro de 1994, Francisco Capuano e dois colegas alegaram, perante o Tribunal de Justiça do Estado (TJ), que a Fazenda ignorou ordem judicial, deixando de lançar depósito de valores referente a uma diferença de cálculos de atualização.

Promoção

A ação teve início em 1986. Os servidores reclamavam o recebimento de reajuste de vencimentos pela promoção de cargos. A causa foi julgada procedente pela 6ª Vara da Fazenda Pública. Quatro anos depois, o débito foi objeto de sentença judicial. A Fazenda do Estado quitou o valor original, mas não pagou a correção.

Em 15 de abril de 1994, a presidência do Tribunal de Justiça enviou ofício à Procuradoria-Geral do Estado requisitando pagamento da diferença no prazo de 90 dias, mas o dinheiro não foi liberado. Em agosto de 1995, os desembargadores do Órgão Especial do TJ julgaram procedente o pedido de intervenção apresentado pelos três servidores. Os autos foram remetidos ao STF.

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA
Solicita cumprimento de precatórios pelo Governo do Estado de S.Paulo

CONSIDERANDO que funcionários públicos estaduais, mesmo tendo obtído ganho de causa contra a Fazenda do Estado no processo em que reivindicam o pagamento correto do gatilho salarial, gratificação de magistério, código 181 e outros, continuam aguardando o pagamento;

CONSIDERANDO que tal processo recebeu diversos Precatórios referentes ao ano de 1994, para que o estado efetuasse o pagamento do ano de 1994 e, não o fazendo, o Estado desrespeita o artigo 100, Paragrafo 1º, da Constituição Federal, que preceitua: *"É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º, de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte".*

CONSIDERANDO que o Governador Mário Covas insiste em não pagar os débitos de natureza alimentícia aos funcionários públicos, razão pela qual já há pedidos de Intervenção Federal no Estado de São Paulo, acolhidos e encaminhados pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao Supremo Tribunal Federal, para julgamento;

CONSIDERANDO que o Procurador Geral da República, pelos mesmos motivos, endereçou representação ao Supremo Tribunal Federal, pedindo intervenção Federal no Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO pelas razões citadas e, cooperando com os funcionários públicos estaduais na batalha que travam para receber os valores que a Justiça já declarou seus, é que:

REQUEIRO, na forma regimental, ouvido o plenário, sejam enviados ofícios ao Sr.Governador do Estado de São Paulo, solicitando que cumpra as decisões judiciais, pagando os precatórios; aos senhores deputados estaduais, para que procurem o Sr.Governador com o mesmo objetivo; a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, sugerindo-lhes que tomem as mesmas providências ora tomadas por esta Casa.

Sala das Sessões, 25 de março de 1996

AZUAITE MARTINS DE FRANÇA
Vereador - PPS

RIO PIRACICABA

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONVITE

DIA: 24 de maio de 1996 (sexta-feira)
HORÁRIO: 9:00 horas
LOCAL: Valinhos - Hotel Fonte Santa Tereza
(Saída de Valinhos para a Rod. Dom Pedro)

PAUTA:

1) Proposta e deliberação sobre alteração no Estatuto
2) Adesão de empresas ao Consórcio
3) Informações gerais sobre os trabalhos
4) Novas cooperações: Governo Federal, México e Redes de Consórcios
5) Assuntos diversos

Prezado Senhor:

A pauta desta nossa próxima reunião tem um assunto de grande importância, que é a participação de empresas privadas, públicas e de economia mista no Consórcio. Várias empresas já manifestaram interesse de participar do Consórcio e, para tanto, estaremos deliberando sobre a alteração no Estatuto e na incorporação destas empresas como membros do Conselho de Municípios. Isto significará um grande avanço em nossa organização e a efetivação, na prática, de uma parceria perene entre o público e o privado.

Além deste assunto estaremos prestando conta de nossas atividades, incluindo as parcerias com as prefeituras e com o Governo do Estado. Também daremos informações sobre as recentes tratativas com o Governo Federal e com organizações mexicanas, e sobre nossa participação na Rede Nacional de Consórcios e nas Redes de Organismos de Bacia (Latino Americana e Internacional).

Em breve lhe enviaremos uma pasta, contendo os detalhes dos assuntos a serem tratados. Neste momento solicitamos pautar a reunião em sua agenda, para que possamos ter uma participação significativa dos prefeitos, vereadores, autoridades estaduais e federais, parlamentares, técnicos e representantes das entidades, juntamente com nossos parceiros públicos e privados.

Contamos com seu apoio e presença.

Valinhos, 17 de abril de 1996.

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 05 / 96
PRESIDENTE

JOÃO MOYSÉS ABUJADI
Prefeito de Valinhos e
Presidente do Consórcio

PROTOCOLO
N.o de Ordem 741
Fls. No 21 Livro No 02
Data 26 / 04 / 96
SECRETÁRIA

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
Empresa do SISTEMA TELEBRÁS

CT.OA6/0275/96

São João da Boa Vista, 11 ABR 1996

Exmo. Sr.
Antônio José Esperança
Presidente da Câmara Municipal
Av. Rota dos Imigrantes, s/nº
13825-000 - HOLAMBRA - SP

Prezado Senhor:

Agradecemos a indicação apresentada pelo vereador Valter Costela, através do ofício nº 047/96 de 21/3/96.
Informamos na oportunidade, que os telefones de uso público são visitados no mínimo 04 (quatro) vezes por mês, para limpeza, coleta de fichas telefônicas e remoção de defeitos. Alertados pela indicação acima, procedemos inspeção em todos os telefones de uso público e no momento estão todos sem defeito. Os índices de defeitos apresentado pelos telefones de uso público de Holambra, estão dentro dos padrões normais da Telesp.
Caso aconteça algum caso, que V. Sa. julgue crítico, colocamo-nos a disposição através do telefone (0196) 33-1603 - Engº Francisco.

Atenciosamente,

PAULO DE TARSO VALLIM ORRÚ
Gerente Distrito A6.

"OA6 - O PRAZER DE FAZER COM QUALIDADE"

LIDO EM SESSÃO DE 17/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 714
Fls No 20 Livro No 02
Data 15/04/96
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Ofício Circular SA nº 032-95/96
Suzano, 10 de abril de 1996.

Senhor Presidente,

Pelo presente, estamos encaminhando a V.Exª., cópia do Requerimento nº 1755-95/96, de autoria do Vereador Osias de Souza, acolhido por esta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada no dia 03 de abril de 1996.

Sem mais para o momento, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ver. Cláudio José de Moraes Guillaumon
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
02/05/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 731
Fls No 20 Livro No 022
Data 22/04/96
SECRETÁRIA

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra-SP
crls

Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

Osias de Souza
Vereador

REQUERIMENTO N. 1755-95/96

Considerando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, aponta uma deficiência de aproximadamente... 50% de homens em seu quadro de efetivo no Município;

Considerando que informa ainda aquela Secretaria o constante fluxo de baixa de Policiais Militares, que optam em trabalhar noutras atividades, tendo em vista a pequena remuneração;

Considerando que a formação de um Policial Militar, desde sua inscrição até seu efetivo ingresso na carreira, é extremamente dispendioso para o Estado e o Município e em razão do pequeno salário, torna-se flagrante a dificuldade de recrutar novas pessoas para tão importante atividade profissional, além da dificuldade pela manutenção do atual quadro da PM.;

Considerando que no ano passado, pertencer a PM, era fator de galhardia para qualquer cidadão, e para a comunidade em geral era também motivo de satisfação encontrar um Policial, pois, tratava-se de homens eficientemente treinados e capazes de oferecer tranquilidade e segurança à população;

Considerando que, infelizmente, hoje a situação retrata uma ligeira distorção, porque verifica-se que em detrimento da pequena remuneração a pessoa se inscreve para ser um Policial Militar por encontrar dificuldades de exercer outras atividades no mercado de trabalho;

Considerando que além desses aspectos, o Policial Militar, consta estar impedido de exercer atividades paralelas, mas, de fato, a realidade que se tem conhecimento, é que grande maioria exerce além de seu trabalho normal, outras, popularmente chamadas "bico", com o objetivo de reforçar seu orçamento e garantir a sustentação de sua família;

Considerando que na maioria das mortes ou acidentes envolvendo policiais, ocorrem nos chamados "bicos", assim, acreditamos que esse é o momento de se repensar e redimensionar a importância do Policial;

Considerando que se o Policial Militar pode trabalhar junto aos Destacamentos e também em atividades paralelas somente para ganhar um pouco mais, entendemos como justo que a jornada normal do PM pode ser prolongada mediante o pagamento de algum tipo de adicional ou mesmo como pró-labore que pode ser adicionado nas despesas do Município;

APROVADO
EM SESSÃO DE 03-04-96
Presidente

Câmara Municipal de Suzano
Estado de São Paulo
Osias de Souza
Vereador

Considerando que tais PMs teriam maior incentivo no seu desempenho e deixado, de certa forma, o seu tempo de "bico" disponível à comunidade e principalmente à sua família, que é a mais prejudicada com a sua baixa renda e a ausência deste elemento base familiar (pai);

Considerando finalmente que, havendo essa razoável ajuda do Município ao Policial Militar e aos Bombeiros, resultará em maior número de homens no policiamento ostencivo e no Bombeiro, oferecendo, de fato, segurança à população e, consequentemente, uma remuneração um pouco maior para esses militares que arriscam suas vidas em atividades paralelas,

Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Paulo Paulo Fumio Tokuzumi, DD.Prefeito Municipal de Suzano, ao Ilmo. Dr. José Afonso da Silva, DD. Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, solicitando daquelas autoridades, estudos objetivando permitir a este Município, remunerar ou mesmo atribuir outro tipo de adicional, reforçando dessa maneira a remuneração dos Policiais e Bombeiros Militares, os quais estão percebendo, atualmente, parcos vencimentos e se submetendo a trabalhar em atividades paralelas, popularmente denominadas como "bicos" cujo trabalho muitas vezes resulta em risco de vida para o Policial e o Bombeiro Militar.

Requeiro mais, que, após deliberada, seja enviado copia da presente propositura ao Comando da Policia Militar de Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos, para conhecimento dos mesmos e solicitando-lhes seu importante apoio e, finalmente, requeiro que seja solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

Plenário "Francisco Marques Figueira" em 03 de abril de 1996

Vereador OSIAS DE SOUZA

ARTUR NOGUEIRA

47 anos

Venha comemorar conosco !

PROGRAMAÇÃO

-Dia 07 de Abril-Domingo:
19:00h-Inicio da Semana Musical, Sertanejo e MPB, com apresentação em várias categorias musicais, amadoras e profissionais, em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.
20:00h-Show com o grupo MISTURA DE RAÇA.

-Dia 09 de Abril-Terça Feira:
21:00h-Dupla sertaneja JOÃO PAULO & DANIEL em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.

-Dia 10 de Abril-Quarta Feira:
08:00h-Hasteamento das Bandeiras na Pça. Gov. Laudo Natel.
08:30h-Feira de Artesanato que irá até o dia 14/4/96.
09:00h-Inauguração da Padaria Municipal.
10:00h-Passeio Ciclístico saindo da Pça. do Coreto
19:00h-Missa em Ação de Graças na Matriz N. S. das Dores
20:00h-Apresentação do grupo de samba e pagode SENSSASAMBA em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.

-Dia 11 de Abril-Quinta Feira:
20:00h-Inauguração da Câmara Municipal.
21:00h-Show com EVOLUÇÃO DO SAMBA em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.

-Dia 12 de Abril-Sexta Feira:
18:00h-Abertura da Exposição de Orquídeas na Pça. da Fonte, com encerramento dia 14/04/96
20:00h-Inauguração do Teatro Municipal "Renê Marcos Posi"
21:00h-Show com PATOTINHAS em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia

-Dia 13 de Abril-Sábado:
09:00h-Visita às instalações da Terceira Estação de Tratamento de Água em fase de conclusão.
11:00h-Visita às Obras da Estrada Vicinal Artur Nogueira/ Mogi-Mirim até o Bairro Ponte de Tábuas, 6 km, construida pela Prefeitura e Secretaria de Transportes.
21:00h-Show com LENON E LINALDO em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.

-Dia 14 de Abril-Domingo:
09:00h-Desfile Cívico com a participação das Escolas, Comércio e Indústria do nosso municipio e Bandas e Fanfarras da região.
15:00h-Show com VIOLEIROS locais em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.
20:00h-Show com CALIFÓRNIA em frente ao Ginásio de Esportes Maurício Sia.

Artur Nogueira-SP 47o Aniversário
10/04/1949 - 10/04/96
Venha Comemorar Conosco !

Cláudio Alves de Menezes
Prefeito Municipal

Joaquim Francisco de Santana Filho
Vice Prefeito Municipal

João Cantarelli
Presidente da Câmara Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
10/04/96
PRESIDENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
EDMIR CHEDID

São Paulo, 09 de Abril de 1996.

Of. Gab. n.º 0327/96 - msm/lpx

Senhor Presidente

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência, encaminhar cópia das Indicações ao Sr. Governador do Estado de São Paulo - Dr. Mário Covas Júnior, solicitando aumento dos efetivos de Policiais Civis e Militares, como o consequente aumento e restauração da frota, incluindo aí as viaturas de investigação e patrulha militar, para esse Município.

Na ausência, aproveito a oportunidade para expressar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

EDMIR CHEDID
Deputado Estadual

LIDO EM SESSÃO
DE
02/05/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 748
Fls. No 21 Livro No 09
Data 30/04/96
SECRETÁRIA

Exmo. Sr.
Antônio José Esperança
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
EDMIR CHEDID

INDICAÇÃO N°.

Em face da desgastada imagem, fruto dos ataques da imprensa escrita e falada, e do descrédito da população em geral na Polícia Militar ;

Diante das condições precárias dos equipamentos, armamentos e veículos utilizados no combate preventivo e na apuração de crimes;

Finalmente, pela situação alarmante em que se encontra o policiamento nas cidades do interior do Estado de São Paulo;

Isto posto,

Indicamos, nos termos regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo - Dr. Mário Covas Júnior, que se digne de determinar aos órgãos competentes, para que sejam adotadas providências no sentido de que sejam melhoradas as condições de policiamento no município de Holambra, através do aumento do número de policiais militares, da recuperação e compra de equipamentos, incluídas aí as viaturas de investigação e patrulha, com o consequente aumento de sua frota, de tal forma que seja oferecida maior segurança à população local.

Sala das Sessões, em

Edmir Chedid

ENTREGUE À MESA EM:
24 ABR 17 40 96 007678

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
EDMIR CHEDID

INDICAÇÃO N°.

Em face da desgastada imagem, fruto dos ataques da imprensa escrita e falada, e do descrédito da população em geral na Polícia Civil,

Diante das condições precárias dos equipamentos, armamentos e veículos utilizados no combate preventivo e na apuração de crimes;

Finalmente, pela situação alarmante em que se encontra o policiamento nas cidades do interior do Estado de São Paulo;

Isto posto,

Indicamos, nos termos regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo - Dr. Mário Covas Júnior, que se digne de determinar aos órgãos competentes, para que sejam adotadas providências no sentido de que sejam melhoradas as condições de policiamento no município de Holambra, através do aumento do número de policiais civis, da recuperação e compra de equipamentos, incluídas aí as viaturas de investigação e patrulha, com o consequente aumento de sua frota, de tal forma que seja oferecida maior segurança à população local.

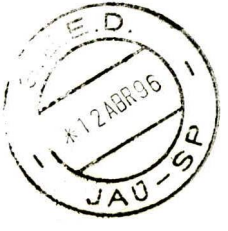
Sala das Sessões, em

Edmir Chedid

ENTREGUE NA MESA EM:
23 ABR 15 16 96 007544

CONTRATO ESPECIAL
ECT/DR/SP.
JAÚ CÂMARA MUNICIPAL





Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Campo do Pouso, s/n
13.825-000 - Holambra - SP.

DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAÚ - S. P. - CEP 17201-900
JAÚ: CAPITAL DO CALÇADO FEMININO


CÂMARA MUNICIPAL DE JAÚ
SECRETARIA

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP
Empresa do SISTEMA TELEBRÁS

CT.PS-096/96

São Paulo, 09 de abril de 1996

Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa. o suplemento encartado na edição nº 200 da Revista Nacional de Telecomunicações, alusivo ao 23º aniversário da Telesp. Ele contém informações importantes sobre as realizações recentes da empresa, bem como projetos para este e para os próximos anos.

Atenciosamente,

Gilberto Mansur
Gerente do Depto. de Comunicação Social

LIDO EM SESSÃO
DE
17/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 712
Fls No 20 Livro No 02
Data 15/04/96
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Jaú

Estado de São Paulo

Ofício nº 419/96

Jaú, 09 de Abril de 1996.

Senhor Presidente,

Com o presente, estamos encaminhando a Vossa Excelência o requerimento nº 278/96, aprovado por unanimidade na última sessão desta Edilidade, realizada no dia 08 do mês em curso, para o qual solicitamos o apoio dessa Egrégia Casa de Leis, oficiando às autoridades federais citadas.

Certos de contarmos com a especial atenção de V. Exa. para o assunto em tela, valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe os nossos

Atenciosos cumprimentos,

MARCELO DE KARAM TÉIO CURI
Presidente

LIDO EM SESSÃO DE 17/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 713
Fls No 20 Livro No 02
Data 15/04/96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JAÚ
- CÓPIA -

REQUERIMENTO Nº 278/96,
08 de abril de 1996.

Requeiro, nos termos regimentais e ouvido o Ilustre Plenário, que a Mesa Diretora desta Casa de Leis faça oficiar Suas Excelências o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Senado, José Sarney, e o Presidente da Câmara de deputados, Luiz Eduardo Magalhães, cobrando-lhes mais empenho para a aprovação da Emenda Constitucional que permitirá a reeleição dos atuais Chefes do Poder Executivo.

Nesta era de descortínio das liberdades democráticas, em que, mais e mais, está preponderando a voz do povo, à qual os ouvido das autoridades já não se fazem moucos, está mais do nunca presente a oportunidade de os atuais mandatários e Chefes do Poder Executivo de todas as esferas (federal, estadual e municipal), se lançarem, por opção, candidatos à sua própria sucessão, nos certames eleitorais vindouros.

O povo terá condição ímpar de avaliar o desempenho dos atuais titulares do Poder Executivo, reconduzindo, por certo, aqueles cuja administração receber aprovação majoritária, num exercício saudável de democracia.

Requeiro, mais, se oficiem as Câmara Municipais do Estado de São Paulo, para que avalizem este Requerimento, encaminhando, igualmente, a sua manifestação às autoridades preambularmente apontadas, pondo-lhes côbro à aprovação da Emenda da reeleição.

S.S., 08 de Abril de 1996.

a) MARCELO DE KARAM TÉIO CURI,
Vereador.

APROVADO
Em 08 de 04 de 1996
PRESIDENTE - CÂMARA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Ofício Nº 056/96

Holambra, 04 de abril de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, anexas, cópias dos balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de março de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
10/04/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE AO MÊS DE.....MARÇO...../1996.

(EM R$1,00)

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	25.981,10	14.314,20	40.295,30	25.981,10	14.314,20	40.295,30	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	204.704,70
3113	Obrigações Patronais	234,64	163,16	397,80	148,62	86,02	234,64	163,16	6.000,00	-0-	6.000,00	5.602,20
3120	Material de Consumo	777,48	189,56	967,04	619,78	278,96	898,74	68,30	12.000,00	-0-	12.000,00	11.032,96
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	2.277,90	1.138,95	3.416,85	1.228,95	1.048,95	2.277,90	1.138,95	22.000,00	-0-	22.000,00	18.583,15
3132	Outros Serviços e Encargos	5.428,98	1.989,87	7.418,85	3.204,87	2.354,87	5.559,74	1.859,11	42.000,00	-0-	42.000,00	34.581,15
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	4,98	2,49	7,47	4,98	2,49	7,47	-0-	250,00	-0-	250,00	242,53
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	339,00	-0-	339,00	339,00	-0-	339,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	39.661,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	35.217,86	17.798,23	53.016,09	31.701,08	18.085,49	49.786,57	3.229,52	519.250,00	-0-	519.250,00	466.233,91
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	3.596,90	133,86	3.730,76	3.596,90	133,86	3.730,76	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	234,64	163,16	397,80	148,62	86,02	234,64	163,16				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.357,06	297,02	26.654,08	26.271,04	219,88	26.490,92	163,16				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						851,07					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						77.128,56					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe da Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de março de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE O MÊS DE.....MARÇO...../19.96....

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	36.474,48	14.000,00	50.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	468.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	36.474,48	14.000,00	50.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	468.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	3.596,90	133,86	3.730,76				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	234,64	163,16	397,80				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	22.525,52	-0-	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.357,06	297,02	26.654,08				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			77.128,56				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretario

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretario

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de março de 1996.

ACIAH

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA DE HOLAMBRA

Holambra, 03 de Abril de 1996

Ofício nº 366/96

Prezado Presidente,

Vimos através deste, informar Vossa Senhoria, a composição da Diretoria Executiva desta entidade, eleita para a gestão 1996/1997, no dia 25 de Marco de 1996, no Plenário da Camâra Municipal, como consta na Circ. 002/96 e Editais enviados e publicados no Jornal da Cidade.

Presidente:.....Antonio J. G. Hulshof
Vice Presidente:.....Paulo Roberto Soave
1º Secretário:.....Jorge Luis Ferreira
2º Secretário:.....Vânia Franco Schiomi Renzo
1º Tesoureiro:.....Oduvaldo da Silva Pinto
2º Tesoureiro:.....José Carlos de M. Sarmento Neto

Conselho Deliberativo:

Pedro Luis Colussi Angelo
Augusto Yasuo Aki
Ronaldo Eduardo Maria Graat
Zélia Tereza Montes Castanho

Esperando novamente contar com Vossa Senhoria., colocamo-nos à sua disposicão.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO DE 10/04/96 PRESIDENTE

Antonio J. G. Hulshof
Presidente

PROTOCOLO
No de Ordem 699
Fls No 19 Livro No 02
Data 08/04/96
SECRETÁRIA

Ilmo. Senhor
António Esperanca
Presidente da Camara Municipal de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425 - Cx. P. 20 - Cep 13825-000 - Fone: (019) 860-1716 R 106 - Telefax: (019) 860-1593 - Holambra - SP

Holambra, 03 de Abril de 1996

Ofício nº 360/96

Prezado Presidente,

Vimos através deste, informar Vossa Senhoria, a composição da Diretoria Executiva desta entidade, eleita para a gestão 1996/1997, no dia 25 de Março de 1996, no Plenário da Câmara Municipal, como consta na Circ. 002/96 e Editais enviados e publicados no Jornal da Cidade.

Presidente: ..... Antonio J. G. Hulshof
Vice Presidente: ..... Paulo Roberto Soave
1º Secretario: ..... Jorge Luis Ferreira
2º Secretario ..... Vânia Franco Schironi Renzo
1º Tesoureiro ..... Oduvaldo da Silva Pinto
2º Tesoureiro ..... José Carlos de M. Sarmento Neto

Conselho Deliberativo:

Pedro Luis Colussi Angelo
Augusto Yasuo Aki
Ronaldo Eduardo Maria Graat
Nelia Tereza Monte Castanho

Esperando novamente contar com Vossa Senhoria, colocamo-nos a sua disposição.

Atenciosamente,

Antonio J. G. Hulshof
Presidente

Ilmo. Senhor
Antônio Esperança
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim em 02 de abril de 1996

OF. 86/96
Ao
EXMO. SR. ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA.
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., a cópia do **REQUERIMENTO Nº** 83/96, de autoria do nobre Edil ***DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA E OUTROS***, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 1º de abril de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa.,os protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
17/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 711
Fls. N.o 20 Livro N.o 02
Data 10/09/96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

ASSUNTO:SOLICITA RECUPERAÇÃO DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO

DESPACHO: APROVADO PELA CASA EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA HOJE.
SALA DAS SESSÕES 1º 04 96

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 83 , DE 1996

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Considerando o verdadeiro drama humano porque passam milhões de idosos brasileiros que sobrevivem às custas de cem (100) reais por mês da Previdência Social.

Considerando outros tantos milhões de trabalhadores que tentam sustentar suas famílias com esta vergonha nacional que é o salário mínimo (S.M.).

Considerando que a imprensa tem divulgado informações de que o Governo Federal, além de não ter a mínima vontade política de recuperar e elevar progressivamente o S.M., pretende agora em maio congelá-lo ou não repassar a inflação integral do período decorrido desde o último reajuste.

REQUEREMOS à Mesa, ouvido o douto Plenário, sejam oficiados Ministros da Fazenda - Pedro Malan e da Previdência Social - Reinhold Stephanes, solicitando aos mesmos que considerem o sofrimento humano, a elevação da mortalidade infantil, a ampliação das favelas e da criminalidade e todas as consequências decorrentes da miséria e da desigualdade social ao decidirem o reajuste do Salário Mínimo para o mês de maio vindouro.

REQUEREMOS também, que sejam oficiados os Presidentes de dez (10) Câmaras de Vereadores da região, solicitando aos mesmos que participem deste movimento pela recuperação do valor do Salário Mínimo.

Finalmente, REQUEREMOS que seja dada ciência desta iniciativa à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Mogi-Mirim e aos Sindicatos de Trabalhadores com sede ou sub-sede em nosso Município.

Sala das Sessões "Vereador Santo Rotoli", em 1º de abril de 1996.

DR. PAULO O. SILVA
VEREADOR

ABNER DE OLIVEIRA
VEREADOR

MASSAO HITO
VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim em 02 de abril de 1996

OF. 84/96
Ao
EXMO. SR. ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA,
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., a cópia do **REQUERIMENTO Nº** 81/96, de autoria do nobre Edil ***DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA E OUTROS***, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 1º de abril de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa.,os protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
17/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 710
Fls No 20 Livro No 02
Data 17/04/96
SECRETÁRIA

CAMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO

Assunto: Propugna pela CPI dos Bancos

Despacho: APROVADO PELA CASA EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA HOJE.

Sala das Sessões 1º / 04 / 96

Presidente da Mesa

REQUERIMENTO Nº 081/96

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores

- Considerando o escândalo de repercussão internacional que se abateu sobre o Sistema Financeiro Nacional.
- Considerando as denúncias e evidências amplamente divulgadas pela imprensa de que agentes públicos ou privados, por ação ou omissão, possam ter causado prejuízos à União - em especial ao Banco Central do Brasil - de bilhões de dólares, em decorrência de má fiscalização das instituições financeiras, intervenções desastradas, atividades ilícitas de maquiar balancetes entre outras.
- Considerando a escandalosa política do "é dando que se recebe" que o Governo Federal aplicou no Senado Federal para abafar as investigações da "CPI dos Bancos" instalada naquela instituição.

REQUEREMOS à mesa, ouvido o douto Plenário, sejam oficiados os Líderes dos Partidos Políticos na Câmara Federal solicitando aos mesmos que se empenhem no sentido de, ao contrário do Senado, esta Casa investigue a fundo o Sistema Financeiro Nacional através de CPI, dando uma satisfação a todos aqueles que pagam seus impostos e que acompanham atentamente a vida nacional.

REQUEREMOS também que sejam oficiadas dez Câmaras de nossa região solicitando às mesmas que participem desta campanha.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO ROTOLI" 01/Abril/1996

DR. PAULO O. SILVA
Vereador

ABNER DE OLIVEIRA
Vereador

MASSAO HITO
Vereador

PESQUISA *Negociações de FHC com senadores são desaprovadas por 60%*

76% querem que bancos sejam investigados por CP

JOSIAS DE SOUZA
Secretário de Redação

Pesquisa Datafolha realizada na cidade de São Paulo, reduto político de Fernando Henrique Cardoso, indica que 76% da população acha que os bancos devem ser investigados por uma CPI. Ainda que isso coloque em risco a estabilidade econômica.

Apenas 15% das pessoas ouvidas acham que, em nome da preservação do Real, a CPI não deve mesmo ser instalada; 7% não souberam responder, e 2% deram outras respostas.

O levantamento foi feito na última sexta-feira. Na véspera, à custa de barganhas que envolveram da negociação de cargos à liberação de verbas públicas, o governo havia sepultado a CPI no Senado.

A maioria dos paulistanos (60%) desaprovou os entendimentos que Fernando Henrique manteve com os senadores para inviabilizar a CPI. Outros 29% acharam que o presidente agiu bem. Contingente de 11% não soube responder.

Só 23% dos habitantes de São Paulo deram crédito à pregação de que o governo se opôs à CPI para proteger o Real e evitar a volta da inflação. A maioria (64%) acredita que, na verdade, FHC teme a eventual descoberta de irregularidades envolvendo o seu governo.

Embora os números indiquem uma reprovação ao comportamento de Fernando Henrique, não houve prejuízo à sua imagem pessoal. Ao contrário, a pesquisa registra ligeira melhora em seus índices de popularidade.

Em dezembro de 95, data da última pesquisa na capital paulista, o presidente era avaliado como ótimo ou bom por 32% dos paulistanos. O percentual subiu para 38%.

Na prática, o crescimento é negligenciável, visto que a margem de erro da pesquisa é de quatro pontos. O Datafolha ouviu 539 pessoas.

A menção regular caiu dos 46% registrados em dezembro para 37% agora. A reprovação (ruim ou péssimo) subiu de 20% para 24%.

Ainda que se considere apenas o universo que aprova a gestão de Fernando Henrique, o apoio à instalação da CPI é expressivo: 69%. Entre os que o avaliam como ruim ou péssimo, 80% querem a CPI.

Até a data da realização da pesquisa, 80% dos entrevistados haviam tomado conhecimento da proposta de abertura da CPI. Desses, 16% declararam-se bem informados, 43% mais ou menos informados e 21% mal informados.

O apoio à CPI é maior entre os simpatizantes do PT (83%). Entre os partidários do PMDB, lege de José Sarney (AP), presidente Senado e entusiasta da CPI, 8 são favoráveis à CPI.

A pesquisa do Datafolha é um levantamento amostragem estratificada por sexo e idade, sorteio aleatório dos entrevistados. Ela foi r zada no dia 22 de março na cidade de São lo. Foram entrevistadas 539 pessoas. A mar de erro é de 4 pontos percentuais, para mai para menos. A pesquisa foi uma realização gerência de Pesquisa de Opinião do Datafolh

Editoria de Arte/F

Paulistano acha que CPI não ameaça estabilidade econômica

Resposta estimulada e única, em %

Tomou conhecimento	80
Bem informado	16
Mais ou menos informado	43
Mal informado	21
Não tomou conhecimento	20

Concorda	36
Discorda	50
Não concorda nem discorda	3
Não sabe	11

Pergunta: Você tomou conhecimento da proposta de uma CPI para investigar os bancos? (Se sim) Você se considera bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre a CPI dos Bancos?

Resposta estimulada e única, em %

	Total	Renda familiar mensal: Até 10 s.m.	Mais de 10 s.m. a 20 s.m.	Mais de 20 s
Os bancos devem ser investigados por uma CPI mesmo que isso coloque em risco a estabilidade do Real	76	73	82	81
A CPI não deve ser instalada, em nome da manutenção da estabilidade econômica	15	17	11	11
Outras respostas	2	2	2	2
Não sabe	7	8	5	6

Pergunta: O governo federal posicionou-se contra a instalação da CPI afirmando que ela pode prejudicar a estabilidade econômica, podendo provocar a volta da inflação. Na sua opinião: os bancos de investigados por uma CPI mesmo que isso coloque em risco a estabilidade do Real, ou a CPI não deve ser instalada, em nome da manutenção da estabilidade econômica?

Resposta estimulada e única, em %

Agiu bem	29
Agiu mal	60
Outras respostas	0
Não sabe	11

Pergunta: FHC fez uma série de negociações com políticos de diversos partidos para evitar a instalação da CPI dos Bancos. Na sua opinião, ele agiu bem ou agiu mal ao negociar com esses políticos?

Resposta estimulada e única, em %

Ele quer evitar que seu governo seja prejudicado pela descoberta de possíveis irregularidades	
Ele quer evitar que o Real se desestabize, o que provocaria a volta da inflação	23
Outras respostas	4
Não sabe	9

Fonte: Datafol

AJUCLA ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES CLASSISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Ofício Circular nº010/04/96

São Paulo, 02 de abril de 1996.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Chegamos a mais um número da Revista da Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 2a. Região - São Paulo.

Nela encontramos artigos e depoimentos de importantes líderes sindicais, que reconhecem ser a presença dos Juízes Classistas essencial para a solução dos conflitos trabalhistas.

Senhor Presidente, verificamos pela imprensa, que determinada central sindical, que se diz representativa de vários sindicatos de trabalhadores, prega mudanças estruturais na Justiça do Trabalho, sem que tenha respaldo efetivo dos sindicatos filiados.

A publicação em referência constitui histórica manifestação da universalidade sindical em irrestrito apoio à Representação Classista.

Por isso, neste momento de discussões sobre mudanças constitucionais, o nobre parlamentar deve verificar que a esmagadora maioria dos Trabalhadores do Brasil, apoia e confia nos seus representantes na Justiça do Trabalho: os Juízes Classistas.

Assim, não dê ouvidos aos que pregam o caos social. A Representação Classista é fundamental na solução dos conflitos trabalhistas.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e consideração.

PROTOCOLO
No de Ordem 698
Fls No 19 Livro No 02
Data 08/04/96
SECRETÁRIA

JERONIMO AUGUSTO GOMES ALVES
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
10/04/96
PRESIDENTE

Avenida Ipiranga, 1225 - 4º andar - São Paulo - SP - CEP 01039-000 - Fones: 225-0165 - 229-3382 - Facs: 227-4562

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI

ESTADO DE SÃO PAULO

LIDO EM SESSÃO
DE
01/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 695
Fls No 019 Livro No 09
Data 01 / 04 / 96
SECRETÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI --

FOLHA DE ROSTO PARA FACSIMILE

PARA : EXCELENTISSIMO SENHOR
PRESIDENTE DE CAMARA E VEREADORES

EMPRESA : CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

TELEFONE:

DE: Sr. JOSE CARLOS SILVA

EMPRESA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI

FONE/FAX : 019 - 868.9010

DATA : 29.03.96

Nº DE PAGS. INCLUINDO ESTA FOLHA DE ROSTO : 02

Câmara Municipal da Estância de Serra Negra
Estado de São Paulo

Serra Negra, 26 de Março de 1.996

Oficio nº 00 164/96

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, comunicamos a Vossa Excelência que em Sessão deste Legislativo ontem realizada, foi aprovado por unanimidade o Requerimento nº 071 de 1.996, de autoria do Ver. Rodrigo Coviello Padula, e cuja íntegra consta de cópia em anexo.

Aproveitamos a oportunidade para renovar-lhe os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

VER. LUIZ ROBERTO SARAGIOTTO
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

LIDO EM SESSÃO
DE
10/04/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 697
Fls No 19 Livro No 02
Data 03/04/96
SECRETÁRIA

EXMO. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA - SP.

REQUERIMENTO Nº 00071 DE 1.996.

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA
REQUERIMENTO
APROVADO POR UNANIMIDADE
Serra Negra 25/03/1996
Presidente

Senhor Presidente;

CONSIDERANDO, que o Sr. Gevernador do Estado de São Paulo, através do Projeto de Lei nº 08/96 pretende alienar o imóvel onde está situado o DR-1 do Departamento de Estradas de Rodagem em Campinas - SP;

CONSIDERANDO, que referida regional atende mais de 40 cidades de nossa região;

CONSIDERANDO, que referidas cidades necessitam de obras da referida regional, tendo em vista as péssimas condições de uso das rodovias,

REQUEIRO, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, para reconsiderar, esta decisão, conforme justificativa acima.

Da decisão desta Casa requeiro mais, que seja dado ciência da presente ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, seus respectivos lideres partidários e Câmara Municipal das cidades que estão jurisdicionadas a DR-1 Campinas-SP.

Sala das Sessões, 25 de Março de 1.996.

VER. RODRIGO COVIELLO PADULA

" O segredo do sucesso
é recomeçar sempre "

CHICO AMARAL



0020/96

Campinas, 27 de março de 1.996.

Caríssimo Presidente
Vereador Antonio José Esperança

A situação difícil vivida pela ordeira e operosa comunidade holandesa, e da sua Cooperativa, acredito, deva ser objeto de uma reflexão especial, fora dos acanhados limites do Banco do Brasil.

Por essa razão, busquei sensibilizar o Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato, que é de Campinas e conhece mais de perto a Holambra, para que este, tente contaminar o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Acredito que a própria Cooperativa e os poderes políticos desse Município, Prefeito Municipal e Câmara Municipal pudessem dirigir telegramas para o Ministro do Exército, General Zenildo Zoroastro de Lucena, também senhor da realidade campineira e da região, para que, igualmente, busque sensibilizar o Senhor Presidente da República para um gesto pessoalíssimo de salvação ante a gravíssima situação.

Fraternalmente

CHICO AMARAL

PROTOCOLO
N.o de Ordem 691
Fls. N.o 19 Livro N.o 02
Data 27 / 03 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 04 / 96
PRESIDENTE

Rua dos Alecrins, 365 - CEP 13024-410
Fones: 251-9342 / 252-2497
Fac-Símile: 252-8644
Campinas

" O segredo do sucesso
é recomeçar sempre "

CHICO AMARAL



0008/96

CÓPIA

Campinas, 25 de março de 1.996.

Presidente Fernando Henrique Cardoso

A Cooperativa Holambra, na sua primeira unidade instalada na Região de Campinas, foi um esforço bilateral Brasil Holanda, integrando num longínquo 1.950 um grupo de famílias holandesas que veio procurar um destino no Brasil e, tentar ajudar o nosso País.

Esta laboriosa comunidade adotou o nosso País como seu, com técnica especializada fez o milagre de, nos improdutivos campos de Mogi Mirim, na época, numa cultura de flores internacionalmente respeitada hoje.

O capim barba de bode foi substituído pela floricultura, que hoje exporta e traz expressivas divisas para o nosso País.

Gente honrada, digna, trabalhadora, absoluta, séria, vive hoje, tanto as Famílias holandesas, como a Cooperativa Holambra o drama de uma dívida impagável no Banco do Brasil, resultante de empréstimo que se destinou ao incremento da produção.

Diante disso, conhecedor da situação, apelo que designe um assessor para verificar a situação da pendência, as conseqüências terríveis, já agora não apenas para os holandeses e sua Cooperativa, mas até mesmo para o próprio município paulista de Holambra que tem nas atividades dos cooperados mais de 80% de sua vida.

Há que existir um tratamento especial, para que não sucumbam a comunidade obreira, a Cooperativa e, de forma inédita UM MUNICÍPIO BRASILEIRO.

Inteire-se como o grande estadista que vem divulgando o Brasil, recuperando a Nação, a situação pessoalmente e quem sabe, possa, dar uma SOLUÇÃO PESSOAL ESPECIALISSIMA para esse drama.

Meus agradecimentos.

FRANCISCO AMARAL
Ex-Deputado federal e Prefeito de Campinas

Rua dos Alecrins, 365 - CEP 13024-410
Fones: 251-9342 / 252-2497
Fac-Símile: 252-8644
Campinas

" O segredo do sucesso
é recomeçar sempre "

CHICO AMARAL



0010/96

CÓPIA

Campinas, 25 de março de 1.996.

Meu caríssimo Amigo e Ilustre Ministro
Prof. Paulo Renato

Busco, importante, quiçá decisiva parceria sua, em apelo que em anexo espero chegue às mãos do Senhor Presidente da República.

Sendo da região campineira, conhecendo mais de perto a Holambra, acreditando que o futuro lhe reserve posições políticas superiores às elevadas que hoje exerce, de Ministro do Estado, de máxima importância seria o seu envolvimento numa solução ao seríssimo problema vivido em nossa região, que dá conta o oficio que segue junto.

Consulto-o respeitosamente, sobre a possibilidade de encaminhar ao Senhor Presidente da República o apelo anexo, que, no meu entender merece um tratamento singular, envolvendo, como envolve interesses de dois Países - Brasil e Holanda.

Acredito que a sua intermediação é da mais alta validade e, transmitirei, de imediato aos interessados todos a sua significativa participação na tentativa que faz, encontrando-se uma solução singular que permita efetiva liquidação da pendência, ante o risco de que uma execução judicial resulte na penhora de bens, tais como a captação e tratamento de água, de propriedade da Cooperativa Holambra, hoje, utilizadas pela Prefeitura do município de Holambra, entre outras coisas.

Meus agradecimentos à sua fraterna atenção.

Fraternalmente

CHICO AMARAL

Rua dos Alecrins, 365 - CEP 13024-410
Fones: 251-9342 / 252-2497
Fac-Símile: 252-8644
Campinas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

RUA SILVA JARDIM, 3357 - FONE: (0172) 32-3777 / FAX: (0172) 32-3616

CIRCULAR Nº 12/96

São José do Rio Preto, 25 de março de 1996

Senhor Presidente:

Dirijo-me a V.Exa. para encaminhar cópia do requerimento nº 655/96, de iniciativa do Ver. Carlos Eduardo Feitosa, aprovado por esta Câmara Municipal, na 7ª Sessão Ordinária do corrente ano.

Agradecendo a digna atenção de V.Exa., apresento os protestos de consideração e apreço, subscrevendo-me,

atenciosamente,

DOURIVAL LEMES DOS SANTOS
Presidente da Câmara

DLS/ebg

PROTOCOLO
Nº de Ordem 729
Fls Nº 20 Livro Nº 09
Data 17 / 04 / 96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
02 / 05 / 96
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
RUA SILVA JARDIM, 3357 - FONE: (0172) 32-3777 / FAX: (0172) 32-3616

APROVADO
Sessão de 21/03/1996
Dr. Dourival Lemes dos Santos
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PROTOCOLO
17 MAR 16 15 96
001

REQUERIMENTO Nº 655/96

Ementa: solicita do relator da Comissão da Reforma Previdenciária, Dep. Michel Temer, a inclusão da contagem de tempo de vereança para efeito de aposentadoria, bem como trabalho do Congresso Nacional no sentido de apoiar e aprovar a eventual emenda.

Senhor Presidente:

Considerando que, entre as representações políticas eleitas nas Câmaras Municipais de todo o Brasil, existe uma boa parcela constituída de pessoas que não vivem da exploração de renda de capital ou da acumulação de mais valia, através da exploração da força do trabalho de outras;

Considerando que as forças aludidas referem-se aos vereadores eleitos, originários das classes trabalhadoras, que possuem apenas a sua força de trabalho para vender, e, cuja velhice estará amparada não pela riqueza acumulada, mas pela aposentadoria de uma jornada de trabalho de 35 anos;

Considerando que o trabalho de vereança, apesar de não ser permanente, pois dura apenas o período autorizado democraticamente pelo povo, possui a maior legitimidade profissional exatamente por ser conferido pela comunidade;

Considerando que recentemente foi extinta a possibilidade do Vereador vir a se aposentar como tal, através do IPESP, decisão devida a alguns equívocos e distorções imorais que existiam naquela legislação, não contando sequer o tempo de um grande número de parlamentares que já havia cumprido quinze ou até vinte anos

de vida parlamentar;

Considerando, porém, que os eleitos, principalmente aqueles que tem origem humilde e muitos de raízes rurais, trabalharam muitos anos sem nenhum registro em carteira, ou em atividades informais, acabam por perder árduos anos de trabalho sem qualquer contagem de tempo para sua aposentadoria;

Considerando que este é o momento exato para que o trabalho parlamentar não seja novamente esquecido, por falta de preparo daqueles que não o consideram uma profissão;

Considerando que é chegada a hora de reconhecer a atividade parlamentar como um trabalho profissional, porém de caráter temporário, exercido com autorização popular e que só será interrompido ou prorrogado de acordo com a autorização do nosso mais soberano dos poderes: o povo;

Considerando que é preciso voltar a atenção para aqueles parlamentares sérios, de origem humilde, que por isso mesmo trabalharam boa parte de sua vida em atividades informais, quer seja na área rural ou urbana , acabam por não computar nenhum tempo de serviço por falta do registro em carteira ou de outros mecanismos legais de comprovação de seu trabalho;

Considerando que esse mesmo trabalhador, que já prestou a sua colaboração nas áreas rural e urbana, pode vir, por seu valor pessoal, a merecer o apoio e confiança da comunidade e tornar-se um representante dela na condição de vereador, enfrentando, hoje, nesta nova condição, por mais que trabalhe, o pesadelo de não poder contar nem um dia do seu serviço realizado para efeito de sua aposentadoria;

REQUEREMOS, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, oficie-se ao relator da Comissão da Reforma Previdenciária, Dep. Michel Temer, solicitando a inclusão dos anos de serviço de vereança na contagem de tempo para aposentadoria.

REQUEREMOS, ainda, oficie-se aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como às lideranças daquelas Casas, solicitando empenho em favor da aprovação da eventual emenda.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
RUA SILVA JARDIM, 3357 - FONE: (0172) 32-3777 / FAX: (0172) 32-3616

E que seja dada ciência da referida proposta a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, bem como às principais do País, no sentido de manifestar apoio à propositura junto às autoridades acima referidas.
Reiteramos que a nossa solicitação refere-se tão somente à contagem de tempo para aposentadoria, sem qualquer outro benefício, pois excluir todo o tempo de trabalho de vereança, para efeito de contagem da necessária aposentadoria para amparo à sua velhiçe, é, no mínimo, injusto e imoral.

SALA DAS SESSSÕES "DEPUTADO BADY BASSITT",
14 de março de 1996.

Ver. Adney Angelo Secches

Ver. CARLOS EDUARDO FEITOSA

Dr. Dourival Lemes dos Santos
Presidente da Câmara

Ver. José Carlos de Lima Bueno

Ver. José Barbar Curry

Ver. Aparecido Capello

Ver. José Barbar Curry

Ver. Gilberto Barbosa

Ver. Benevides Martins

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

RUA LUCAS EVANGELISTA N.º 652 - FONES (017) 342-1033 - 342-6518 - FAX (017) 342-6518
ESTADO DE SÃO PAULO

OF.Circular/003/96 Março de 1.996.

Exmo. Presidente:

Sirvo-me do presente, para encaminhar a Vossa Excelência, cópia do Requerimento nº 191/96, de autoria do Vereador Vicente Kobal Medeiros, que foi aprovado em sessão ordinária realizada dia 18 do corrente mês.

Aproveito a oportunidade, para reafirmar protestos de estima e consideração.

IRENE MARIA MARANGONI MINHOLO
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 147
Fls Nº 21 Livro Nº 09
Data 29/04/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
02/05/96
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO EM 18/03/96
15 VOTOS FAVORÁVEIS
VOTOS CONTRÁRIOS
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
- 1 MAR 1996
PROTOCOLO
00207

Requerimento 191/96

Considerando que é pensamento do governo federal optar pelo cancelamento do projeto Caics(Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).

Considerando que o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, que geralmente abriga de 1.000 a 1.500 alunos, entre creche 1º grau, onde o estudante passa o dia inteiro tendo aulas, refeições e atenção de saúde.

Considerando que cada unidade cujo custo corre por conta do Ministério da Educação.

Considerando que a escola é repassada ao Estado ou ao municipio, que fica com a responsabilidade de administrá-la.

Considerando que o Ministério da Educação está autorizando os governos estaduais e municipais a transformar os Caics em escolas técnicas e até a entregá-los à iniciativa privada.

Considerando que o governo atual concluiu 225 prédios no ano passado e pretende entregar mais 76 até o final deste mês e mais 53 em junho.

Requeiro à Mesa, após ouvir o douto plenário, dispensadas as formalidades legais, para que oficio seja encaminhado oficio para todas Câmaras do Estado de São Paulo, no sentido de solicitar do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, que estude com bastante carinho a idéia do cancelamento do projeto dos Caics(Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente). E mais, já que o projeto é fazer escolas dentro das quais os alunos do 1º grau passariam o dia inteiro, tendo aulas, refeições e atenção à saude, então é preciso dar continuidade ao projeto e não realizar estudos visando o cancelamento do projeto Caics, (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).

E finalmente, que se dê ciência do presente ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Câmara Municipal de Bebedouro, 1º de março de 1.996.

Vicente Kobal Medeiros
Vereador

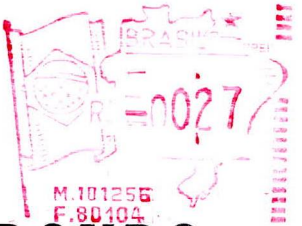
CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
- 1 MAR 1996
PROTOCOLO
00207

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO







CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

RUA LUCAS EVANGELISTA N.º 652 — CX. POSTAL 189 — FONE (0173) 42-1033 - FAX (0173) 42-6518
ESTADO DE SÃO PAULO

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
ANTONIO JOSE ESPERANCA
R. ROTA DOS IMIGRANTES, S/N
13825-000 - HOLAMBRA - SP

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM
FUNDADA EM 1948
Avenida Paulista, 1776 - 6º Andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Telefones.: (011) 284-1067 - 289-7635 - 289-8304 - 284-1822 - FAX:(011) 284-1667

Ofício nº 81/APM-40º CEM

São Paulo, 21 de março de 1996

Ref: **40º Congresso Estadual de Municípios**
Centro de Convenções de Serra Negra/SP
15 a 20 de Abril de 1996

Abertura : Dia 15 - 2ª feira - 19h00
Sessão Solene de Abertura, presidida pelo Vice-Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin.
Encerramento : Dia 20 - Sábado - 10h00
Sessão Solene de Encerramento, presidida pelo Governador do Estado, Dr. Mário Covas

Nos dias **16, 17, 18 e 19,** respectivamente **3ª, 4ª, 5ª e 6ª feira,** serão realizadas sessões plenárias e Painéis, com exposição de Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Vereadores. Secretários de Estado, Ministros, Parlamentares Estaduais e Federais.

Temário

Educação - **S**aúde - **T**ransportes;
Micro e **P**equena empresa e **T**urismo como fontes geradoras de empregos;
Gerência **M**unicipal - **T**erceirização - **C**oncessões;
Parceria para o desenvolvimento e integração dos Municípios.

Companheiro

Estamos prestes a viver um momento histórico no municipalismo. Será o **Congresso Estadual de Municípios, na sua 40ª (quadragésima) versão**, que acontecerá no Centro de Convenções de Serra Negra, no período de 15 a 20 de abril.

E você, que faz parte dessa história, não poderá estar ausente.

Certos de sua presença, estamos nos preparando para festejarmos juntos este momento.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 694
Fls Nº 059 Livro Nº 09
Data 01 / 04 / 96
SECRETÁRIA

Saudações Municipalistas

Wilson José.
Wilson José
Presidente da Associação Paulista de Municípios

Informação: **O prazo para entrega de teses, em obediência ao temário, encerrar-se-á às 18h00 do dia 10/04/96, impreterivelmente.**

40° CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Centro de Convenções Serra Negra - São Paulo
15 a 20 - Abril - 1996

Temário

Educação - **S**aúde - **T**ransportes;
Micro e **P**equena empresa e **T**urismo como fontes geradoras de empregos;
Gerência **M**unicipal - **T**erceirização - **C**oncessões;
Parceria para o desenvolvimento e integração dos Municípios.

Dia 15 - Segunda-Feira - 19h00 - **Sessão Solene de Abertura**, a ser presidida pelo **Dr. Geraldo Alckmin,** Vice - Governador do Estado.
Dia 20 - Sábado - 10h00 - **Sessão Solene de Encerramento**, a ser presidida pelo **Dr. Mário Covas**, Governador do Estado de São Paulo.

Nos dias **16, 17, 18 e 19,** respectivamente **3ª, 4ª, 5ª e 6ª feira,** serão realizadas sessões plenárias e Painéis, com exposição de Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Vereadores. Secretários de Estado, Ministros, Parlamentares Estaduais e Federais.

Ficha de Inscrição

Nome_____

Cargo_____

Entidade_____

Endereço_____

Cep_____Fone_____

Cidade_____Estado_____

Acompanhante(Esposa)/o)

Valor da Inscrição

A- Prefeitos e Vice-Prefeitos: **R$350,00**
B- Vereadores, técnicos do Executivo e do Legislativo e outros: **R$150,00**

Se o Município contribuiu com a 1ª semestralidade:
1 - até 13 de março, desconto de **40%**
2 - após essa data, desconto de **20%**

Em anexo, cheque nº_____**do Banco**_____

no valor de R$_____ referente à taxa de inscrição.

Remeter à Associação Paulista de Municípios - APM . Avenida Paulista, 1776 6° andar- CEP. 01310 200 SP.
Fones: 283/0740 - 284/1067 - 289/8304 - 289/6519 Fax: 284/1667

____/____/1996 _____ *Assinatura*

DIÁRIO DA CIDADE Santos

10 Quinta-feira, 21 de março de 1.996.

Encontro debate eleições e outros temas municipais

A 7ª Reunião Preparatória ao o 40º Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado entre os dias 15 e 20 de abril, em Serra Negra, aconteceu ontem, em Cubatão, sem a participação esperada de prefeitos e vereadores da Baixada Santista e das demais regiões do Estado. As únicas exceções do encontro foram o próprio prefeito de Cubatão, José Osvaldo Passarelli (PFL) e do chefe do Executivo da cidade de Eldorado, no Vale do Ribeira, Donizete Antonio de Oliveira.

O evento contou com a participação de cerca de 50 pessoas, entre elas, alguns vereadores de Cubatão e representantes de políticos da região. O presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), jornalista Wilson José, ressaltou a necessidade da união entre prefeitos de todo o país, no sentido de organizar um movimento forte, que consiga obter mais recursos provenientes dos governos estadual e federal.

A opinião do jornalista e presidente da APM, também é compartilhada pela deputada estadual Maria Cecília Passarelli (PFL). Segundo a parlamentar, é preciso que os governantes municipais e os representantes do Legislativo batalhem juntos na luta pela obtenção de recursos, caso contrário, "os municípios ficarão cada vez mais empobrecidos".

Os principais objetivos do Congresso são analisar o movimento municipalista e propor ações para a consolidação e avanço das conquistas na divisão do bolo tributário nacional e da autonomia municipal. Outra discussão é a questão da criação para a consolidação e avanço das conquistas e a questão da criação da figura do Gerente Administrativo, que funcionaria como uma espécie de "primeiro-ministro municipal".

"A implantação desse cargo no Brasil é um tema muito polêmico. Imagine como isso seria encarado no Nordeste, onde ainda impera a política do coronelismo", lembra Wilson.

O prefeito José Osvaldo Passarelli vê a criação do cargo com bons olhos. Na sua opinião, embora seja uma função usada no sistema parlamentarista, o cargo de gerente administrativo poderia passar por uma reorganização, tornando possível sua adaptação para o sistema presidencialista.

Legislação Eleitoral - A assessora jurídica da APM, Laís Mourão, aproveitou a ocasião para defender a criação de uma legislação eleitoral permanente, que regulamente as eleições municipais, estaduais ou federais. "Por que temos que ter uma legislação específica para cada eleição? Seria melhor que os candidatos já soubessem agir e não precisassem ficar esperando as definições das legislações de cada eleição".

Para Laís, o fato dos funcionários públicos terem de se ausentar do emprego caso pretendam se candidatar a algum cargo eletivo é um absurdo. "Não é justo pré-julgar uma pessoa, achando que ela fará uso do cargo que exerça em função de seus objetivos eleitorais. O que é necessário é criar uma legislação severa que puna os abusos cometidos, caso esses sejam realmente comprovados".

O presidente da APM, Wilson José, apóia a colocação da assessora e ainda completa: "A legislação também deveria permitir que pessoas que pertencem a mesma família de prefeitos, possam concorrer nas eleições. Em alguns lugares as mulheres precisam se separar dos maridos para disputar cargos eletivos. Se a esposa ou o filho do prefeito Passarelli querem sair candidatos é preciso deixar que a população faça seu julgamento. Quem deve decidir é o povo", exemplifica Wilson.

LIDO EM SESSÃO

A TRIBUNA
SANTOS - SP
REGIONAL A — 10



A Vila Mathias foi um dos bairros mais castigados pelo temporal, que inun

APM critica política da União para municípios

Da Sucursal de Cubatão

O presidente da Associação Paulista dos Municípios, Wilson José, criticou, ontem, durante a abertura da reunião preparatória ao 40° Congresso Estadual dos Municípios, em Cubatão, a política do Governo Federal que sobrecarrega os municípios e retém em Brasília a maior parte dos tributos sem repassá-los às prefeituras. "Os municípios são vistos como a galinha dos ovos de ouro, que não está sendo corretamente alimentada. Se a galinha morrer, morre também o País", disse ele. O encontro preparatório reuniu vereadores de Cubatão, a cúpula da associação, a deputada estadual Maria Cecília Passarelli, o prefeito José Osvaldo Passarelli, o prefeito de Eldorado, Donizetti Antonio de Oliveira, e cerca de 40 representantes de municípios da região e do Planalto. O congresso ocorrerá de 15 a 20 de abril, em Serra Negra. Wilson defendeu maior participação de prefeitos e vereadores no movimento municipalista, que visa fortalecer o ponto de vista das prefeituras na divisão de maior da parcela de tributos arrecadados no País, concentrados na União e no Estado.

A maior parte do tempo, porém, foi tomada por elucidações sobre a legislação que regula as próximas eleições e as inelegibilidades. Wilson José, partidário do direito de reeleição para o Executivo, protestou contra leis que impedem parentes de prefeitos de concorrer a cargos eletivos e lamentou que a legislação obrigue funcionários e ocupantes de cargos públicos a se afastarem para concorrer em 3 de outubro. "É um absurdo que a mulher do prefeito ou o seu filho não possam concorrer à Prefeitura".

Teses — Wilson pretende defender nesse congresso a criação do cargo de gerente administrativo nas prefeituras, dentro de uma visão política que mais se aproxima dos regimes parlamentaristas europeus. Na sua proposta, os gerentes seriam apartidários e passariam por gestões políticas diferentes, só podendo ser demitidos por motivos graves. "É a pessoa que vai dar continuidade às obras e estará a par da situação financeira do Município". A proposta foi bem recebida por Maria Cecília e José Passarelli.

Os vereadores Josafá Balbino dos Santos, Sonio Célio e Donizete Tavares Nascimento apresentaram uma proposta que querem ver transformada em tese no congresso de Serra Negra: a regulamentação das rádios comunitárias, que vêm sendo consideradas piratas pelo Ministério das Comunicações.

Os três vereadores querem mudanças na legislação atual para que emissoras de baixa potência e sem fins lucrativos possam operar nos municípios através de autorização sumária, com dispensa das formalidades peculiares à concessão efetuada por empresa de rádio de alta potência. Josafá observou que já existem inúmeras rádios de baixa potência operando a serviço de entidades religiosas, sem fim lucrativo, e que precisam ser preservadas.

R

A de
la Duai
balho d
evitar q
va de S
de eme
3, de au
Covas, (
go 146 c
Trata-
tabelece
ção de v
lhoria da
posterior
cípios, i
Santista
Mariâi
alguns (
mensage
exemplo
tâncias n
do de rec
derar que
cípios-es
pretérita
de com a
Eles nec
cialment
tingente
nos perío
O arti

O pre
Mauro (
surpresa
Governo
forma de
passe do
Melhoria
durante (
nio Fleur
ele próp
ce-presic
lista de M
A ent
pios, que
beram v
menos,

Sociedade Visconde de São L

Vide-Verso

40º Congresso Estadual de Municípios
Centro de Convenções de Serra Negra-SP.15 a 20 de Abril de 996
Promoção : Associação Paulista de Municípios - APM e Prefeitura Municipal de Serra Negra - SP

Relação de Hotéis bloqueados em Serra Negra para o 40º CEM

	Single	Duplo	Triplo	Quádruplo	Observação
Serra Negra Palace Hotel	-------	32,00	32,00	32,00	diária c/café pacote/5dias
019 892 1702					
		38,00	38,00	38,00	diária completa pte/5dias.
	55,00	45,00	------	------	1 diária
Hotel Fazenda Serra Negra	32,00	28,00	28,00	-------	diária simples
Kyrmayr 019 892 2440	42,00	38,00	38,00	-------	diária completa
Shelton Hotel	45,00	33,00	30,00	------	
019 892 1552	------	65,00	45,00	41,60	diária completa
Cordilheira Hotel	55,00	38,00	35,00	------	diária simples
019 892 1552					
Hotel Pousada Shangrilá	-------	65,00	60,00	55,00	diária completa p/pessoa
(892 3765					
Hotel Pousada Casarão	------	30,00	25,00	30,00	diária simples
019 892 3332		35,00	30,00	30,00	meia pensão
Hotel Vitória Marchi	----	30,00	26,00	26,00	diária c/café
019 892 1516	-----	36,00	32,00	32,00	diária completa
	-----	42,50	------	------	1 diária
Hotel Coração de Jesus	-----	25,00	25,00	------	diária c/ café
019 892 1548		45,00	45,00	-----	diária completa
Hotel Mirim	------	20,00	15,00	15,00	diária c/café
019 892 2968					
Estalagem Hotel Pousada	45,00	35,00	30,00	25,00	diária simples c/ café
019 892 1777					

Hotel Chalés Estancia S. Mateus	Pacote p/5 diárias simples c/café	175,00
019 892 5599	1 Diária simples	35,00
019 892 5588	Pacote p/5 diárias completas	225,00
	1 Diária completa	55,00
Estância Clube de Veraneio	Diária simples (c/café)	25,00
019 892 2155	Diária completa	37,00
Hotel Vila da Serra	Diária simples(c/café) apto.duplo	25,00
019 892 2518	Diária completa	35,00
Hotel Chalés Pousada São Roque	Diária simples (c/café) p/pessoa	25,00
019 892 1038	Diária completa	35,00
Gurupiá Colonia de Férias	Diária completa p/pessoa em ap. duplo	35,00
019 892 3751		

Hotel em Águas de Lindóia - SP

Guarani Center**	Single	Duplo	Triplo	Quádrupulo	Observação
011- 604 0050	210,00	280,00	390,00	--------	5 diárias c/ café
605 8547 e 606 9602	297,00	396,00	555,00	--------	5 diáriascompletas
Águas de Lindóia-SP		155,00	208,00	322,00	3 diárias c/ café
	222,00	296,00	460,00	--------	3 diárias completas
	58,00	76,00	108,00	--------	diária c/ café
	90,00	108,00	154,00	--------	diária completa

40º Congresso Estadual de Municípios

Centro de Convenções de Serra Negra/SP. 15 a 20 de abril de 1996

Promoção: Associação Paulista de Municípios e Prefeitura Municipal de Serra Negra

Relação de Hotéis bloqueados em Serra Negra

	Single	**Duplo**	**Triplo**	**Quádruplo**	**Observação**
****					
Grande Hotel Serra Negra					
019 892 5077	luxo	luxo	luxo		
011 954 2526	200,00	250,00	330,00		p/5diárias ou 4/ pernoites
011 967 0588	standard	standard	standard		
	150,00	200,00	270,00		
****					
Rádio Hotel	luxo	luxo	luxo		
019 892 3311	------	70,00	------		diária simples
	standard	standard	standard		
	90,00	63,00	56,00		diária simples
	luxo	luxo	luxo		
	------	100,00	------		diária completa
	standard	standard	standard		
	100,00	90,00	75,00		diária completa
****					
Hotel Pavani	luxo	luxo			
Fone: 019 892 2000	420,00	600,00	--------	--------	5 diárias c/ café
	standard	standard	standard	standard	
	360,00	540,00	780,00	960,00	5 diárias c/ café
	luxo	luxo	--------	---------	
	700,00	1000,00	-------	---------	5 diárias completas
	standard	standard	standard	standard	
	600,00	900,00	1300,00	1600,00	5 diárias completas
	luxo	luxo	--------	---------	
	288,00	396,00	-------	---------	3 diárias c/ café
	standard	standard	standard	standard	
	252,00	360,00	522,00	648,00	diárias c/café
	luxo	luxo	--------	------	
	480,00	660,00	- ------	------	diárias completas
	standard	standard	standard	standard	
	420,00	600,00	870,00	1080,00 3	diárias completas
	luxo	luxo			
	108,00	144,00	---------	---------	diária c/ café
	standard	standard	standard	standard	
	96,00	132,00	192,00	240,00	diária c/ café
	luxo	luxo			
	180,00	240,00	--------	---------	diária completa
	standard	standard	standard	standard	
	160,00	220,00	320,00	400,00	diária completa
Hotel Vale do Sol	chalés e apartamentos para 2, 4 e 6 pessoas				
019 892 3500	Diária simples...35,00 por pessoa			Diária completa.. 48,00 por pessoa	
Hotel Auto Tour	80,00	40,00	40,00	36,00	p/pacote de 5d.completas
019 892 2011	60,00	48,00	48,00	43,20	p/pacote de 2d completas
	100,00	55,00	55,00	49,50	1 diária
Big Valley Hotel Fazenda					
019 892 2749	70,00	45,00	45,00	42,75	diária completa
Park Hotel Moinho de Pedra					
019 892 6036	98,00	108,00	140,00	176,00	diária completa
Akrópolis Hotel Fazenda	70,00	45,00	------	-------	diária completa/pessoa
019 892 3972					

vide verso

UVESP

União dos Vereadores do
Estado de São Paulo

Of.UVESP 016/96

São Paulo, 18 de março de 1996

Senhor Presidente

Cumprimentando-o respeitosamente dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar - pedindo que transmita aos nobres pares em sessão legislativa - que no dia 17 de abril, às 17:00 horas, durante a realização do 40º Congresso Estadual de Municípios, no Auditório II, do Centro de Convenções de Serra Negra, será realizada reunião ordinária da UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo. A presença de V.Excias ajudará na decisão que norteará os destinos da nossa Entidade.

A UVESP União dos Vereadores do Estado de São Paulo, fundada em 20/05/1977, para congregar os vereadores paulistas, tem como objetivo primordial atuar em estreita colaboração com o Poder Legislativo Municipal, com a finalidade de defender e consolidar o municipalismo e, sobretudo, o fortalecimento da atuação do Vereador junto às Câmaras Municipais.

No cumprimento de sua missão institucional a UVESP tem desenvolvido todos os seus esforços para promover a capacitação e o aperfeiçoamento do Vereador através da organização de encontros e palestras sobre assuntos de interesse das Câmaras Municipais e da difusão das informações necessárias ao desempenho da vereança.

Para que tais objetivos sejam alcançados, porém, a UVESP não pode prescindir da colaboração de todos os membros dos Poderes Legislativos locais, tanto no que respeita à efetiva participação nos trabalhos da entidade como em relação ao pagamento da contribuição definida no artigo 59, inciso II de seu Estatuto Social.

Portanto, solicito especial atenção dessa Presidência quanto ao pagamento referente a essa Câmara, da 1ª trimestralidade de 1996, que estatutariamente, corresponde a R$ 25,00 (vinte e cinco reais) multiplicado pelo número de vereadores componentes dessa Casa. O pagamento deverá ser depositado até o dia 20 de abril p.f. na conta da UVESP nº 13.003.092.2 Banco Banespa S/A - Agência 0154 - São Paulo.

Estou certo de que poderei contar com sua colaboração pois só assim, teremos um legislativo forte e unido.

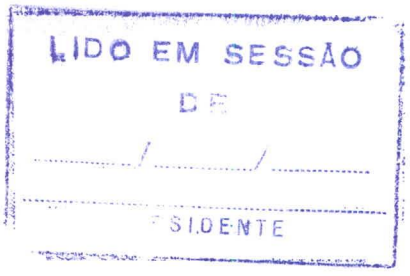
Atenciosamente

SEBASTIÃO MISIARA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal

PROTOCOLO
No de Ordem 692
Fls No 19 Livro No 09
Data 01 / 04 / 96
SECRETÁRIA

Av. Paulista, 1.776 - 6º andar - Cep 01310-200 - São Paulo/SP - Telefones: (011) 284.1067 - 284.1822 - Fax.: (011) 284.1667


LIDO EM SESSÃO
DE
/ /
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM
FUNDADA EM 1948
Avenida Paulista, 1776 - 6º Andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Telefones (011) 284-1067 - 289-7635 - 289-8304 - 284-1822 - FAX:(011) 284-1667

Ofício **076/96-40º CEM** São Paulo, **14** de **Março** de **1996**

Companheiro

O nosso tradicional encontro anual, o Congresso Estadual de Municípios, está chegando. E com ele, vamos viver um momento histórico no municipalismo. Será a sua 40ª (quadragésima) versão.

Temos certeza que, como nós, você e os ilustres edis dessa casa se orgulham de pertencer a uma Entidade que - única no mundo na área municipalista - conseguiu realizar tantos Congressos.

Daí a sua presença, e dos vereadores do seu Município, serem tão importantes.

Para sua comodidade e para podermos festejar juntos esse momento, estamos enviando-lhe a ficha de inscrição onde constam o temário e a relação de hotéis de Serra Negra.

Pedimos a sua contribuição para repassar essa relação aos demais companheiros dessa Câmara, xerocando e entregando para eles as fichas de inscrição.

Aproveitamos para enviar nosso abraço e

Saudações Municipalistas.

LIDO EM SESSÃO
DE
03/04/96
PRESIDENTE

Wilson José.
WILSON JOSÉ
Presidente da **Associação Paulista de Municípios**

PROTOCOLO
No de Ordem 682
Fls No 19 Livro No 09
Data 20/03/96
SECRETÁRIA

Excelentíssimo Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

40

40º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Centro de Convenções Serra Negra - São Paulo
15 a 20 - Abril - 1996

Temário

Educação - **S**aúde - **T**ransportes;

Pequena - **M**édia - **M**icroempresa e **T**urismo como fontes geradoras de empregos;

Gerência **M**unicipal - **T**erceirização - **C**oncessões;

Parceria para o desenvolvimento e integração dos Municípios.

Dia 15 - Segunda-Feira - 19h00 - **Sessão Solene de Abertura**, a ser presidida pelo **Dr. Geraldo Alckmin,** Vice - Governador do Estado.
Dia 20 - Sábado - 10h00 - **Sessão Solene de Encerramento**, a ser presidida pelo **Dr. Mário Covas**, Governador do Estado de São Paulo.

Nos dias **16, 17,18 e 19,** respectivamente **3ª, 4ª, 5ª e 6ª feira,** serão realizadas sessões plenárias e Painéis, com exposição de Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Vereadores. Secretários de Estado, Ministros, Parlamentares Estaduais e Federais.

Ficha de Inscrição

Nome_____

Cargo_____

Entidade_____

Endereço_____

Cep_____Fone_____

Cidade_____Estado_____

Acompanhante(Esposa)/o)

Valor da Inscrição

A- Prefeitos e Vice-Prefeitos: **R$350,00**
Se o Município contribuiu com a 1ª semestralidade:
1 - até 13 de março, desconto de **40%**
2 - após essa data, desconto de **20%**

B- Vereadores, técnicos do Executivo e do Legislativo e outros: **R$150,00**

Em anexo, cheque nº_____do Banco_____

no valor de R$_____ referente à taxa de inscrição.

Remeter à Associação Paulista de Municípios - APM . Avenida Paulista, 1776 6º andar- CEP. 01310 200 SP.
Fones: 283/0740 - 284/1067 - 289/8304 - 289/6519 Fax: 284/1667

____/____/1996

_____
Assinatura

40º Congresso Estadual de Municípios
Centro de Convenções de Serra Negra / SP. 15 a 20 de Abril de 1996
Promoção : Associação Paulista de Municípios - APM
Prefeitura Municipal de Serra Negra - SP

Relação de Hotéis bolqueados em Serra Negra -SP

****	**Single**	**Duplo**	**Triplo**	**Quádruplo**	**Observação**
Grande Hotel Serra Negra					
019 892 5077	luxo	luxo	luxo		
011 954 2526	200,00	250,00	330,00		p/5diárias ou 4/ pernoites
011 967 0588	standard	standard	standard		
	150,00	200,00	270,00		
****					
Rádio Hotel	luxo	luxo	luxo		
019-892 3311	------	70,00	------		diária simples
	standard	standard	standard		
	90,00	63,00	56,00		diária simples
	luxo	luxo	luxo		
	------	100,00	------		diária completa
	standard	standard	standard		
	100,00	90,00	75,00		diária completa
****					
Hotel Pavani	luxo	luxo			
Fone: 019 892 2000	420,00	600,00	--------	--------	5 diárias c/ café
	standard	standard	standard	standard	
	360,00	540,00	780,00	960,00	5 diárias c/ café
	luxo	luxo	--------	---------	
	700,00	1000,00	-------	---------	5 diárias completas
	standard	standard	standard	standard	
	600,00	900,00	1300,00	1600,00	5 diárias completas
	luxo	luxo	--------	---------	
	288,00	396,00	-------	---------	3 diárias c/ café
	standard	standard	standard	standard	
	252,00	360,00	522,00	648,00	diárias c/café
	luxo	luxo	--------	------	
	480,00	660,00	- ------	------	diárias completas
	standard	standard	standard	standard	
	420,00	600,00	870,00	1080,00 3	diárias completas
	luxo	luxo			
	108,00	144,00	---------	---------	diária c/ café
	standard	standard	standard	standard	
	96,00	132,00	192,00	240,00	diária c/ café
	luxo	luxo			
	180,00	240,00	--------	---------	diária completa
	standard	standard	standard	standard	
	160,00	220,00	320,00	400,00	diária completa
Hotel Vale do Sol	chalés e apartamentos para 2, 4 e 6 pessoas				
019 892 3500	Diária simples.....35,00 por pessoa				
	Diária completa..... 48,00 por pessoa				
Hotel Auto Tour	80,00	40,00	40,00	36,00	p/pacote de 5d.completas
019 892 2011	60,00	48,00	48,00	43,20	p/pacote de 2d completas
	100,00	55,00	55,00	49,50	1 diária
Big Valley Hotel Fazenda					
019 892 2749	70,00	45,00	45,00	42,75	diária completa
Akrópolis Hotel Fazenda	70,00	45,00	------	-------	diária completa/pessoa
019 892 3972					
Serra Negra Palace Hotel	-------	32,00	32,00	32,00	diária c/café pacote/5dias
019 892 1702					
		38,00	38,00	38,00	diária completa pte/5dias.
	55,00	45,00	------	------	1 diária

vide verso

40º Congresso Estadual de Municípios
Centro de Convenções de Serra Negra / SP. 15 a 20 de Abril de 1996
Promoção : Associação Paulista de Municípios - APM
Prefeitura Municipal de Serra Negra - SP

Relação de Hotéis bloqueados em Serra Negra para o 40º CEM

	Single	Duplo	Triplo	Quádruplo	Observação
Hotel Fazenda Serra Negra	32,00	28,00	28,00	-------	diária simples
Kyrmayr 019 892 2440	42,00	38,00	38,00	-------	diária completa
Shelton Hotel	45,00	33,00	30,00	------	
019 892 1552	------	65,00	45,00	41,60	diária completa
Cordilheira Hotel	55,00	38,00	35,00	------	diária simples
019 892 1552					
Hotel Pousada Shangrilá	------	65,00	60,00	55,00	diária completa p/pessoa
019 892 3765					
Hotel Pousada Casarão	------	30,00	25,00	30,00	diária simples
019 892 3332		35,00	30,00	30,00	meia pensão
Hotel Vitória Marchi	----	30,00	26,00	26,00	diária c/café
019 892 1516	-----	36,00	32,00	32,00	diária completa
	-----	42,50	------	------	1 diária
Hotel Coração de Jesus	-----	25,00	25,00	------	diária c/ café
019 892 1548		45,00	45,00	-----	diária completa
Hotel Mirim	------	20,00	15,00	15,00	diária c/café
019 892 2968					
Estalagem Hotel Pousada	45,00	35,00	30,00	25,00	diária simples c/ café
019 892 1777					

Hotel Chalés Estancia S. Mateus	Pacote p/5 diárias simples c/café	175,00
019 892 5599	1 Diária simples	35,00
019 892 5588	Pacote p/5 diárias completas	225,00
	1 Diária completa	55,00
Estância Clube de Veraneio	Diária simples (c/café)	25,00
019 892 2155	Diária completa	37,00
Hotel Vila da Serra	Diária simples(c/café) apto.duplo	25,00
019 892 2518	Diária completa	35,00
Hotel Chalés Pousada São Roque	Diária simples (c/café) p/pessoa	25,00
019 892 1038	Diária completa	35,00
Gurupiá Colonia de Férias	Diária completa p/pessoa em ap. duplo	35,00
019 892 3751		

Hotel em Águas de Lindóia - SP

Guarani Center**	Single	Duplo	Triplo	Quádrupulo	Observação
011- 604 0050	210,00	280,00	390,00	--------	5 diárias c/ café
605 8547 e 606 9602	297,00	396,00	555,00	--------	5 diáriascompletas
Águas de Lindóia-SP		155,00	208,00	322,00	3 diárias c/ café
	222,00	296,00	460,00	--------	3 diárias completas
	58,00	76,00	108,00	--------	diária c/ café
	90,00	108,00	154,00	--------	diária completa

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DO POLICIAMENTO DE ÁREA DO INTERIOR DOIS
VIGÉSIMO SEXTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR

CONVITE

Este Comandante tem a honra de convidar V Sa para a Solenidade conjunta do **10o Aniversário do 26o Batalhão de Polícia Militar do Interior** e da homenagem ao Policial Militar que se destacou no cumprimento da missão no mês de Fevereiro de 1996.

Desde já contamos com a sua engalanadora presença.

Local: Rua Luiz Gama, 298
Bairro Bonfim - Campinas/SP
Data: 14 de Março de 1996
Hora: 09:00 horas

JORGE MORAES SOARES FILHO
Maj PM Cmt Int° do 26° BPM/I

Traje:

Oficiais B.3 com quepe
Praças B.3 ou B.4
Forças Armadas: O correspondente
Civis: Esporte Fino

LIDO EM SESSÃO
DE
13/03/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 662
Fls. No 18 Livro No 022
Data 12/03/96
SECRETÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 1677/96

Ferraz de Vasconcelos, 12 de março de 1996

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, a cópia do ***REQUERIMENTO Nº 0771/96,*** de minha iniciativa, aprovado por unanimidade na sessão ordinária de 11 do corrente, através do qual solicita o indispensável apoio.

No ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Natanael Alves Genuino
Presidente

PROTOCOLO
No de Ordem 688
Fls No 19 Livro No 09
Data 22/03/96
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP.

LIDO EM SESSÃO
DE
03/04/96
PRESIDENTE

SS/al

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C ó P I A

REQUERIMENTO Nº 0771/96
PROCESSO Nº 2045/96

CONSIDERANDO que após modificações introduzidas pelo Governo do Estado, no tocante a remanejamento de ensino, resultaram inúmeros problemas nas escolas deste Município e acredita-se que em outras localidades fatos semelhantes também ocorreram;

CONSIDERANDO que a reclamação mais comum está relacionada entre distância da residência do aluno e a escola, posto que em alguns casos os estudantes foram transferidos para unidades de ensino muito longe de sua moradia;

CONSIDERANDO que paralelamente outras questões se agravaram, visto que algumas escolas estão com número de alunos muito superior a sua capacidade física normal, logo há classes em que crianças dividem a mesma carteira, outras estão sentando nas mesas e o restante em cadeiras, dificultando sobremaneira o aprendizado e consequentemente o trabalho dos professores;

CONSIDERANDO que neste Município a direção de uma escola em razão do elevado número de alunos, optou pelo rodizio entre as salas, ou seja determinado dia uma classe tem aula e no dia seguinte é dispensada para outra estudar no mesmo local;

CONSIDERANDO que particularmente em nosso Município, existe um grande deficit de salas de aulas, necessitando com urgência da construção de novas unidades de ensino e ampliaçãoe outras já existentes.

CONSIDERANDO que de outro lado um aspecto carecedor de observação são os gastos volumosos do Governo Estadual na construção de algumas unidades escolares, visto que em nosso Município a **"EEPG do Jardim São Fernando"**, localizada no Jardim São Fernando, possui padrões acima de nossa realidade e certamente a verba alí empregada, seria suficiente para se construir pelo menos mais vinte salas de aulas;

CONSIDERANDO que a fim de minimizar essa situação necessário seria a realização de convênios entre Estado e Municípios;

CONSIDERANDO que referido convênio visa o repasse financeiro para os Municípios, para que estes se esponsabilizem pela construção de escolas dentro dos padrões e da realidade dos Municípios;

CONSIDERANDO finalmente que dentro desse aspecto haverá economia suficiente até para se elevar a remuneração de professores que hoje percebem parcos vencimentos;

REQUEIRO A CASA NOS TERMOS REGIMENTAIS, APóS OUVIDO AO PLENÁRIO, para que ofícios sejam encaminhados ao **Excelentíssimo senhor Mário Covas, Digníssimo Governador do Estado e a Ilustríssima senhora Teresa Roserley Neubauer da Silva, Digníssima Secretária da Educação do Estado,** propondo àquelas autoridades estudos voltados para a implantação de convênio Estado e Municípios, destinados à construção e ampliação de escolas dos Municípios.

REQUEIRO mais, que do deliberado de seja encaminhado cópia da presente proposta à Ilustríssima senhora Maria Aparecida Servan Didal da Silva, Digníssima Delegada de Ensino de Suzano.

REQUEIRO finalmente, que do deliberado seja solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

Plenário Prefeito H.Hans Louis Baxmann, 11 de março de 1996.

assinado no original
Vereador Natanael Alves Genuino
PSDB

ABR/dgl.SS/al

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício Nº039/96

Holambra, 11 de março de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, balancete da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referente ao mês de fevereiro e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 1º bimestre de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

LIDO EM SESSAO DE 13/03/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE O MÊS DE FEVEREIRO /19 96

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	20.804,00	15.670,48	36.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	482.775,52
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	20.804,00	15.670,48	36.474,48	519.250,00	-0-	519.250,00	482.775,52
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	1.803,18	1.793,72	3.596,90				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	148,62	86,02	234,64				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	12.196,00	10.329,52	22.525,52				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	14.147,80	12.209,26	26.357,06				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			62.831,54				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DALTER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 29 de fevereiro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE O MÊS DE.....FEVEREIRO...../1996.

(EM R$1,00)

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	14.025,55	11.955,55	25.981,10	14.025,55	11.955,55	25.981,10	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	219.018,90
3113	Obrigações Patronais	148,62	86,02	234,64	-0-	148,62	148,62	86,02	6.000,00	-0-	6.000,00	5.765,36
3120	Material de Consumo	619,78	157,70	777,48	477,54	142,24	619,78	157,70	12.000,00	-0-	12.000,00	11.222,52
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1.138,95	1.138,95	2.277,90	90,00	1.138,95	1.228,95	1.048,95	22.000,00	-0-	22.000,00	19.722,10
3132	Outros Serviços e Encargos	1.511,86	3.917,12	5.428,98	263,25	2.941,62	3.204,87	2.224,11	42.000,00	-0-	42.000,00	36.571,02
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	2,49	2,49	4,98	2,49	2,49	4,98	-0-	250,00	-0-	250,00	245,02
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	339,00	-0-	339,00	339,00	-0-	339,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	39.661,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17.960,03	17.257,83	35.217,86	15.371,61	16.329,47	31.701,08	3.516,78	519.250,00	-0-	519.250,00	484.032,14
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	1.803,18	1.793,72	3.596,90	1.803,18	1.793,72	3.596,90	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	148,62	86,02	234,64	-0-	148,62	148,62	86,02				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	22.525,52	-0-	22.525,52	12.196,00	10.329,52	22.525,52	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	24.477,32	1.879,74	26.357,06	13.999,18	12.271,86	26.271,04	86,02				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						4.859,42					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						62.831,04					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 29 de fevereiro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

REFERENTE 1º BIMESTRE DE 199 6 .

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74 da L.O.M. (EM R$1,00)

RECEITA ARRECADADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			DESPESAS CORRENTES		
Duodécimos do Exercício	36.474,48	36.474,48	Pessoal e Reflexos	26.220,72	26.220,72
Duodécimos Exerc. Anterior	-0-	-0-	Material de Consumo	777,48	777,48
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	7.706,88	7.706,88
			Diversas Despesas de Custeio	173,78	173,78
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	34.878,86	34.878,86
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Eqptos. e Mat. Permanente	339,00	339,00
			Outras Desp. de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	36.474,48	36.474,48	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	339,00	339,00
RECEITA GERAL	36.474,48	36.474,48	DESPESA GERAL	35.217,86	35.217,86
Déficit Verificado	-0-	-0-	Superávit Verificado	1.256,62	1.256,62
TOTAL GERAL	36.474,48	36.474,48	TOTAL GERAL	36.474,48	36.474,48

Holambra, 29 de fevereiro de 199 6 .

LUIZ CARLOS DE CAMPOS

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA

APRESENTAÇÃO

O Cepam e a CAR, órgãos vinculados à Secretaria de Economia e Planejamento, por intermédio dos Escritórios Regionais de Planejamento — Erplans, estarão promovendo Seminários Regionais visando orientar partidos políticos e os candidatos a candidato às eleições municipais de 1996.

Os Seminários abordarão didática e objetivamente as inovações e os vários aspectos formais da Legislação Regulamentadora — Lei 9.100/95.

A temática proposta será desenvolvida por representante do Tribunal Regional Eleitoral, técnicos do Cepam e especialistas convidados.

OBJETIVO

Oferecer subsídios aos partidos políticos e aos candidatos sobre normas reguladoras das eleições de 1996, permitindo-lhes compreender os aspectos legais que os acompanharão durante todo esse processo democrático.

PROGRAMA

I — Democracia representativa — deveres, prerrogativas e atribuições dos representantes populares, a ética e o decoro parlamentar e a probidade administrativa.

II — As vedações impostas ao candidato e à Administração pela Legislação Eleitoral de 1996.

III — As condições de elegibilidade, a inelegibilidade e os prazos de sua cessação.

IV — A escolha e o registro dos candidatos à eleição municipal de 1996. Crimes eleitorais.

PARTICIPANTES

Prefeitos, vereadores, futuros candidatos a cargos eletivos municipais, membros de diretórios e militantes partidários.

CONVIDADOS

Geraldo Alckimin — Vice-Governador
André Franco Montoro — Deputado Federal
Tito Costa — Vice-Presidente da OAB (SP), Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo
Adilson Abreu Dallari — Professor Titular de Direito Administrativo da PUC.

PALESTRANTES

José Carlos Macruz — Cepam
Laís de Almeida Mourão — Cepam
Maria Tarquínia V. Moreira — Cepam
Mariana Moreira — Cepam
Valéria A. Souza — TRE

LOCAIS/DATAS

TAUBATÉ.
Data: 1º de março de 1996.
Local: Auditório OAB — Rua 4 de março, 441.
Erplan — Tel. (0123) 21.3666.
PRESIDENTE PRUDENTE.
Data: 8 de março de 1996.
Local: Auditório UNESP, Rua Roberto Simonsen, 305
Erplan — Tel. (0182) 21-2255/4065
RIBEIRÃO PRETO.
Data: 13 de março de 1996.
Local: Câmara Municipal, Rua Jerônimo Gonçalves, 1.200.
Erplan — Tel. (0166) 36-4221/4227.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Data: 22 de março de 1996.
Local: Câmara Municipal, Rua Siqueira Campos, 3.105, Centro.
Erplan — Tel. (0172) 33-6988/6089.
SÃO PAULO
Data: 29 de março de 1996
Local: Auditório Cepam, Av. Prof. Lineu Prestes, 913.
Tel. (011) 816-6460 R. 263/267.

HORÁRIO

Das 9h30 às 17h30

INSCRIÇÕES/INFORMAÇÕES

As inscrições devem ser feitas antecipadamente pelos telefones das respectivas localidades.

TAXA DE INSCRIÇÃO

R$ 30,00

CERTIFICADO

Será conferido certificado aos participantes.

APOIO:

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S. A. IMESP

cosesp Seguros

COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - Cepam
CAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE PLANEJAMENTO

SEMINÁRIOS REGIONAIS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1996

LEGISLAÇÃO REGULAMENTADORA (LEI 9.100/95)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
SIDNEY CINTI
Vice-Líder do Governo

São Paulo, 11 de março de 1996

Ofício Especial
Ref: Renovação do Convite para o "I Encontro das Rádios Livres e Comunitárias"

Caro Presidente

Tendo em vista a grande mobilização que estamos preparando **pela auto-regulamentação das rádios livres e comunitárias** venho, pela presente, renovar o convite formulado a Vossa Excelência, através de ofício datado de 1° de março, solicitando-lhe que **encaminhe cópia deste a todos os demais vereadores dessa egrégia Câmara**, conclamando-os para se unirem nesta luta, pois o momento é de somarmos nossas forças para conquistar a democracia na comunicação.

Ressalto, a propósito, que estou organizando nesta Casa uma **Frente Parlamentar Suprapartidária em Apoio à Regulamentação das Rádios Livres e Comunitárias**, que já conta com a adesão de inúmeros deputados, e que apresentei uma **Moção de Apelo ao Presidente da República,** conforme cópia em anexo**, para que determine urgentes providências objetivando a regulamentação dos serviços de radiodifusão livre e comunitária.**

Sendo fundamental a força de São Paulo nesta questão de âmbito federal, solicito o apoio dos nobres edis, no sentido de **encaminhar moções semelhantes ao Presidente da República e moções de apoio a esta Assembléia Legislativa pela aprovação da propositura que apresentei.**

Além disso, em face à repercussão em nível nacional do Encontro do dia 29, quero reiterar a Vossa Excelência que **estenda este convite aos demais vereadores e lideranças locais, inclusive divulgando nos jornais de sua cidade e região**, para que caravanas de todos os municípios possam se fazer presente nessa grande concentração, de repercussão nacional, que terá a seguinte programação:

- **9:00 hs.-** Início da **cobertura radiofônica** ao vivo das atividades do Encontro pelas centenas de Rádios Livres e Comunitárias presentes;
- **13:00 hs - Grande Concentração** com música, shows e depoimentos de todos que quiserem fazer uso da palavra;
- **16:00 hs.- Entrevista coletiva** à Imprensa pelos membros da "Frente Parlamentar Suprapartidária de Apoio à Auto-Regulamentação das Rádios Livres e Comunitárias" e do Fórum Democracia na Comunicação e pelas autoridades e lideranças presentes.
- **18:00 hs** - Início oficial do **Encontro** no Auditório Teotônio Vilela - em debate a situação atual e as perspectivas futuras da radiodifusão livre e comunitária.

Contando com a decisiva presença e colaboração do ilustre Presidente, com minhas cordiais saudações, subscrevo-me.

Sidney Cinti
Deputado Estadual
Frente Parlamentar Suprapartidária de Apoio à Auto-Regulamentação das Rádios Livres e Comunitárias

PROTOCOLO
No de Ordem 666
Fls No 18 Livro No 02
Data 18/03/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
20/03/96
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS
Fundada em 15 de março de 1946 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto nº 62695
SAS Quadra 5 Lote 5A - Bloco "F" - CEP 70070-000 - Tels.: (061) 226-9520 - 226-9530 - Fax: (061) 223-2011
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

OF. Gab. nº 155/96

Brasília, 07 de março de 1996.

Senhor Presidente,

A Pastoral Parlamentar Católica (PPC) do Congresso Nacional solicita, por intermédio da Associação Brasileira de Municípios o engajamento dos Vereadores desta Câmara Municipal no sentido de apresentar, divulgar e promover a Campanha da Fraternidade/96 cujo lema é **"JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO"**, tendo como tema **"FRATERNIDADE E POLÍTICA"**.

O nosso objetivo é conseguir maior participação da classe política brasileira no encaminhamento e reflexão do tema.

Solicitamos, se possível, programar reuniões sobre o tema, envolvendo a comunidade.

Agradecendo a atenção de V.Exª. e dos Vereadores informamos que havendo interesse na formação de um grupo de vereadores católicos, dispostos a exercer ações políticas visando levar para a política e a administração pública os princípios da Doutrina Social da Igreja a intenção poderá ser comunicada para o Senador Marco Maciel, Vice Presidente da República, Senador Lúcio Alcântara, Deputado Federal Osmânio Pereira ou para esta Presidência.

Atenciosamente,

Deputado Federal **Welson Gasparini**
Presidente da Associação Brasileira de Municípios

LIDO EM SESSÃO
DE
20/03/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 678
Fls Nº 19 Livro Nº 09
Data 19/03/96
SECRET/

Exmº.Sr. Vereador
DD. Presidente da Câmara Municipal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
CAMPOS MACHADO
Gabinete da Liderança do PTB

São Paulo, março de 1996

OF GL PTB **ESPECIAL/96**

Senhor Presidente

O Estado de São Paulo viveu os últimos 14 meses na iminência de perder o BANESPA, símbolo de nosso progresso e desenvolvimento,orgulho de todos os paulistas.

A Assembléia Legislativa aprovou, em curto espaço de tempo, projeto que estabelece acordo com o Governo Federal, visando equacionar a dívida do Governo do Estado com o BANESPA, pois, a custa de pesados juros e encargos, são desembolsados, diariamente, cerca de 20 milhões de reais, sem contar o principal da dívida.

Nesse sentido, faz-se urgente e imediato o "referendum" pelo Senado Federal para o acordo estabelecido em nível estadual, visando eliminar os escorchantes juros diários, e o fim da intervenção.

É preciso, assim, a mobilização de todos os paulistas para, somando esforços, apelarmos aos membros do Senado Federal, notadamente os representantes de São Paulo, para que seja dada, rápida e definitivamente, uma solução para o caso BANESPA.

Escreva. Telefone. A participação de Vossa Senhoria é fundamental. O BANESPA é uma questão de soberania de nosso Estado. Seu patrimônio, aí compreendido agências e funcionários, deve ser preservado.

Não podemos esperar mais. Precisamos salvar o nosso Banco.

LIDO EM SESSÃO
DE
03/04/96
PRESIDENTE

Deputado CAMPOS MACHADO
Líder da Bancada do PTB

PROTOCOLO
No de Ordem 692
Fls No 19 Livro No 02
Data 28/03/96
SECRETARIA

LOS/mpvt

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício nº 935/96

Ferraz de Vasconcelos, 05 de março de 1996

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, a cópia do ***REQUERIMENTO Nº 0762/96,*** de minha iniciativa, aprovado por unanimidade na sessão ordinária de 04 do corrente, através do qual solicita o indispensável apoio.

No ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Natanael Alves Genuino
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
20/03/96
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP.

PROTOCOLO
N.o de Ordem 665
Fls. No 18 Livro No 02
Data 13/03/96
SECRETARIA

SS/al

REQUERIMENTO Nº 762/96
PROCESSO Nº 2027/96

Considerando que a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, aponta uma deficiência de aproximadamente quinze mil homens em seu quadro de efetivos;

Considerando que informa ainda aquela Secretaria o constante fluxo de baixa de Policiais Militares, que optam em trabalhar em outras atividades, tendo em vista a pequena remuneração;

Considerando que a formação de um Policial Militar, desde sua inscrição até seu efetivo ingresso na carreira, é extremamente dispendioso para o Estado e em razão do pequeno salário, torna-se flagrante a dificuldade de se recrutar novas pessoas para tão importante atividade profissonal, além da dificuldade pela manutenção do atual quadro de PMs;

Considerando que no passado, pertencer a PM era fator de galhardia para qualquer cidadão, e para a comunidade em geral era também motivo de satisfação encontrar um policial, pois tratava-se de homens eficientemente treinados e capazes de oferecer tranquilidade à população;

Considerando que infelizmente hoje a situação retrata uma ligeira distorção porque verifica-se que em detrimento da pequena remuneração a pessoa se inscreve para ser um policial militar por encontrar dificuldades de exercer outra atividade no mercado de trabalho;

Considerando que além desses aspectos o Policial Militar, segundo consta está impedido de exercer atividades paralelas, mas na verdade a realidade que se sabe é que a grande maioria exerce além de seu trabalho normal outras popularmente chamadas de "bico", com o objetivo de reforçar seu orçamento e garantir a sustentação de sua família;

Considerando que na maioria das mortes ou acidentes envolvendo policiais, ocorrem nos chamados "bicos", dessa forma é momento de se repensar e redimensionar a importância do policial;

Considerando que se o Policial Militar, pode trabalhar junto aos Destacamentos e também em atividades paralelas somente para ganhar um pouco mais , entendemos como justo que a jornada normal do PM, pode ser prolongada mediante o pagamento de algum tipo de adicional ou mesmo considerar esse prolongamento como hora extra;

Considerando finalmente que havendo essa dilatação da jornada de trabalho do Policial, resultará em maior número de homens no policiamento ostensivo, oferecendo de fato segurança à população e consquentemente uma remuneracão um pouco maior para esses militares que arriscam suas vidas em atividades paralelas,

Requeiro a Casa na forma regimental, após ouvido ao Plenário, para que ofícios sejam remetidos ao Excelentíssimo Senhor Mário Covas, Digníssimo Governador do Estado, ao Ilustríssimo Dr. José Afonso da Silva, Digníssimo Secretário da Segurança Pública do Estado e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, solicitando daquelas autoridades estudos objetivando permitir a dilatação do horário de trabalho dos Policiais Militares, em pelo menos mais três horas diárias e consequentemente atribuir a esse prolongamento de jornada como horas extras e pagá-las como tal ou mesmo atribuir outro tipo de adicional, reforçando dessa maneira a remuneração dos Policiais Militares que estão percebendo atualmente parcos vencimentos e se submetendo a trabalhar em atividades paralelas, popularmente chamadas de "bico", cujo trabalho muitas vezes resulta em risco de vida para o Militar.

Requeiro mais, que do deliberado seja enviado cópia da presente proposta ao Comando da Polícia Militar em Guarulhos, ao Comando da Polícia Militar de Itaquaquecetuba, ao Comando da Polícia Militar de Poá e ao Comando da Polícia Militar deste Município.

Requeiro mais, que do deliberado seja solicitado o indispensável apoio as Lideranças Partidárias da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Requeiro finalmente, que seja solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

Plenário Prefeito H.Hans Loius Baxmann, 04 de março de 1996

Vereador Natanael Alves Genuino

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 1° de março de 1996.

VEREADOR ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
HOLAMBRA - SP

Com os meus cordiais cumprimentos, venho respeitosamente a presença de V. Exa., a fim de levar ao conhecimento dessa Câmara Legislativa o teor do projeto de lei n° 1526/96 que acabo de apresentar na Câmara dos Deputados, em Brasília, que **"dispõe sobre a obrigatoriedade dos novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadaqueda".**

Preocupado com a violência e a permissividade reinante em certos canais, inclusive TV a cabo, solicito sua especial atenção bem como a manifestação desse Poder Legislativo Municipal sobre a matéria em questão, que tem provocado diversos debates no meio de nossa sociedade.

Ao contrário de outros colegas parlamentares, não pretendo com este projeto propor a censura ou a classificação pelo Estado, mas sim a livre escolha dos programas a serem transmitidos. Nossas crianças merecem isto. Ninguém melhor que nós, pais, para especificarmos o que pode ser considerado ofensivo, violento ou indecente aos olhos de nossos familiares.

Para que esta matéria possa ter sua tramitação abreviada e aprovada no Congresso Nacional, conclamo os dignos Edis a promoverem uma Moção de Apoio ao projeto e a consequente manifestação junto aos Deputados Federais e Senadores de nosso Estado.

Sem mais, aproveito desta oportunidade para transmitir a V. Exa. os meus sinceros sentimentos de apreço.

PROTOCOLO
No de Ordem 660
Fls No 18 Livro No 02
Data 11/03/96
SECRETÁRIA

Deputado CUNHA BUENO

LIDO EM SESSÃO
DE
13/03/96
PRESIDENTE

Nosso endereço para contato: Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 533, CEP 70160.900, Brasília-DF. Telefones: (061) 318.5533 e FAX (061) 318.2533.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1526, DE 1996
(Do Deputado CUNHA BUENO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

Art. 1º Os aparelhos de televisão produzidos no território nacional deverão dispor, obrigatoriamente, de dispositivo eletrônico que permita ao usuário bloquear, através de código alfa-numérico, de forma previamente programada, a recepção de programas transmitidos pelas emissoras, concessionárias e permissionárias, de serviços de televisão, inclusive TV por assinatura e a cabo.

Parágrafo único - Ficam proibidos de serem comercializados os aparelhos de televisão produzidos no território nacional ou importados que, a partir de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, não disponham do dispositivo bloqueador de que trata este artigo, sob pena de apreensão.

Art. 2º As empresas emissoras de sinais de televisão, inclusive a cabo, deverão divulgar ampla e previamente aos usuários suas programações, indicando de forma clara quais os programas que contêm cenas de sexo e violência, em que horários e canais.

Art. 3º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores às penas previstas no Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Muito tem sido debatido no país a respeito das programações exibidas pelas diversas redes de televisão, inclusive a cabo, principalmente no tocante às fortes e muitas vezes proibitivas cenas de sexo e violência.

Atribuir simples e puramente ao Estado a tarefa de definir quais os programas que podem ou não ser assistidos pelo público seria, além dos aspectos de inconstitucionalidade que envolveria uma proposta como essa, tentar reviver o execrável período da censura prévia, indesejado por todos.

Porém, em contrapartida à absoluta liberdade que é dada às emissoras de televisão de invadirem, sem o menor constrangimento, os lares dos milhões de telespectadores brasileiros, deve também ser dada a liberdade de esses últimos escolherem os programas que devam ou não assistir ou ser assistidos por suas famílias, especialmente as crianças.

A proposta do presente Projeto de Lei procura exatamente, a exemplo do que vem ocorrendo em vários países democráticos modernos, prover o cidadão desse novo mecanismo de defesa, de utilização sob seu inteiro e exclusivo arbítrio, de maneira que se possa recuperar o equilíbrio, ou ao menos minimizar sua brutal diferença, entre a enorme força de que dispõem as redes de televisão e os telespectadores.

O Projeto encontra fundamento no § 3º, inciso II do artigo 220 combinado com o 221, ambos do texto constitucional, que dentre outros princípios assegura à pessoa e à família o direito de se defenderem de programas atentatórios aos valores éticos e sociais.

Tenho a certeza de que a presente proposta, durante a sua discussão, receberá da sociedade, através de seus representantes nesta Casa, sugestões que certamente aperfeiçoarão a matéria em exame.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 1996.

Deputado CUNHA BUENO

sensutv.doc

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
SIDNEY CINTI
Vice-Líder do Governo

São Paulo, 1º de março de 1996

Ofício Especial
CONVITE

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência para convidá-lo a participar do **"I Encontro das Rádios Livres e Comunitárias na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo"**, a ser realizado no **dia 29 de março, das 18:00 hs. às 22:00 hs.**, no Plenário Senador Teotônio Vilela, na sede deste Poder Legislativo, à Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Ibirapuera.

Diante dos problemas que vêm enfrentando as rádios livres e comunitárias, que atualmente são cerca de 3.000 em nosso país, serão debatidos na oportunidade a atual situação e as perspectivas futuras desses órgãos de comunicação que, apesar de atuarem em favor do interesse público, por não estarem ainda devidamente regulamentadas, estão à margem da ilegalidade.

Tendo em vista a importância do evento, que contará com a participação de representantes de centenas de rádios e de inúmeros parlamentares e autoridades federais e estaduais, gostaríamos de contar com **a valiosa presença de Vossa Excelência, ou de algum representante dessa egrégia Câmara, para contribuir com o debate pela democratização dos meios de comunicação, como forma de garantir o pleno exercício da cidadania e a liberdade de expressão.**

Prevaleço-me do ensejo para renovar ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Sidney Cinti
Deputado Estadual - PSDB

LIDO EM SESSÃO
DE
13/03/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 656
Fls Nº 18 Livro Nº 09
Data 07/03/96
SECRETÁRIA

Folha da Região

ARAÇATUBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 1.996

Cinti quer encontro de rádios livres

Política, pág. 7 do 1º Caderno

Cinti promove encontro de rádios comunitárias

O deputado estadual Sidney Cinti (PSDB) está promovendo o "1º Encontro das Rádios Livres e Comunitárias na Assembléia Legislativa", que deverá acontecer em 29 de março, no Plenário Senador Teotônio Vilela, das 18 às 22 h. Para o encontro, foram convidados todos os deputados estaduais de São Paulo, os presidentes das Assembléias de todos os Estados, os senadores por São Paulo, além do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro das Comunicações, Sérgio Mota.

Também estão sendo convocados o Sindicato dos Radialistas de São Paulo, Conarcom (Conselho Nacional das Rádios Comunitárias), associações, federações e sindicatos e o Fórum pela Democratização das Rádio Livres e Comunitárias. Segundo Cinti, a intenção é fazer a Assembléia Legislativa de São Paulo discutir e forçar a regulamentação das rádios comunitárias brasileiras. Para isso, Cinti está preparando a Frente Parlamentar de Apoio à Regulamentação às Rádios Livres e Comunitárias.

O deputado citou um trecho do Pacto de San José (Costa Rica), transformado pelo ex-presidente Itamar Franco no decreto 678, de novembro de 92, para regulamentar a liberdade ao acesso e à transmissão das informações. De acordo com o deputado, juízes federais estão dando ganho de causa às radios comunitárias, baseados no Pacto de San José. "Esse decreto condena o abuso cometido pelos políticos que receberam as concessões de rádios, que são públicas. Também condena a censura que eles praticam ao não permitir o acesso de outras pessoas a essas rádios", afirmou Cinti. "Eu mesmo fui censurado e não tive acesso a esse meio público, quando tiraram meu programa do ar e não me cederam outro espaço, mesmo pagando", acrescentou.

Segundo Cinti, a idéia do encontro surgiu após ser procurado por organizadores de rádios comunitárias de várias cidades da Região, como Mirandópolis, Andradina, Mirandópolis, Castilho, Araçatuba e Buritama. O próximo passo será fazer um movimento de apoio às TVs comunitárias.

Mogi Mirim, 15 de fevereiro de 1996

À
Presidência da Câmara Municipal
de Holambra.

Em mãos

Prezado Senhor,

Apresento o anexo que trata de uma prestação de contas que faço do meu trabalho como juiz classista aos sindicatos.

O porquê faço isso sem estar obrigado a fazê-lo, diz respeito ao substitutivo apresentado pelo Relator do Projeto da Reforma do Judiciário na Câmara Federal.

Em contrário, busca-se apoio da sociedade para à manutenção desse Instituto - Representação Paritária na Justiça do Trabalho - não só pela importância funcional, mas também por ser uma tradição democrática. É a oportunidade que o leigo tem de falar a língua do povo dentro do Judiciário, sem a necessidade da tecnicidade do direito. É o social ao lado do jurídico. Dai porque do anexo, onde é apresentado um pouco do trabalho do juiz classista numa Junta de Conciliação e Julgamento.

Aperfeiçoar sim, acabar não.

Ainda que o tempo exauri é oportuno solicitar moção de apoio em manutanção da Representação Paritária na Justiça do Trabalho.

Na expectativa em poder contar com essa moção, o signatário coloca-se a disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

João Batista Guerra
Juiz Classista Repr. Empregados

LIDO EM SESSÃO
DE
26/02/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
N.o de Ordem 648
Fls. No 18 Livro No 02
Data 26/02/96
SECRETÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA TODOS OS TRABALHADORES ATRAVÉS DE SEUS SINDICATOS. JURISDIÇÃO DE MOGI MIRIM

ASSUNTO: *Atuação do Juiz Classista Representante dos Empregados.JCJ-MM*

MOGI MIRIM, 15/02/96

SIGNATÁRIO: João Batista Guerra

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA TODOS OS TRABALHADORES ATRAVÉS DE SEUS SINDICATOS. JURISDIÇÃO DE MOGI MIRIM.

ASSUNTO: Atuação do Juiz Classista Representante dos empregados. JCJ-MM.

Prestar contas dos próprios atos ninguém gosta de fazer, mesmo que legalmente esteja para isso obrigado.

Porém, prestar contas voluntariamente nem se diga.

Todavia, há quem faça por dever de consciência. Este é o caso.

<u>Primeiramente:</u>

Dois aspectos devem ser relevados.

1. Como será recebida esta prestação de contas pelos sindicados, cujos diretores têm interesse em concorrer à vaga de juiz classista na JCJ.

2. Com que intenção está sendo feita esta prestação de contas.

O primeiro aspecto, por ter um carater muito pessoal e subjetivo, cada um deverá dar sua própria resposta.

Quanto ao segundo aspecto, este já é mais complexo e todo o cuidado será pouco, mas muito pouco mesmo, porque o convencimento depende de muita habilidade e nesse campo o signatário comete seus tropeções. Quem sai a chuva sabe que pode se molhar.

A justificativa prende-se a um fato muito comum, basta acompanhar o noticiário diário para saber que com a reforma da "C I D A D Ã" existe uma forte corrente com a intenção de acabar com a representação paritária na Justiça do Trabalho. Acabar com a função do juiz classista.

O signatário é juiz classista, portanto, suspeito para falar sobre o assunto.

Porém, é necessário informar toda a comunidade beneficiada da importância da função do juiz classista. Alguém tem que fazê-lo.

E como fazer isso?

Da parte do signatário é muito simples, basta que se preste contas do que se faz, e é isso que está sendo feito. Portanto está explicado o porquê desta prestação de contas.

Para uma melhor apreciação, em anexo, segue algumas "Justificativas de Votos" vencidos.

É bem verdade que ler estas justificativas de votos, isoladamente, não permite ter conhecimento do todo que é o processo propriamente dito, e, nem poderia ser assim. Mas o importante é que através da justificativa de voto, isso, quando necessário, demonstra que o juiz classista participou do processo contribuíndo com sua visão de mundo, não apenas o mundo jurídico do qual não se obriga conhecê-lo, mas, sobretudo, do mundo social, esse que é o verdadeiro palco de complicadas batalhas no seio da sociedade, especialmente quanto ao papel das camadas mais humildes.

A justificativa de um voto no processo não é coisa fácil de se fazer, pode custar o fim da carreira do juiz classista, sem contar a dramática concorrência dos próprios sindicalistas que batalham pelo mesmo cargo.

Entretanto, prestar contas, neste caso, não se exige por obrigação legal, mas por dever de consciência.

Portanto, apreciem os documentos anexos que representam a parte concreta da atuação classista na Justiça do Trabalho, embora a outra parte, a mais importante da atuação classista que é feita no dia-a-dia no Forum Trabalhista, por sua natureza subjetiva, não pode ser demontrada no concreto,e, discorrer sobre o subjetivo sempre pode ocorrer excessos especialmente por quem fala em causa própria, suspeito, portanto.

O signatário coloca-se a disposição dos sindicatos para prestar outras informações se necessárias, visto que, a mensagem existente em cada "Justificativa de Voto" está implicitado um trato de cunho filosófico-jurídico-social.

Na espectativa de melhor servir, dentro das próprias limitações, e com agradecimento de coração aos espaços concedidos. sou.

Atenciosamente.

Mogi Mirim, 15 de fefereiro de 1996

JOÃO BATISTA GUERRA
J. C. Representante dos Empregados

Proc. Nº 1.766/89

JUSTIFICATIVA DE VOTO

HORAS "IN ITINERE"

O escopo social que caracteriza a Justiça do Trabalho, em especial na sua representação paritária, reclama uma participação mais efetiva do Juiz Classista, considerada sua origem como conhecedor dos fatos sociais, peculiares em cada comunidade.

Dado ao caráter genérico e abrangente, não apenas da sentença normativa, Acordos Judiciais Coletivos ou Convenções Coletivas firmadas pelas categorias econômicas e obreiras, e Enunciados jurisprudenciais, quanto a aplicabilidade em que se enquadra na jornada de trabalho as horas "in itinere", há que se considerar, em específico, a situação atípica dos trabalhadores no setor canavieiro.

O deslocamento a partir do ponto de tomada da condução até os locais de trabalho, os mais diversos, normalmente transporte realizado sob a responsabilidade do empregador, turmeiro ou "gato", trata-se de um fato atípico, vez que, dada sua natureza, impossibilitados de locomoção ficam os trabalhadores, se feito de outra forma, com a utilização do transporte regular público.

O corte da cana é precedido pela queimada dos canaviais que, por sua vez, deixa uma espécie de fuligem ou carvão resultante da queima da palha da cana. Em contato com esse carvão o trabalhador absorve essa fuligem, não somente no vestuário, mas também nas partes expostas do corpo, logo, pressupõe-se que a utilização do transporte público, geraria uma discriminação, devido ao contato da roupa suja, sujaria tudo onde tocasse, seja os bancos, ou os demais passageiros, tornando o cortador de cana pouco sociável.

A especificidade desse fato, diferencia-se os cortadores de cana dos trabalhadores urbanos que podem desfrutar do banho nos locais de trabalho, nos finais das jornadas, trocando o macacão sujo de graxa por uma roupa sociável.

Outro aspecto relevante que representa um óbice na utilização do transporte público pelos cortadores de cana ou rurais é a necessidade de portar suas ferramentas de trabalho, tais como facões, enxadas, foices, etc., contrariando as normas de segurança ao misturar-se aos usuários comuns no transporte público.

Não se pode esquecer que dada a sazonalidade dos trabalhos no campo, ora empregados, ora desempregados, esses trabalhadores não dispõem de reserva salarial para o pagamento imediato das passagens no transporte público, pois ganha-se para pagar o que já foi gasto no fiado e, passagem de ônibus não se faz a fiado. O costume é o turmeiro passar nos pontos pegando o pessoal sem outras formalidades. Contratados estão desde que embarcados nesses meios de trasportes próprios (ônibus velhos, caminhões, peruas Kombi), cujo destino é o trabalho no campo.

A falta de sincronismo nos horários das linhas de transporte público com o horário de início da jornada de trabalho, considerada a necessidade de baldeações em mais de duas linhas até chegar mais próximo do local de trabalho, para daí sim, ser considerado de difícil acesso e não servido por transporte regular público, não pode ser ignorada.

Diferente é o itinerário do trabalhador urbano que pode baldear-se da Fepasa, ônibus, metrô, ônibus, ainda que o ponto final não esteja tão próximo do local de trabalho, mas sempre vestidos adequadamente para sua utilização sociável e sem discriminação.

A questão está no genérico da normatização cujo universo tudo abrange, mas é a especificidade de cada caso que deve adaptar-se cada realidade. O cortador de cana é uma realidade a parte considerado o universo do proletariado.

E da familiarização desses fatos, tendo vivenciado o drama dessa categoria obreira, na condição de dirigente sindical, e agora Juiz Classista, que se gesta a convicção para julgar, embasada nos fatos do cotidiano, portanto, não poderia olvidar esta responsabilidade, corroborando com o aspecto social da Justiça do Trabalho, considerando que a jornada de trabalho do cortador de cana inicia-se e termina-se nos pontos de embarque e desembarque. Este é o voto.

JOÃO BATISTA GUERRA
JCT/Empregados

funcionario com tantas punições....). **Merece ser inscrito no "Guines book". Por todas as faltas cometidas e pela brandura das punições aplicadas só resta concluir que houve o perdão para todas elas.**

Se não, por que então manter em suas fileiras um "sujeito de mau carater" por tanto tempo, para só vir despedí-lo quando influenciado por uma ocorrência considerada ofensiva a Polícia Militar? Por esse ato seria merecedor de um elogio de sua corporação, afinal de contas a concorrência é salutar, pois estimula o brio nas pessoas na busca da melhor qualidade no bem servir. Ele defendeu sua corporação ao dispor-se com presteza no atendimento aos munícipes.

Entretanto, por questão de competência, o atendimento de ocorrências policiais pertence exclusivamente à Polícia Militar, enquanto a Guarda Municipal ajuda nesse mister, extrapola suas funções, sempre com a intenção de melhor servir a sua comunidade, mas: "COLLOREM HABENTE, SUSTANTIAM VERO NULLAM" (Têm aparência, mas não possui substância).

Todas as faltas anteriores cometidas pelo reclamante foram punidas como atestam a fartura de documentos juntados pela reclamada às fls. 109/129. Para cada falta houve uma punição e essas possuem apenas um valor acessório, consumadas estão. A "duplicidade punitiva" não se permite em direito. Logo, só restou para análise do mérito em questão a falta ainda não punida aludida no documento fls 131. Quanto a esse fato a reclamada nada acrescentou, dele não discorreu.

A exemplo de outras faltas punidas brandamente, essa (fl. 131), poderia igualmente ser punida com a mesma brandura, diferente não poderia ser, especialmente por se tratar de uma questão de disciplina no resguardo das instituições, mas não a justa causa. Oportunidades foram perdidas, outra, de igual teor, deveria ser aguardada observando-se miticulosamente todas as formalidades legais caracterizadora da justa causa.

Isto posto, eis o porquê do voto vencido.

JOÃO BATISTA GUERRA
J.C. Representante dos empregados

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

C/CEPAM - 003/96

São Paulo, 7 de fevereiro de 1996

Senhor Presidente

A Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM convida Vossa Excelência e os nobres Vereadores dessa Câmara para participar no mês de março dos Seminários Regionais sobre o Processo Eleitoral Municipal - Lei 9.100/95 - voltado à candidatos a candidato, conforme folheto anexo.

Gostaríamos que todos os Vereadores estendessem o convite às suas bases, lideranças comunitárias e interessados dada a importância do tema e a necessidade de se conhecer o processo em que estarão envolvidos.

Agradeceríamos ainda a Vossa Excelência que fizesse a leitura deste ofício no Expediente da Seção, para conhecimento de todos.

Contando desde já com a presença de Vossa Excelência e demais membros dessa Casa no evento, valemo-nos do ensejo para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

SERGIO GABRIEL SEIXAS
Presidente

SDARH/GCAI/SE/fms

Avenida Professor Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 PABX (011) 816-6460 - Telex (11) 83141 FUFL - Fax (011) 813-5969

LIDO EM SESSÃO
DE
06/03/96
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 652
Fls. No 18 Livro No 02
Data 28/02/96
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Osasco

Estado de São Paulo

Em, 12 de fevereiro de 1996.

Ofício Nº 04/41 / 96

Assunto:

Encaminha cópia de Requerimento

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente a fim de passar às mãos de Vossa Excelência, a inclusa cópia do Requerimento nº 147/96 de autoria do nobre Edil Mauro Saraiva.

Na oportunidade apresento-lhe os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

DR. DIONISIO MATEOS

PROTOCOLO
No de Ordem 687
Fls No 19 Livro No 09
Data 12 / 03 / 96
SECRETÁRIA

EXMO. SR.
DD. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 04 / 96
PRESIDENTE

MOD. 02

Proc. Nº 1.721/95

JUSTIFICATIVA DE VOTO

JUSTA CAUSA

BONA FIDES SEMPER PRAESUMITUR NISI MALA ADESSE PROBETUR
(Sempre se presume a boa fé, se não provar-se existir a má)

Além do ato faltoso estar contido na lei, é necessário que existam outros pressupostos que devam ser considerados, como: estabelecer a conexidade com o serviço; a real gravidade do ato; a proporcionalidade entre a falta cometida e a punição aplicada; a atualidade da alegação; e, sobretudo, se quem praticou a falta grave teve a efetiva intenção de cometê-la.

A Justiça do Trabalho tem uma importante função social que transcende a simples solução técnica dos conflitos. Daí porque deve o Juiz Classista sempre que sua convicção oscilar entre a sua carência técnica e a função social da Justiça, buscar uma resposta harmoniosa no mundo social ainda que o fato ensejador da dúvida não pertença ao mundo jurídico.

O motivo da dispensa alegado no doc. de fls. 17, diz textualmente: "(...) os motivos que geraram esta dispensa estão ligados à ações e omissões de sua parte, que colocaram em risco a qualidade e confiabilidade de nossos produtos podendo provocar conseqüências desastrosas". Daí infere-se uma medida preventiva, antes que pudesse acontecer, podendo provocar, mas que ainda não houvera provocado, logo, não houve a consumação do ato. Tal medida preventiva poderia ser atenuada com o simples despedimento SEM JUSTA CAUSA (rompimento do elo-confiança), pois a punição aplicada (Justa Causa) por certo, se injustificada, também poderia ser desastrosa para a carreira profissional do obreiro, passível até de ressarcimento por danos morais. Criou-se um paradoxo: o zelo empresarial e o zelo profissional. Não se poderá descartar um ser humano por presumir, na perda da confiança, que o mesmo possa causar, pela reincidência, conseqüências desastrosas. Ou a falta foi cometida, ou não foi.

Na fase probatória, o reclamante, em seu depoimento, declarou que fôra advertido anteriormente (20 meses atrás) pela prática de um ato que estava implícito numa gama de poder de decisão inerente ao cargo que ocupava, declaração esta que não está nos autos por ser irrelevante até mesmo para a patrona do reclamante que não protestou pela consignação completa da mesma. O que ficou consignado: "Tinha sido advertido porque autorizou a produção de amortecedores que julgava sem defeitos". Ora, quem autoriza é porque tem poder de decisão, e no exercício do poder do cargo está a possibilidade de uma decisão errada, o que não caracteriza a má fé ou a intenção de praticar o erro. Fez porque tinha convicção de estar fazendo o certo, porém errou. Reconheceu o erro. Mas esse erro reconhecido não representa uma contagem velada para reincidências futuras, se assim fosse, o ambiente de trabalho se tornaria um campo minado sujeitando os faltosos primários numa iminente fatalidade programada. Confiança e segurança caminham lado a lado, são recíprocas. No segundo caso o reclamante negou ter cometido a falta. Todavia, na primeira falta, a reclamada já deveria ter despedido o reclamante, e não dar-lhe uma nova oportunidade para depois despedi-lo por justa causa.

O depoimento da 2ª testemunha da reclamada foi fulminante para o reclamante. Era o momento propício para a reclamada agravar o ato faltoso cujo comunicado de despedimento transmitia amenidades. A depoente

disse ter visto o reclamante recolocar na linha de produção peças rejeitadas pelo controle de qualidade. A depoente respondeu além do que lhe fôra perguntado, porém não consignado, justificando o porquê se encontrava naquele local. No horário de almoço não fôra ao refeitório fazer sua habitual refeição porque estava com dor de cabeça, por isso foi descansar naquele local. Foi sua curiosidade que a levou a perguntar ao supervisor se era normal repor peças na linha de produção rejeitada pelo mileto. Disse que sua atenção (iniciativa) ser resultado do zelo existente entre todos os funcionários para com a empresa. Narrativa assaz pitoresca, irrelevante nos autos, mas importante para o deslinde da Justa Causa. Assim como o reclamante pode colocar em risco, por seus atos faltosos, a qualidade e confiabilidade dos produtos, podendo provocar conseqüências desastrosas para a reclamada, assim também, o depoimento da 2a testemunha poderá marcar para sempre maculando a vida profissional do reclamante. O simples dizer que viu, justificando o porquê viu, respondendo além da pergunta que lhe fôra feita, enseja na ansiedade de colocar tudo de uma única vez um script possivelmente decorado, não seria surpresa se isso realmente tivesse acontecido, porque somente um artista sabe representar pari passu seu trabalho. Contudo, ainda não é prova suficiente para o deslinde de tão importante valor jurídico e social onde está em jogo também a reputação profissional de um ser humano.

Faltou provar a má fé, o porquê o reclamante praticou aquele ato faltoso somente visto por uma testemunha. Ficou uma séria dúvida: estaria o reclamante sabotando a reclamada em benefício das concorrentes, ou o reclamante não goza de seu juizo normal; estaria o reclamante provocando uma despedida sem justa causa para receber as verbas rescisórias. Queria ele deixar a empresa?

Se o reclamante gozasse da estabilidade no emprego, talvez justificasse tal iniciativa, mas tal instituto exige um número maior de testemunhas (6) tal a importância para o perquirimento dos fatos. Aí repousa o excessivo rigor punitivo por parte da reclamada invocando o instituto da JUSTA CAUSA, apegando-se a reincidência, quando de fato, por si só, dada a relevância concernente a segurança dos veículos e consumidores, deveria ter despedido de pronto o reclamante, não o fez, o que se deduz é que ele talvez não estivesse preparado para o cargo, mantendo-o, foi-lhe dado nova oportunidade para aprimoramento, perdoado foi, já que a advertência teve também uma finalidade corretiva, instrutória e tutorial, na visão empresarial moderna. Contudo, faltou provar a intenção do reclamante em prejudicar a reputação da reclamada. Não está provada a má fé do reclamante. O despedimento poderia ter sido SEM JUSTA CAUSA, tanto na primeira como na segunda vez, o que já seria um grande castigo para o reclamante, pois deparando-se com um mercado de trabalho farto de ofertas de mão-de-obra, não encontrará outro emprego facilmente, especialmente se ESTIGMATIZADO. Sou pela descaracterização da Justa Causa. Este é o voto.

JOAO BATISTA GUERRA
JCT/Empregados

PROCESSO No 2.335/95

JUSTIFICATIVA DE VOTO

"ERRANDO, CORRIGITUR ERROR"
(Errando, se corrige o erro)

Poder-se-ia o Juiz Classista, num ímpeto intuitivo de sanar um erro, extrapolar o feito?

A norma coletiva cuja natureza complementar à lei é a proteção da parte mais fraca e, dada a hipossuficiente condição dessa perante o poder econômico empresarial, num jogo de perspicácia, resulta, muitas vezes, dar com uma mão e tirar com a outra.

Não são apenas anêmicos economicamente os trabalhadores, mas também cultural e psicologicamente quando necessitam de seus próprios intelectos para suas autodefesas num relacionamento socialmente complexo.

O reclamante procurou o seu sindicato para que esse fizesse a contagem de seu tempo de serviço. Desse fato infere-se a intenção de aposentar-se, portanto, caberia ao seu sindicato orientá-lo como deveria proceder, melhor, deveria, estando o reclamante enquadrado na cláusula concernente a estabilidade provisória, consumar esse direito, comunicando por escrito a empresa reclamada essa intenção do reclamante. Sem esse suporte técnico e carente por natureza a maioria dos trabalhadores, ficou o reclamante vitimado por sua hipossuficiente condição intelectiva.

Pelo recolhimento das contribuições sindical, assistencial, confederativa e associativa os sindicatos lutam, brigam, mas muito não o fazem condignamente na defesa de seus contribuintes, e esses, quando precisam da assistência judiciária gratuita dos sindicatos não o fazem, e sim, procuram-na em escritórios particulares de advocacia expendendo ainda mais em honorários os parcos salários.

Da intenção de aposentar-se por parte do reclamante não pode negar seu desconhecimento a reclamada. Isso está implícito no documento juntado pelo reclamante às fls 38. Trata-se de uma declaração fornecida pela empresa em impresso padrão do INSS, sobre trabalho em condições insalubres para comutação de tempo de serviço visando alcance do tempo para aposentadoria. Documento esse assinado pelo preposto da empresa reclamada na data de 23/06/95, bem antes do despedimento do reclamante.

Portanto, desconhecer a intenção do reclamante em aposentar-se, já que estava buscando os meios de contagem de tempo, a reclamada não pode ignorar. Agora, outra coisa é apegar-se a hermenêutica da cláusula normativa em exigir a comunicação por escrito o que só poderia acontecer quando o reclamante tivesse em mãos o documento juntado as fls 08. Essa comprovação de que o enquadrava no tempo especificado na cláusula normativa só foi conseguida depois do despedimento. Foi criado aí um óbice originário da delação do documento de fls 38, quando a empresa perscrutou a intenção do reclamante, já que não havia comunicação.

A norma coletiva tem um carater genérico atingindo a todos os trabalhadores da categoria, desde os mais intelectualizados àqueles que mal sabem

desenhar o próprio nome, exemplo já visto em sala de audiência nesta JCJ, em assinatura da ata, o reclamante usou o próprio documento de identidade para copiar seu nome. Daí, exigir que os trabalhadores, inclusive os semi-analfabetos, redijam um texto comunicando a intenção de aposentar-se à empresa é reconhecer uma cidadania que muitos trabalhadores ainda não conquistaram. Caberia ao sindicato fazê-lo já que possui em seu quadro de funcionários expert para suprir a hipossuficiência dos trabalhadores. E, por questão de ética e pela função social do capital, poderia também a empresa suprir essa deficiência se bem intencionada, cadastrando previamente os trabalhadores em vias de aposentadoria, evitando-se portanto, incidentes desta ordem.

A norma coletiva deveria ser redigida de forma simples e objetiva, visando o alcance intelegível de todos os trabalhadores, inclusive os semi-analfabetos, sob pena de responsabilidade civil dos sindicatos em ressarcimento de danos provocado pela dificultação de sua aplicabilidade direta, sem a intemediação obrigatória desses, os sindicatos.

Isto posto, eis o porquê do voto.

João Batista Guerra
JC Repres. empregados.

PROCESSO No 2.631/95

JUSTIFICATIVA DE VOTO

JUSTA CAUSA

"QUIDQUID FIT CONTRA LEGEM NULLUM EST" (Tudo que é feito contra a lei, é nulo.) **A bem da verdade não está caracterizada a justa causa imputada ao reclamante por absoluta ausência de pressupostos legais básicos.**

Na comunicação do despedimento (fls 132), faltou a tipicidade do ato faltoso, perdendo-se o texto na carência de conteúdo e, quanto a motivação, está "in albis".

Em seu depoimento (fls.17), o reclamante aduziu como motivo do despedimento um elogio à sua corporação pela presteza com que atendem chamados dos munícipes, indicando procedimento para essas situações em preterição da Polícia Militar que, sentindo-se ofendida, queixou-se contra esse, conforme se depreende doc. fls. 130. Portanto, reside aí o pivô dos fatos.

A reclamada, pressionada, preciptou-se. Em sua defesa, procurou genericamente, com prestidigitação, desviar o foco das atenções para os antecedentes do reclamante, induzindo--lhe a pecha de "mau elemento", um soldado indigno da sua corporação.

Não resta a menor dúvida, a ficha pregressa do reclamante não recomenda nenhuma exemplaridade de conduta, aliás, perdeu a reclamada excelentes oportunidades de escolher entre várias das faltas cometidas uma só para despedí-lo por justa causa. A título de exemplo (doc. fls. 127/129): "o reclamante, guarda municipal, de folga, a paisana, impunhando revolver, assusta uma humilde família interceptando seu veículo,uma brasília, estando a mulher grávida de sete meses, mais um filho menor, impõe silêncio à suas vítimas não lhes dando o direito de qualquer explicação ou defesa, identificando-se como policial". Para essa falta, qual seria a punição? TROPOLOGICAMENTE: Deveria ser processado criminalmente e, se condenado, deveria ser expulso da corporação "a toque de caixa" a bem da ordem, da disciplina e acima de tudo em respeito aos cidadãos livres, com a tropa em formação, de costas, em posição de sentido, seus distintivos arrancados de sua farda e recolhido imediatamente ao bailéu. **Entretanto, a reclamada limitou-se a puní-lo com brandura. Provavelmente o reclamante deveria ser um apaniguado da reclamada , ou o agente disciplinador, sofrendo de profunda anemia do cargo, não teve forças para aplicar a pena adequada para cada falta cometida. A própria reclamada, inusitadamente, diz textualmente em sua defesa:** (....E de se notar que dificilmente o municipio tera em seu quadro um

PROCESSO 169

Comissões Administrativas

Câmara Municipal de Osasco

Estado de São Paulo

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA S. S. T., 8/2/96

PRESIDENTE

Requerimento 147 / 96

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores,

CÂMARA MUNICIPAL DE OSASCO
PROTOCOLO Nº 147
Data 06/02/1996
COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ENCAMINHE-SE
S. S. T., 8/2/96
PRESIDENTE.

Eu, Mauro Saraiva, Vereador do Municipio de Osasco, tenho visitado as rádios livres comunitárias em Osasco e em toda região, verifiquei que o apoio a comunidade é total, coisa que não encontrei nas rádios oficiais da gran de S.Paulo.

Para que eu pudesse divulgar um evento , da comunidade, eu encontrei restrição, e chegaram a me pedir um alto preço, fui para uma outra, e lá nem se quer consegui falar com a direção, voltei para a Câmara Municipal de Osas co, e recebi uma comissão de proprietários de rádios livres e comunitárias, que vieram me pedir apoio e que eu fizesse - chegar as mãos de V.Excia, um documento em apoio as mesmas.

Me diziam que eles vão iniciar um movi mento ao contrario, das rádios oficiais,pela continuação da hora do Brasil das 19:00 ás 20:00 horas, com apoio total ao horario livre e gratuito dos politicos no rádio, é dai que se tira as maiores informações do Senado e da Câmara Federal de Brasília.

E eles querem contribuir com encargos so ciais para o município, Estado e Governo Federal.

Mesmo se tratando de uma rádio livre co munitária, verifiquei que um canal de rádio pertence ao or gão federal, e não é de propriedade particular, e que esta transformando num grande monopólio, meia duzia que estão se enriquecendo ilicitamente sonegando encargos sociais e fazen do trabalho contra tudo que é de bom que V. Excia, vem desen volvendo no Ministério das Comunicações, vamos tirar como - exemplo Osasco, existia 2 rádios F.M. que se mudaram deste município que tem hoje mais de 1 milhão de habitantes, e se transferiram para a grande São Paulo, mais precisamente na Av. Paulista, usando apenas o nome do município de Osasco pa ra ganhar a sua concesão, e depois se transferiram sem ape nas dizerem um muito obrigado ao município.

CÓPIA AUTENTICADA PELA SECRETARIA DA CÂMARA

Maria de Lourdes de Toledo
Diretora-Secretária

MOD. 04

FL. 03

PROCESSO 169

Comunicações Administrativas

Câmara Municipal de Osasco

Estado de São Paulo

E hoje nós temos várias emissoras de rádio que funcionam em Osasco, e em toda à região que esta atendendo todas as reinvidicação e necessidade deste povo.

Destacando-se entre elas :- **TRANSPAULISTA F.M. 93.3, P.H.98.7**, e muitas outras que cairam na graça do povo, como a rádio mais ouvida da região.

É o motivo que estou encaminhando este documento a V. Excia, para que determine ao orgãos competente - **"MINICON"**em São Paulo Capital, que viabilize e não combata tais emissoras.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, conforme o exposto acima, sejam oficiadas à todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando junto ao Sr. Ministro das Comunicações **"SERGIO MOTTA"**, no sentido de conceder o apoio as rádios livres e Comunitárias.

Sala das Sessões Tiradentes, 06 de Fevereiro de 1.996.

MAURO SARAIVA
- V e r e a d o r -

CÓPIA AUTENTICADA PELA
SECRETARIA DA CÂMARA

Maria de Lourdes de Toledo
Diretora-Secretária

RIO PIRACICABA

Ofício P-11/96

Valinhos, 02 de fevereiro de 1996.

Assunto: Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento

Prezado Senhor

Estamos nos dirigindo, mui respeitosamente a V.Sa., para solicitar-lhe o apoio na elaboração e acompanhamento, em seu município, do Plano Diretor de Desenvolvimento, contemplando a preocupação ambiental e a proteção dos mananciais atuais e futuros.

Esta solicitação foi recomendada pela Plenária de Entidades de nosso Consórcio, em reunião realizada conosco, em Valinhos, nesta data, a qual apoiamos e achamos de grande importância para toda a nossa região.

Aproveitamos para cumprimentá-lo e renovamos nossas considerações de estima e apreço.

Atenciosamente

Dr. JOÃO MOISÉS ABUJADI
Prefeito Municipal e
Presidente do Consórcio

LIDO EM SESSÃO
DE
07/02/96
PRESIDENTE

Rua Fernando Camargo, nº 500 - conj. 43 - Centro - Americana - SP
Cep. 13.465-020 - Fone (0194) 61-7758 - Fax (0194) 60-4043

TRANSMISSÃO DE FAC-SÍMILE

DESTINO: Câmara M. da Holandra

ATT. DE: Presidente

FAX Nº:( ) _____ LOCAL: Holandra

EXPEDIÇÃO: Secretaria Executiva

FAX Nº (0194) 40-4043 - DATA: ____/____/____ - Nº DE PÁG. (C/ESTA)_____

Total Pag 4 R$

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

Mogi-Mirim, em 06 de fevereiro de 1996

OF. 19/96
EXMO. SR. ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA,
DD. Pres. da Câmara Municipal de
HOLAMBRA, SP
13825-000

Prezado (a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., a cópia do **REQUERIMENTO** 15/96, de autoria do nobre Edil **MASSAO HITO E OUTROS**, aprovado pela Casa, em Sessão realizada em 05 de fevereiro de 1996.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

VEREADOR ALONSO TOMAZ MORENO
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
28/02/96
PRESIDENTE

REQUERIMENTO No. 15 DE 1996

Sr. Presidente;
Srs. Vereadores,

Considerando a prisão de líderes dos Sem Terra do Pontal do Paranapanema;

Considerando que as justificativas são marcadas por total insensatez, demonstrando uma motivação política sob a argumentação de que os mesmos estavam formando quadrilhas;

Considerando que são fartas as reportagens demonstrando o armamento de jagunços por parte de fazendeiros, com armas pesadas e de grosso calibre, porém a justiça tem se mostrado lenta na averiguação destes fatos, demonstrando preocupação tão somente com trabalhadores que querem o direito à terra e estão "armados" com enchadas e foices, que são ferramentas de trabalho e não armas de combate;

REQUEIRO, cumpridas as formalidades regimentais de praxe, seja encaminhado ao governador de São Paulo, Sr. Mário Covas, para que interceda pela liderança dos Sem Terra que estão injustamente presos.

REQUEIRO ainda que sejam encaminhadas cópias deste requerimento às lideranças partidárias da Assembléia Legislativa para que se empenhem nesta mobilização pela libertação dos trabalhadores Sem Terra;

REQUEIRO por fim que sejam encaminhadas cópias deste requerimento à 10 Câmaras da região pedindo-lhes apoio nesta proposta.

Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", em 05 de fevereiro de 1996.

VEREADOR MASSAO HITO
VEREADOR ABNER DE OLIVEIRA
VEREADOR DR. PAULO O. SILVA

PROTOCOLO
No de Ordem 643
Fls No 18 Livro No 09
Data 14 / 02 / 96
Andréia
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Ofício Nº 015/96

Holambra, 05 de fevereiro de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, balancete da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referente ao mês de janeiro de 1996.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
14/02/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE O MÊS DE..J.A.N.E.I.R.O./19.96.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	-0-	20.804,00	20.804,00	519.250,00	-0-	519.250,00	498.446,00
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	-0-	20.804,00	20.804,00	519.250,00	-0-	519.250,00	498.446,00
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-				
I.R.R.F.	-0-	1.803,18	1.803,18				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	-0-	148,62	148,62				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	-0-	-0-	-0-				
RESTOS A PAGAR	-0-	12.196,00	12.196,00				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	-0-	14.147,80	14.147,80				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			34.951,80				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de janeiro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE O MÊS DE..J.A.N.E.I.R.O../ 1996.

(EM R$1,00)

COD.	E S P E C I F I C A Ç Ã O	DESPESA EMPENHADA			P A G A M E N T O S			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	-0-	14.025,55	14.025,55	-0-	14.025,55	14.025,55	-0-	245.000,00	-0-	245.000,00	230.974,45
3113	Obrigações Patronais	-0-	148,62	148,62	-0-	-0-	-0-	148,62	6.000,00	-0-	6.000,00	5.851,38
3120	Material de Consumo	-0-	619,78	619,78	-0-	477,54	477,54	142,24	12.000,00	-0-	12.000,00	11.380,22
3131	Remunerações de Serviços Pessoais	-0-	1.138,95	1.138,95	-0-	90,00	90,00	1.048,95	22.000,00	-0-	22.000,00	20.861,05
3132	Outros Serviços e Encargos	-0-	1.511,86	1.511,86	-0-	263,25	263,25	1.248,61	42.000,00	-0-	42.000,00	40.488,14
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-0-	173,78	173,78	-0-	173,78	173,78	-0-	2.000,00	-0-	2.000,00	1.826,22
3253	Salário Família	-0-	2,49	2,49	-0-	2,49	2,49	-0-	250,00	-0-	250,00	247,51
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	150.000,00	-0-	150.000,00	150.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	-0-	339,00	339,00	-0-	339,00	339,00	-0-	40.000,00	-0-	40.000,00	39.661,00
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	-0-	17.960,03	17.960,03	-0-	15.371,61	15.371,61	2.588,42	519.250,00	-0-	519.250,00	501.289,97
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	I.R.R.F.	-0-	1.803,18	1.803,18	-0-	1.803,18	1.803,18	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	-0-	148,62	148,62	-0-	-0-	-0-	148,62				
	Juros e Títulos de Renda	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-				
	Restos a Pagar	-0-	22.525,52	22.525,52	-0-	12.196,00	12.196,00	10.329,52				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	-0-	24.477,32	24.477,32	-0-	13.999,18	13.999,18	10.478,14				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						5.581,01					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						34.951,80					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETTI DE SOUZA CAMPOS

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de janeiro de 1996.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício Nº 005/96

Holambra, 04 de janeiro de 1996

Ao Plenário

Através do presente, encaminhamos para apreciação dos nobres Edis, balancete da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referente ao mês de dezembro e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 6º bimestre de 1995.

Nada mais havendo para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar a Vossas Senhorias, protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

LIDO EM SESSÃO
DE
28/02/96
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE O MÊS DE.D.E.Z.E.M.B.R.O/19.95.

(EM R$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO INICIAL	ACRÉSCIMO VERIFICADO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL				
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	226.917,28	24.000,00	250.917,28	330.100,00	-0-	330.100,00	79.182,72
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-)DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-1.135,70	-1.135,70	-0-	-0-	-0-	+1.135,70
TOTAL DO SUPRIMENTO	226.917,28	22.864,30	249.781,58	330.100,00	-0-	330.100,00	80.318,42
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	1.380,47	19,95	1.400,42				
I.R.R.F.	16.846,85	1.927,09	18.773,94				
FUNDO PREVIDÊNCIA B.S.P.M.HOLAMBRA	176,64	179,20	355,84				
JUROS E TÍTULOS DE RENDA	1.158,22	231,07	1.389,29				
RESTOS A PAGAR	582,72	-0-	582,72				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	20.144,90	2.357,31	22.502,21				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS CONTA MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS CONTA ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL.....			272.283,79				

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETTI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe da Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

Holambra, 31 de dezembro de 1995.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE O MÊS DE..DEZEMBRO../ 1995.

(EM R$1,00)

COD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			PAGAMENTOS			DESPESA A PAGAR	DOTAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL											
	1.1 - LEGISLATIVO											
3111	Pessoal Civil	197.190,80	12.050,04	209.240,84	166.202,34	22.379,56	188.581,90	20.658,94	140.000,00	+90.000,00	230.000,00	20.759,16
3113	Obrigações Patronais	4.492,34	251,50	4.743,84	4.353,33	390,51	4.743,84	-0-	14.000,00	-3.000,00	11.000,00	6.256,16
3120	Material de Consumo	4.499,44	166,50	4.665,94	4.499,44	166,50	4.665,94	-0-	8.000,00	-0-	8.000,00	3.334,06
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	13.022,66	90,00	13.112,66	11.022,66	1.090,00	12.112,66	1.000,00	11.000,00	+4.000,00	15.000,00	1.887,34
3132	Outros Serviços e Encargos	27.739,36	674,07	28.413,43	25.824,17	1.722,68	27.546,85	866,58	26.000,00	+12.000,00	38.000,00	9.586,57
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	1.000,00	-0-	1.000,00	1.000,00
3253	Salário Família	4,98	2,49	7,47	4,98	2,49	7,47	-0-	100,00	-0-	100,00	92,53
4110	Obras e Instalações	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	100.000,00	-99.000,00	1.000,00	1.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	12.122,92	-0-	12.122,92	11.984,92	138,00	12.122,92	-0-	30.000,00	-4.000,00	26.000,00	13.877,08
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	259.072,50	13.234,60	272.307,10	223.891,84	25.889,74	249.781,58	22.525,52	330.100,00	-0-	330.100,00	57.792,90
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA											
	I.N.S.S.	1.380,47	19,95	1.400,42	1.366,80	33,62	1.400,42	-0-				
	I.R.R.F.	16.846,85	1.927,09	18.773,94	16.846,85	1.927,09	18.773,94	-0-				
	Fundo Previdência B.S.P.M.Holambra	176,64	179,20	355,84	87,17	268,57	355,84	-0-				
	Juros e Títulos de Renda	1.158,22	231,07	1.389,29	1.158,22	231,07	1.389,29	-0-				
	Restos a Pagar	582,72	-0-	582,72	582,72	-0-	582,72	-0-				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	20.144,90	2.357,31	22.502,21	20.041,76	2.460,35	22.502,21	-0-				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE											
	Em Caixa.....						-0-					
	Em Bancos Conta Movimento.....						-0-					
	Em Bancos Conta Especial.....						-0-					
	TOTAL GERAL.....						272.283,79					

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Luiz Carlos de Campos
Chefe da Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

Holambra, 31 de dezembro de 1995.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

REFERENTE 6º BIMESTRE DE 1995. (EM R$1,00)

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do art. 74 da L.O.M.

RECEITA ARRECADADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	NO BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			DESPESAS CORRENTES		
Duodécimos do Exercício	48.000,00	250.917,28	Pessoal e Reflexos	24.045,78	213.992,15
Duodécimos Exerc. Anterior	-0-	-0-	Material de Consumo	217,00	4.665,94
(-) Devolução de Saldo	1.135,70	1.135,70	Serviços de Terceiros	3.387,91	41.526,09
			Outras Despesas Correntes	-0-	-0-
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	27.650,69	260.184,18
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Eqptos. e Mat. Permanente	538,62	12.122,92
			Outras Desp. de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	46.864,30	249.781,58	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	538,62	12.122,92
RECEITA GERAL	46.864,30	249.781,58	DESPESA GERAL	28.189,31	272.307,10
Déficit Verificado	-0-	22.525,52	Superávit Verificado	18.674,99	-0-
TOTAL GERAL	46.864,30	272.307,10	TOTAL GERAL	46.864,30	272.307,10

Holambra, 31 de dezembro de 1995.

LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Téc.Cont.CRC Nº 1SP148778/O-9

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

MVNICIPIVM®

APOIO JURÍDICO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

PUBLICAÇÃO EXCLUSIVA DE TRABALHOS DE MAYR GODOY

ANO V - Nº 60

SÃO PAULO, JULHO DE 1996

NESTE NÚMERO

• ELEIÇÕES - 1996. Argüição de Inelegibilidade. Pedidos de impugnações. Contestação de impugnação. Decisão da impugnação. Recurso para o TRE. Recurso para o TSE. Casos de recurso ao STF. Doutrina. Pag. 1

• Projeto de Lei - Cria Centro de Indústrias Não Poluentes e dá providências. Projeto Legislativo. Pag. 4

• CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - Direito novo. Redução das exigências a existência de obra pública. Revogação de disposições do direito velho. Preliminares em ação cautelar. Trabalhos Forenses. Pag. 5

• LICITAÇÃO DESERTA - Caracterização. Contratação direta - Admissibilidade: exigência legais. Consulta. Pag. 6

• ENSINO - atuação prioritária do Município no pré-escolar. Opção constitucional. Eficácia da LOM. Consulta. Pag. 6

• ADICIONAIS SOBRE A SEXTA PARTE - Aplicação do disposto no art. 36, XIV da CF; e 17 do ADCT. Inexistência de direito adquirido frente à Constituição. Consulta. Pag. 7

• INICIATIVA DE PROJETO DE LEI - ingerência do Legislativo no campo de atuacão do Executivo - ocorrência - consolidação de leis sobre a guarda municipal - Alteração da denominação e atribuições, além da criação de corpo feminino - Ofensa ao artigo 5º da Constituição Estadual - Intervenção determinada. Aplicação Jurisprudencial. Pag. 8

• AGENDA MUNICIPALISTA

NO PRÓXIMO NÚMERO

• ISENÇÃO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS. Competência para instituí-la. Lei: condições do favor fiscal; abrangência de um Distrito. Irrevogabilidade. Parecer.

• INATIVOS - extensão de disposições de enquadramento de servidores na atividade. Instituição de abono, especial, provisório de compensação. Revisão de proventos para adequação ao direito novo. Vantagem pessoal garantidora do princípio de irredutibilidade. Extinção de gratificações especiais e de vantagens pecuniárias por inadequação. Consitucionalidade manifesta. Parecer.

• INCENTIVO E COMPENSAÇÃO - Concede isenção de impostos predial e territorial urbano e sobre serviços, respectivamente aos proprietários e às pessoas físicas ou jurídicas sediadas no Distrito Ecológico e/ou Turístico de Sauípe e dá providências correlatas. Projeto Legislativo.

• PLANO DE SAÚDE - coexistência com o Fundo de Previdência. Destinação de recursos para pagamento das despesas para agente públicos. Competência da Câmara. Convênio com farmácias e estabelecimento comerciais. Consulta.

• FUNDOS ESPECIAIS, característica legal. Receitas orçamentárias e receitas próprias. Outros ingressos. Necessidade de captação de recursos. Fins não lucrativos e resultados econômicos. Consulta.

• SERVIDORES - limites de despesas. Entendimento da Lei Complementar Nº 82, de 27.03.95: caso de excedimento do limite; aplicação. Proibição de aumento da despesa com pessoal. Consulta.

• CESTA BÁSICA - atribuição a servidores municipais. Inconstitucionalidade de disposição da LOM e de Lei Ordinária. Vício originário. Inaplicabilidade. Consulta.

• GRATIFICAÇÃO NATALÍCIA - benefício a todo servidor ativo e inativo. Acumulação de proventos e vencimentos. Incidência de dupla vantagem. Consulta.

DOUTRINA

*ELEIÇÕES - 1996. Argüição de Inelegibilidade. Pedidos de impugnação. Contestação de Impugnação. Decisão de Impugnação. Recurso para o TRE. Recurso para o TSE. Casos de Recurso ao STF.**

ARGÜIÇÃO DE INELEGIBILIDADE

Lei Complementar nº 64.

"Art. 2º. Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as argüições de inelegibilidade.

Parágrafo Único. A argüição de inelegibilidade será feita perante:

.....

III - Os Juízes eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

"Art. 3º. Caberá a qualquer candidato, a Partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada:

§1º A Impugnação, por parte do candidato, Partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

§2º Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de Partido ou exercido atividade político-partidária.

A legitimação para impugnar registro de candidatura é deferida a qualquer candidato, a partido político, à coligação ou ao Ministério Público, como fiscal da lei. O procedimento adjetivo da impugnação se dá com a petição fundamentada em que o impugnante contesta o direito do impugnado em registrar sua candidatura. É ato que, se deduzido de forma temerária ou de manifesta má fé, constitui crime eleitoral punido com pena de detenção, de seis meses a dois anos e multa pecuniária.

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Lei Complementar nº 64.

Art. 3º.....

§3º O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de 6 (seis).

O ingresso do pedido de impugnação pode se dar ato contínuo à publicação do requerimento de registro do candidato, que o Juiz Eleitoral deve fazer de imediato, consoante o art. 97, do Código Eleitoral. Essa publicação é feita no Diário Oficial, nas capitais e afixada em Cartório, no

local de costume, nas demais Zonas Eleitorais. O prazo é o de cinco dias, a partir do dia da publicação. O pedido de impugnação pode ser múltiplo, ao mesmo tempo, dos demais candidatos, dos partidos, das coligações e, também, do Ministério Público; este, só não poderá impugnar se nos quatro anos, anteriores ao pleito, tenha disputado eleições, pertencido a partido político ou, de qualquer forma, exercido atividade político-partidária.

Com a impugnação o impugnante terá, desde logo, de especificar os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, isto é, tem que definir, para clareza do processo, com que elementos de convicção irá demonstrar a verdade sobre os fatos narrados na impugnação. Se forem necessárias as testemunhas para provar o alegado, deverá arrolá-las, até o máximo de seis, oferecendo o endereço para intimações ou se comprometendo a trazê-las para a audiência.

CONTESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

Lei Complementar nº 64.

Art. 4º. A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de 7 (sete) dias para que o candidato, Partido político ou coligação possa contestá-la, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais, ou administrativos, salvo os processos em tramitação em segredo de justiça.

Art. 5º. Decorrido o prazo para contestação, se não se tratar apenas de matéria de direito e a prova protestada, for relevante, serão designados os 4 (quatro) dias seguintes para inquirição das testemunhas do impugnante e do impugnado, as quais comparecerão por iniciativa das partes que as tiverem arrolado, com notificação judicial.

§1º As testemunhas do impugnante e do impugnado serão ouvidas em uma só assentada.

§2º Nos 5 (cinco) dias subseqüentes, o Juiz, ou o Relator, procederá a todas as diligências que determinar, de ofício ou a requerimento das partes.

§3º No prazo do parágrafo anterior, o Juiz, ou o Relator, poderá ouvir terceiros, referidos pelas partes, ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam influir na decisão da causa.

§4º Quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, o Juiz, ou o Relator, poderá ainda, no mesmo prazo, ordenar o respectivo depósito.

§5º Se o terceiro, sem justa causa, não exibir o documento, ou não comparecer a Juízo, poderá o Juiz contra ele expedir mandado de prisão e instaurar processo do crime de desobediência.

§6º Encerrado o prazo da dilação probatória, nos termos do artigo anterior, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 5 (cinco) dias.

A contestação pode se dar a partir da notificação do escoamento do prazo para a contestação, pelo período de sete dias; com a contestação o contestante deverá, igualmente juntar documentos, indicar rol de testemunhas até o número de seis e requerer a produção de outras provas, que se encontrem em poder de terceiros ou de repartição pública, quer em procedimentos administrativos ou judiciais, vedados, é claro, os que estão processados em segredo de justiça.

Prosseguindo, no processo, o Juiz Eleitoral, nos cinco dias subseqüentes, dará o prosseguimento às diligências requeridas pelas partes e as "ex officio" e, ao mesmo tempo, poderão ser ouvidos terceiros que tenham sido referidos na audiência como sabedores de fatos que possam influir na decisão do registro do candidato. Ainda, nesse mesmo prazo, o Juiz Eleitoral poderá ordenar que, terceiros que tenham documentos, pedidos como prova pelas partes, sejam depositados nos autos; caso não seja depositado o documento, sem justa causa, o Juiz Eleitoral poderá expedir mandato de prisão contra o desobediente e instaurar contra ele o processo crime por desobediência.

Superada esta fase da dilação probatória, corre o prazo comum de cinco dias para a apresentação das alegações. Em seguida, no dia imediato, os autos têm que ir conclusos ao Juiz Eleitoral para decisão.

O Juiz Eleitoral, ao decidir, formará sua convicção pela livre apreciação da prova: fundamentará a sentença analisando as questões de fato e de direito acolhendo ou rejeitando a impugnação; para isso deverá atender as circunstâncias constantes dos autos, mesmo que as partes não tenham alegado razões que, para ele, são razões de convencimento.

O prazo para o Juiz Eleitoral é de três dias, contados a partir da conclusão. Publicada a sentença, passa a correr o prazo de três dias para a interposição de recurso para o Tribunal regional eleitoral. Caso a sentença não seja publicada nos três dias, como manda a ;lei, o prazo para recurso começará a fluir da sua publicação em Cartório; todavia, o Corregedor Regional apurará as razões pelas quais o Juiz Eleitoral retardou o procedimento, inclusive, para ser punido.

DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO

Lei Complementar nº 64.

Art. 7º. Encerrado o prazo para alegações, os autos serão conclusos ao Juiz, ou a o Relator, no dia imediato, para sentença ou julgamento pelo Tribunal.

Parágrafo único. O Juiz, ou Tribunal, formará sua convicção da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento.

Em se tratando de matéria, apenas de direito, ao Juiz é dado, logo, decidir, pois a dilação probatória em nada irá interferir na concessão ou negativa do registro, máxime, se a prova protestada não for relevante. Quando o procedimento depender de prova testemunhal, o Juiz Eleitoral a designará para os quatro dias seguintes, ouvindo-se tanto as testemunhas do impugnante como as do impugnando em uma só audiência.

RECURSO PARA O TRE

Art. 8º. Nos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o Juiz eleitoral apresentará a sentença em Cartório 3 (três) dias após a conclusão dos autos, passando a correr deste momento o prazo de 3 (três) dias para a interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral.

§1º A partir da data em que for protocolizada a petição de recurso, passará a correr o prazo de 3 (três) dias para a apresentação de contra-razões.

§2º Apresentadas as contra-razões, serão os autos imediatamente remetidos ao Tribunal Regional Eleitoral, inclusive por portador, se houver necessidade, decorrente da exigüidade de prazo, correndo as despesas do transporte por conta do recorrente, se tiver condições de pagá-las.

Art. 9º. Se o Juiz Eleitoral não apresentar a sentença no prazo do artigo anterior, o prazo para recurso só começará a correr após a publicação da mesma por edital, em Cartório.

Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Corregedor Eleitoral, de ofício, apurará o motivo do retardamento e proporá ao Tribunal Regional Eleitoral, se for o caso, a aplicação da penalidade cabível.

A razão da Aplicação do Instituto de Preclusão temporal, nos processos eleitorais, está na busca de celeridade para a formação do quadro de candidatos a tempo de poder atender à campanha eleitoral. Essa matéria de registro de candidatos é causa de grandes interesses para o desenlace do pleito, advindo, daí, que se a Justiça Eleitoral não contar com instrumentos processuais céleres, pode ser impossível a obediência dos prazos do calendário eleitoral.

Protocolado o recurso no Cartório Eleitoral, começa a fluir o prazo de três dias para a apresentação das contra-razões, pelas quais o recorrido deduz os motivos com que espera venha o Tribunal julgar pela improcedência do recurso ou dele não tomar conhecimento.

Pelo princípio da celeridade processual, uma vez apresentadas as contra-razões, o Juiz Eleitoral mandará, de pronto, subir ao Tribunal, de preferência por portador, cujas despesas de transportes serão pagas pelo recorrente, se tiver recursos para pagá-las; se não, o recurso subirá pela via postal.

Recebido no Tribunal Regional Eleitoral, serão autuados, na Secretaria, no mesmo dia e conclusos ao Presidente da Corte que, também, no mesmo dia fará distribuir a um Relator, que dará vista ao Procurador Regional Eleitoral, fiscal da lei, pelo prazo de dois dias. Vencido este prazo, com ou sem parecer, os autos do processo de recurso serão enviados ao Relator que, em três dias, as apresentará em Mesa para julgamento.

O julgamento do recurso poderá se dar em até duas sessões seguidas; geralmente, se dá numa sessão. Nessa sessão, anunciado o julgamento, o Relator faz o relatório; havendo defesa oral, após falar recorrentes e recorridos, como for o caso, será dada a palavra ao Procurador Regional Eleitoral. Em seguida o Relator apresenta seu voto, que é submetido à Corte; colhidos os votos dos demais membros, o Presidente, se houver empate, vota: Num e noutro caso, proclama o resultado. O Tribunal se reunirá para a lavratura do acórdão, que é publicado na mesma sessão, contendo as razões de direito.

A legislação prevê a admissão de vários tipos de recurso em matéria eleitoral, entre esses está o recurso ao Tribunal Regional Eleitoral contra a decisão do Juiz Eleitoral que registrou ou não registrou candidato às eleições municipais. Pelo recurso, o recorrente, demonstrando do seu inconformismo com a sentença do Juiz Eleitoral, dela recorre buscando reformá-la em julgamento do Tribunal Regional Eleitoral. Esse recurso não tem efeito suspensivo, isto é, o contido na decisão continua gerando efeitos: se a sentença não aceitou o registro, não há candidato registrado até que, eventualmente, venha o Tribunal conhecer e dar provimento ao recurso; aí sim, se a decisão for no sentido de registrar, de imediato o candidato será registrado. Todavia, se o Tribunal não conhecer ou não der provimento ao recurso, ainda caberá outro recurso, este ao Tribunal Superior Eleitoral, porém, sempre sem efeito suspensivo. A negativa do efeito suspensivo é no sentido de garantir a realização do pleito sem pendências, ou seja, de evitar que o resultado das eleições possa depender de algum julgamento: quem está registrado disputa, quem não foi registrado não disputa, porque não há candidatura sob condições de eventual registro.

O prazo para interpor recurso é o de três dias da publicação da sentença: a quem impugnou ou foi impugnado é deferido o direito de recorrer, não se necessitando a presença de advogados, como, igualmente não se necessita para impugnar. Geralmente, no entanto, as partes contratam advogado e até especialistas, dada a importância que a decisão reflete na disputa eleitoral.

Esse prazo de três dias é peremptório: se o recurso não for interposto no tríduo, contando-se, também os sábados, domingos e feriados, dá-se a preclusão. Como os recursos de decisão sobre registro de candidatos só ocorrem após 3 de julho, quando os Cartórios Eleitorais e a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral já estão funcionando todos os dias, a contagem dos prazos é corrida, dia a dia.

A preclusão consiste na perda da faculdade de recorrer, por ter ultrapassado prazo de lei: é a preclusão temporal que elimina a possibilidade do conhecimento do recurso (1), e de fato, as circunstâncias da decisão com base no voto do Relator. Se o Relator for vencido, o Presidente designará o autor do voto vencedor para a redação do acórdão.

Da decisão, contados a partir da publicação em sessão, correrão três dias para a interposição de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral.

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral é imediatamente comunicada ao Juiz Eleitoral para dar cumprimento ao acórdão.

SÚMULA 10, DO SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL

No processo de registro de candidatos, quando a sentença for entregue em Cartório antes de 3 (três) dias contados de conclusão do Juiz, o prazo para o recurso ordinário, salvo intimação pessoal anterior, só se conta do termo final daquele tríduo.

RECURSO PARA O TSE

Lei Complementar nº 64.

"Art. 12. Havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, a partir da data que foi protocolizada, a petição passará a correr o prazo de 3 (três) dias para a apresentação de contra-razões, notificado por telegrama o recorrido.

Parágrafo Único. Apresentadas as contra-razões, serão os autos remetidos ao Tribunal Superior eleitoral.

Art. 14. No Tribunal Superior Eleitoral, os recursos sobre registro de candidatos serão processados e julgados na forma prevista nos arts. 10 e 11 desta Lei Complementar.
Art. 15. Transitada em julgado a decisão que declarar inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.

O recurso para o Superior Tribunal Eleitoral é protocolado na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral; desse protocolo mediante telegrama de intimação, passa a correr o prazo de três dias para o recorrido apresentar as contra-razões. Com as contra-razões o Presidente mandará subir os autos à consideração do Tribunal Superior Eleitoral.
O julgamento do recurso no Superior Tribunal Eleitoral se processa da mesma forma que no Tribunal Regional Eleitoral, isto é, consoante os arts, 10 e 11, da Lei Complementar nº 64.
A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, salvo se nela se enfrentou matéria constitucional, é definitiva; portanto, transitada em julgado, se irradiam conseqüências práticas: o registro do candidato será negado, caso a inelegibilidade for declarada, será cancelado o registro, se tiver sido registrado por força de decisão anterior, ou se o candidato se elegeu e foi diplomado enquanto pendia de julgamento o recurso, será o diploma declarado nulo.

CASOS DE RECURSO AO STF
Constituição Federal
"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição cabendo-lhe
III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
a) contrariar dispositivo desta Constituição.
b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal".

Como é função precípua do Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, as decisões dos Tribunais Superiores, e entre elas as do Superior Tribunal Eleitoral que contrariarem dispositivo da Lex Magna ou declararem a inconstitucionalidade de lei federal, serão, verificadas na Superma Corte pela via do recurso extraordinário.
O processamento do recurso ordinário se dá conforme as normas do Código do Processo Civil, art. 541 e sgs. e as do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
Como nesse recurso só se discute matéria constitucional, é vedado nele se deduzir matéria fática, mesmo que seja de erro na apreciação do julgamento "in concreto" (1) só se discute direito em tese, no campo da Constituição.
A possibilidade da interposição do recurso extraordinário se dá quando o Superior tribunal Eleitoral, apreciando recurso que lhe é submetido, dê interpretação incompatível com a Constituição, contra seus princípios ou o seu sistema, ou se opondo a seus dispositivos ou afastando a sua incidência (2).
Nos recursos extraordinários votam os Ministros com assento no Tribunal Superior Eleitoral, mesmo que tenham decidido a matéria recorrida.

• Do livro ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 1966, de Mayr Godoy, editado pela Livraria Editora Universitária de Direito, São Paulo.

PROJETOS LEGISLATIVOS

Projeto de Lei nº
de 2 de julho de 1996.

Cria o Centro de Indústrias Não Poluentes Antonio Ermírio de Moraes e dá providências.

O Prefeito Municipal de..., BA

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte.

Art. 1º Fica criado o Centro de Desenvolvimento de Indústrias Não Poluentes Antonio Ermírio de Moraes, CINPAEM, localizado, no edifício Siderúrgica Barra Mansa, a Rua....., nº.....
Art. 2º A área construída do Centro será parcelada e cedida, gratuitamente a pequenas indústrias para instalação e funcionamento.
Parágrafo Único. O prazo da cessão de direito real de uso a ser dado é de vinte anos, podendo ser renovado.
Art. 3º Os contratos de cessão estabelecerão:
I - uso exclusivo do imóvel para produção industrial não poluente;
II - cessão de área, comprovadamente necessária, não superior a 400 m2, para cada indústria;
III - respeito ao regulamento interno do Centro;
IV - pagamento das despesas de conservação do imóvel, do consumo de energia elétrica, água e esgotos;
Parágrafo Único. Dentro das possibilidades, a Prefeitura poderá proporcionar, às indústrias, serviço comum de telefonia, de cabine primária de energia elétrica, coleta de resíduos industriais sólidos e líquidos e segurança.
Art. 4º As empresas instaladas no CINPAEM ficam isentas de impostos municipais e taxas de localização.
Art. 5º A área não edificada do complexo do CINPAEM poderá ser cedida, em idênticas condições, para depósito de insumos ou produtos industriais, em espaço de até 500 m2, às empresas ali instaladas.
Art. 6º A presente lei será regulamentada por decreto.
Art. 7º Ficam incluídos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual; o programa de criação e execução do CINPAEM, correndo as despesas, no presente exercício, à conta dos recursos do código 4.1.2.0.
Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MVNICIPIVM®
APOIO JURÍDICO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

5º ANIVERSÁRIO
ÍNDICE DAS MATÉRIAS PUBLICADAS DO NÚMERO 49 AO 60

• AÇÃO CIVIL PÚBLICA - condenação do Prefeito ao pagamento do valor do equipamento: compra de uma espargideira de asfalto diretamente do produtor; padronização de marca; inexigibilidade de licitação. Razões de Contestação. Trabalho Forense. Pág. 1 - Nº 49.

• AÇÃO CIVIL PÚBLICA - imposto predial e territorial urbano. Inconstitucionalidade de alíquotas. Ilegitimidade do Ministério Público para a propositura da ação. Prejuízo a grupo específico. Interesse coletivo ou difuso não afetado. Carência da ação. Recurso provido. Aploicação Jurisprudencial. Pág. 8 - Nº 58.

• AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Preliminares argüidas em alegações finais. Ilegitimidade ativa do Ministério Público. Inépcia da inicial. Jurisprudência. Trabalhos Forenses. Pág. 4 - Nº 59.

• ADICIONAIS SOBRE A SEXTA PARTE - Aplicação do disposto no art. 36, XIV da CF; e 17 do ADCT. Inexistência de direito adquirido frente à Constituição. Consulta. Pág. 7 - Nº 60.

• ACUMULAÇÃO - mandato de Vereador e cargo em comissão na Administração Federal: inexistência. Entendimento de dispositivo da Lei Orgânica Municipal. Pág. 6 - Nº 49.

• ACUMULAÇÃO - empregado de empresa estadual concessionária de serviços municipais de água e esgotos e mandato de Vereador: inexistência. Entendimento da matriz constitucional confrontada com a disposição da LOM. Pág. 5 - Nº 49.

• ATRIBUIÇÕES - Delegação do Prefeito aos Secretários Municipais, ao Chefe de Gabinete, ao Procurador Geral do Município, aos Coordenadores de Programas e aos Presidentes de Comissões. Projetos Legislativos. Pág. 4 - Nº 51.

• APOSENTADORIA - prova de tempo de serviço. Exigência de contribuição: imposição constitucional dos artigos 195, I, II e §5º, 201, caput e §2º e 202, caput e §2º. Recepção de lei local com as exigências constitucionais. Atividade privada pendente de lei na interpretação do STJ. Consulta. Pág. 6 - Nº 51.

• CAMPANHA ELEITORAL - 1. Despesas. 2. Comitês Financeiros. 3. Administração. 4. Doações. 5. Gastos Eleitorais. Doutrina. Pág. 1 - Nº 59.

• CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - Direito novo. Redução das exigências a existência de obra pública. Revogação de disposições do direito velho. Preliminares em ação cautelar. trabalhos Forenses. Pág. 5 - Nº 60.

• CPI - fato determinado e prazo certo: inorrência. Proporcionalidaade partidária na Comissão. Participação do Requerente da CPI. Razões em Mandato de Seguranca. Trabalhos Forenses. Pág. 1 - Nº 51.

• CONCESSÃO de boxes do Mercado Municipal para produtores rurais. Aplicação da Lei nº 8987, de 13.02.95 e da Lei Nº 8666, de 21.06.93. Consutla. Pág. 6 - Nº 51.

• CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BUROCRÁTICOS: NULIDADE DO ATO DE FRENTE A CONSTITUIÇÃO, INEXISTÊNCIA DE DIREITOS INDENIZATÓRIOS. SOLUÇÃO NO CASO CONCRETO. Consutla. Pág. 7 - Nº 51.

• CONTAS - julgamento pela Câmara; inexistência de prazos. Parecer prévio contrário. Impedimento de Vereador ex-Secretário da gestão das Contas: licenciamento. Consulta. Pág. 4 - Nº 52.

• COMISSÃO DE FESTEJOS - função do Executivo vedada ao Vereador pelo princípio da separação de poderes. Mandato e prestação de contas: inconciliaridade com a Vereança. Consutla. Pág. 5 - Nº 52.

• CONTRATO DE TRANSPORTE - Valor a ser tomado pelo período. Pagamentos mensais. Imposição da Licitaçnao pela modalidade do Convite. Consutla. Pág. 5 - Nº 58.

• CONTRATO - inviabilidade de competição e inexigibilidade de licitação prévia. Serviços Técnicos Especializados de natureza singular. Notória especialização. Parecer. Pág. 1 - Nº 54.

• CALENDÁRIO ELEITORAL - atos, datas, e prazos marcados pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições municipais de 1996. Pág. 7 - Nº 54.

• CONTAS MUNICIPAIS - derrubada do Parecer Prévio do Tribunal de Contas que era favorável. Rejeição das Contas do Prefeito. Edilidade que agiu dentro da mais estreita legalidade. Inexistência de violação de preceito constitucional que garante, nos processos judiciais e administrativos, a observância do contraditório e da ampla defesa. Recurso do Prefeito improcedente. Aplicação Jurisprudencial. Pág. 8 - Nº 54.

• CONTRATO - contratação direta, por prazo limitado, em caso de emergência. Rescisão de contrato de coleta e transporte de lixo: configuração da hipótese. Impedimento de contratação com os signatários dos pactos anulados. Parecer. Pág. 1 - Nº 55.

• COLIGAÇÕES - candidaturas majoritárias e proporcional; cálculo de vagas para a Câmara Municipal. Registro independente para os cargos proporcionais. art. 64, §3º, da Lei nº 9.100 - abrangência. Consulta. Pág. 4 - Nº 58.

• DOCUMENTOS - requerimento solicitando cópias; desaparecimento. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso. Prazo dilatado para resposta. Pág. 7 - Nº 49.

• DESAPROPRIAÇÃO - para assentamento de determinada indústria. Doação pelo interessado, da quantia necessária ao depósito: impossibilidade jurídica, desvio da finalidade do instituto. Consulta.Pág. 7 - Nº 58.

• DOAÇÃO de bens imóveis do Estado a entidade municipalista. Competência da União. AutorizaçãoLegislativa. Consulta. Pág. 7 - Nº 58.

• ELEIÇÕES - 1996- Argüição de Inelegibilidade. Pedidos de impugnações. Contestação de impugnação. Decisão da impugnação. Recurso para o TRE. Recurso para o TSE. Casos de recurso ao STF. Doutrina. Pág. 3 - Nº 60.

• ENSINO - atuação prioritária do Município no pré-escolar. Opção constitucional. Eficácia da LOM. Consulta. Pág. 6 - Nº 60.

•FUNDO DE PREVIDÊNCIA - construção de prédio para arrendamento à Prefeitura. Legalidade do ato. Competência da Diretoria, por iniciativa do Presidente. Inversão Imobiliária como forma de solidificar o capital. Exigências Legais. Parecer. Pág. 2 - Nº 55.

• FISCALIZAÇÃO - livre acesso do Vereador às repartições públicas municipais; descabimento. A função fiscalizadora é exercida pelo Poder Legislativo e não pelos seus integrantes isoladamente. Consulta. Pág. 4 - Nº 53.

• FERIADOS - feriados civis federais e estaduais; feriados religiosos municipais. Lei nº 9093, de 12 de setembro de 1995. Legislação Explicada. Pág. 3 - Nº 51.

• INATIVOS - extensão de disposições de enquadramento de servidores na atividade; Instituição de abono, especial, provisório de compensação. Revisão de proventos para adequação ao direito novo. Vantagem pessoal garantidora do princípio da irredutibilidade. Extinção de gratificações especiais e de vantagens pecuniárias por inadequação. Constitucionalidade manifesta. Parecer. Pág. 1 - Nº 60.

• INICIATIVA DE PROJETO DE LEI - ingerência do Legislativo no campo de atuação do Executivo ocorrência. consolidação de leis sobre a guarda municipal. Alteração da denominação e atribuições, além da criação de corpo feminino - Ofensa ao artigo 5º da Constituição Estadual - Intervenção determinada. Aplicação Jurisprudencial. Pág. 8 - Nº 60.

• INELEGIBILIDADES 1. Elegibilidade. 2. Inelegibilidades Constitucionais. 3. Inelegibilidades Absolutas. 4. Inelegibilidade Relativa. 5. Desincompatibilização. Doutrina. Pág. 1 - Nº 58.

• IPTU - antecipação: impossibilidade jurídica. Extinção do crédito Tributário. Anualidade do IPTU. Isonomia. Consulta. Pág. 6 - Nº 51.

• INELEGIBILIDADE para candidato a Prefeito. Lei Complementar nº 64, de 18.05.90. Lei nº 9.100, de 29.09.95. Presidente da Câmara Municipal: desnecessidade de afastamento. Consulta. Pág. 5 - Nº 55.

• INELEGIBILIDADE - território do Município: o cônjuge, os parentes consangüíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção do Prefeito ou de quem o haja substituído nos seis meses anteriores ao pleito, excluídos os candidatos à reeleição. Consulta. Pág. 6 - Nº 57.

• INICIATIVA PRIVATIVA - projeto de lei que trata da contratação para cargos, funções ou empregos na Administração Pública Municipal. Matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo. Controle prévio do Legislativo. Inconstitucionalidade formal. Consulta. Pág. 7 - Nº 57.

• INELEGIBILIDADE: Vereador pai do Prefeito candidato a Vice-Prefeito e dirigente sindical. Consulta. Pág. 7 - Nº 57.

• INCONSTITUCIONALIDADE - Artigo 82, §1º, letra "e", da Lei Orgânica do Município. Concessão de direitos estipendiários aos servidores municipais - Inadmissibilidade de iniciativa legiferante cabente ao Prefeito Municipal - Pedido procedente. Benefícios aos servidores públicos dependerá de propositura legislativa enderecada pelo Prefeito a exame e deliberação da Câmara de Vereadores. Aplicação Jurisprudencial. Pág. 8 - Nº 57.

• LDO - emenda aditiva no Legislativo. Formalismo do art. 166, §§2º e 4º. Desvio de Poder. Veto rejeitado. Conseqüências. Consulta. Pág. 7 - Nº 57.

• LEI COMPLEMENTAR - inconstitucionalidade de face à Lei Orgânica do Município: impossibilidade. Maioria absoluta - voto do Presidente. Empate - igualdade de condições. Informações prestadas ao Ministério Público. Trabalhos Forenses. Pág. 5 - Nº 54.

• LEI - conteúdo e forma, Vontade Legislativa; Vontade do Autor; vontade do Poder; vontade do Executivo; vontade do Legislativo; vontade da Comunidade; grupos de pressão; lobismo, vontade de Legislador. Estudo. Pág. 1 - Nº 52.

• LICITAÇÃO DESERTA - Caracterização. Contratação direta - Admissibilidade: exigências legais. Consulta. Pág. 5 - Nº 60.

• MULTA - Poluição - Município - Admissibilidade - Ausência de quebra de autonomia constitucional - Pessoa jurídica de direito público interno que não está imune ou isenta do cumprimento da lei - Recursos não providos. Aplicação Jurisprudencial. Pág. 7 - Nº 49.

• MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por Prefeitura Municipal contra ato de agente local da Sabesp, objetivando evitar corte no fornecimento de água a repartição municipal - Segurança concedida - O fornecimento de água não pode ser sustado ou cortado de repartição pública, dado o caráter de obrigatoriedade de seu fornecimento em decorrencia do pagamento de taxa, ainda, que não utilizado o serviço ou consumida a água. Aplicação Jurisprudencial. Pág. 7 - Nº 52.

• ORÇAMENTO - data da entrega da proposta à Câmara. Entendimento de dispositivo da LOM. Inaplicação do art. 35, §2º, III, do ADCT. normatização pela LDO. Pág. 4 - Nº 49.

• PROJETO DE LEI - Cria Centro de Indústrias Não Poluentes e dá providências. Projeto Legislativo. Pág. 5 - Nº 60.

• PRESIDENTE DA CÂMARA - inelegibilidade para Prefeito. Substituição do Chefe do Poder Executivo nos seis meses anteriores ao pleito; inelegibilidade. Reeleição. Consulta. Pág. 6 - Nº 59.

• POLUIÇÃO AMBIENTAL - competência municipal para vedar às indústrias, uso de material poluente. Jateamento de areia seca; efeitos danosos; tecnologias anti-predatórias. Parecer. Pág. 1 - Nº 53.

• PREFEITO - afastamento do Município e do País por prazo inferior a quinze dias. Desnecessidade de licença da Câmara Municipal. Entendimento do art. 83 da Constituição Federal. Consulta. Pág. 5 - Nº 51.

• PARQUE INDUSTRIAL - doação de áreas. Interpretação do art. 17, I, b, da Lei de Licitações frente à Constituição. Decisão liminar do Excelso Supremo Tribunal Federal: inconstitucionalidade do dispositivo que veda a doação por Município. Consulta. Pág. 5 - Nº 52.

• PUBLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEI - PRINCÍPIO DA AUTORIDADE - A vigência da lei pressupõe sua publicação, que integra o processo legislativo, e há de ser feita em órgão oficial, sendo irrelevante a publicidade extra - oficial. A data da publicação da lei não é a do órgão oficial que a veicula, mas a da efetiva circulação deste. Apelação provida. (TRF - 5ª Região - 1ª T.; Ap. de MS nº 33.525 - Al; Rel. Juiz Hugo Machado; j. 18.11.93; v.u.). Aplicação Jurisprudencial. Pág. 6 - Nº 53.

• PERMUTA - interesse público; avaliação; atendimento das finalidades precípuas da Administração; compatibilidade com o valor de Mercado. Lei Autorizativa. Consulta. Pág. 5 - Nº 55.

• REMUNERAÇÃO DE VEREADORES - conceito de receita. Ingressos financeiros que compõem a base de cálculos prevista constitucionalmente. Ingressos não computados. Consulta. Pág. 6 - Nº 58.

• REMUNERAÇÃO - projeto de resolução fixando a remuneração dos Vereadores para a legislatura seguinte. Projeto Legislativo. Pág. 3 - Nº 55.

• VEREADOR - residência no Município; exercício de cargo público em outra localidade: proibição por incompatível a dupla justificativa de domicílio. Consulta. Pág. 5 - Nº 58.

TRABALHOS FORENSES

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. Direito novo. Redução das exigências a existência de obra pública. Revogação de disposição do direito velho. Preliminares em Ação Cautelar.

PRELIMINARMENTE

1. Há direito novo no Brasil desde 5 de outubro de 1988, Na Constituição Federal, no seu art. 145, III, o Município foi autorizado a instituir "contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas".

2. Em direito precedente, pela Emenda nº 18, de 01.12.65, à Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946, foi instituída, no art. 19, a Contribuição de Melhoria que destinava a "fazer face ao custo de obras públicas de que - decorresse - valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra - resultasse para cada imóvel beneficiado".

3. Essa disposição constitucional foi regulamentada no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25. 10.66, nos artigos 81 e 82, cujo texto seria ocioso transcrever, por superado e no qual se arrimou o Autor.

4. Àquela disposição inicial, seguiu-se o texto da Constituição do Brasil de 1967, que no art. 19, dizia competir à União, aos Estados, ao distrito Federal e aos Municípios arrecadar:

> "III - Contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados pelas obras públicas que os beneficiaram".

5. Tal dispositivo constitucional foi objeto de regulamentação pelo Decreto lei nº 195, de 24.02.67, que perdeu sua eficácia, com a Emenda nº 23.

6. Pela Emenda nº 1, de 1969, àquela Constituição, voltou-se ao texto anterior, dispondo a Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 18, II, que a contribuição de melhoria seria:

> "arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas, que terá como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

7. Em 1º de dezembro de 1983 foi promulgada a Emenda nº 23, que alterou o inciso II, do art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil, modificando a incidência do tributo para excluir a existência de causalidade entre a obra pública e a valorização do imóvel, ficando assim estatuído:

> "II - contribuição de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas, que terá como limite total a despesa realizada".

8. O Constituinte de 1988 evolui para simplificar dispositivo, assim redigindo o art. 145, III, da Constituição Federal:

> "III - Constituição de Melhoria, decorrente de obras públicas".

9. Já, na legislação infra-constitucional, desde 24.02.67, estavam revogados os art. 81 e 82, do Código tributário Nacional, que dispunham sobre contribuição de melhoria, e, desde 01.02.83, as disposições do citado Decreto-lei nº 195, por força da comentada Emenda nº 23. Desta data em diante, não há, mais, nenhuma disposição em vigor para a matéria de contribuição de melhoria, entregue, agora, ao alvedrio único dos entes federados dentro da amplitude enunciada na concisão do vigente art. 145, III, da Constituição Federal.

10. Com esta remissão histórica aos dispositivos constitucionais e às leis complementares desses dispositivos, resulta evidente que o Município pode instituir a contribuição de melhoria "decorrente de obra pública", sem necessidade de estabelecer relação de causalidade entre a obra pública e a valorização do imóvel, aliás, nem mais referida pelo Constituinte.

11. A concisão e precisão do dispositivo constitucional não deixam nenhuma outra interpretação, que não seja a cobrança da contribuição de melhoria, pelo Poder Público, face à realização de obra pública, evidentemente, a ser cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, pouco importando se foram ou não foram acrescidos de valorização em decorrência da realização da mesma obra pública.

12. A jurisprudência e a doutrina colacionados, pelo Autor, referem-se ao direito anterior; a única que enfrentou o direito novo, só robustece a tese da Contestante, daí porque a reproduzimos

> "Inexiste no texto da Constituição a exigência da configuração anterior do tributo, a valorização da obra considerada. O benefício, pois, passa a ser um corolário da prova de existência do fato gerador típico e único que é a existência de obras públicas realizadas.
> Divergente se torna a caracterização, pois, do fato gerador, na nova Constituição (art. 145, III), da anterior (art. 18, II, e Emenda Constitucional nº 23/83), a exigir a obra pública e o imóvel valorizado pela mesma. Finalmente, o limite da cobrança continua a ser despesa ou custo da obra, na especificação da segunda parte do art. 81 do Código Tributário Nacional ("... tendo como limite total a despesa realizada..."). (Ac. un. da 1ª C do 1º TAC SP - AC 469.584-3 - REL Rovilson Antonio Pascoal - emenda I.O.B., por transcrição parcial. (Revista IOB. 1/5979).

13. Falta, portanto, razão que embase a **causa petendi** e, por essa circunstância deve o pedido ser indeferido, **in limine.**

CONSULTAS

LICITAÇÃO DESERTA - caracterização. CONTRATAÇÃO DIRETA - admissibilidade: exigências legais.

Consulta-nos a Prefeitura de ..., SP, sobre a matéria ementada.

Respondemos.

1. Quando a Administração procede ao concurso licitatório, mesmo na modalidade de convite, e não acorrem, dos muitos convidados, pelo menos, três licitantes com propostas válidas, frustra-se o procedimento, resultando a deserção do certame.

2. Assim tem entendido o Tribunal de Contas da União (DOV, 11.08.93, pág. 11.630) e a doutrina -

> "Ao ensejo, deve ser registrado que, como no convite, é exigida a apresentação de três propostas válidas, para sua regularidade, não tendo o certame alcançado esse número de ofertantes, considera-se a licitação também deserta" (Jorge Ulisses Jacob Fernandes,

determinado, ante a disposição contraída em convênio. Esse prejuízo não precisa ser aquele posto no inciso IV, do mesmo art. 24, da Lei nº 8.666. Comentando o dispositivo, Marçal Justo Filho disse

> "Não se exige um prejuízo irreparável ou a periclitação da integridade ou segurança de pessoas, et. O vocábulo "prejuízo" apresenta, nesse dispositivo, significação muito mais ampla" (Comentários a Lei de Licitações e Contratos, 2ª ed. AIDE, 1994, pág. 138).

10. **Data vênia**, dos pareceres constantes do processo, em que se opina por nova licitação, entendemos que há o prejuízo exigido na lei, e que se pode dispensar a licitação, mesmo se tratando da modalidade de convite.

Assim, mantidas todas as condições preestabelecidaas, deve ser dispensada a licitação para os três ítens restantes e contratar diretamente, com respaldo no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666.

É como entendemos.

•

ENSINO - atuação prioritária

APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL

INICIATIVA DE PROJETO DE LEI - Ingerência do Legislativo no campo de atuação do Executivo - Ocorrência - Consolidação de leis sobre a guarda municipal - Alteração da denominação e atribuições, além da criação de corpo feminino - Ofensa ao artigo 5º da Constituição Estadual - Intervenção determinada.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, julgando em 15.02.95, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 21.060-0, entendeu pela incompetência do Vereador em tornar a iniciativa do projeto de lei reservada ao Chefe do Poder Executivo.

Eis a parte decisória do v. acórdão -

" O Sr. Prefeito Municipal de..., ajuizou ação direta de inconstitucionalidade da lei mun. nº 4.094, de 9.2.93, de iniciativa do vereador e promulgada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em conseqüência de rejeição de veto aposto pelo Chefe do Executivo. A lei consolida leis sobre a Guardinha Municipal e, segundo a inicial, invadiu a esfera privativa do Executivo, trazendo em seu bojo modificações de texto com inserção, supressão e alteração de disposições, o que implicou em dispor sobre organização e funcionamento da Administração, ferindo o princípio da independência e harmonia entre os poderes consagrado na Constituição Estadual, art. 5º, afrontando ainda seu art. 144. Citou como exemplos o "caput" do art. 2º (limite de idade dos menores), inc, II do art. 2º (cria a corporação feminina); e arts 5º a 8º (criam competências à Secretaria Municipal de Transportes). Indeferida a liminar, a Câmara Municipal prestou informações, limitando-se a aspectos formais, e a Procuradoria-Geral do Estado pediu sua exclusão do feito. O parecer da Procuradoria-Geral de Justiça veio pelo acolhimento do pedido.

Nada a decidir quanto à Procuradoria-Geral do Estado, uma vez que sua citação se fez em obediência à determinação legal, mas, de fato, nenhum interesse tem no feito.

A lei municipal em tela (cfr. f. 106 e seguintes) consolida as leis sobre a Guardinha Municipal, corrige-lhe a denominação para Guarda-Mirim e cria a corporação feminina. Na verdade, conforme salientado no parecer do Ministério Público encartado nos autos e assinado pelo Procurador-Geral da Justiça, o texto insere alterações que são de competência exclusiva do Executivo. Assim é que, dispondo sobre nova faixa etária de seus componentes, criou a corporacão feminina e concedeu gratificações a eles, "a título de estímulo" e "amparo filantrópico". Define-lhes atribuições e subordina a Guarda à Secretaria Municipal de Transportes, - órgão, evidentemente, do Executivo, dispondo que esse órgão administrativo poderá designar guardas-mirins para estagiar junto a outros órgãos municipais. Estabelece competência do Sr. Prefeito Municipal para nomeação e desligamento de guardas-mirins e estabelece que, quando candidatos a cargo ou emprego público municipal, "contarão a seu favor 10 pontos, desde que em sua fé-de-ofício não conste qualquer punição". As despesas decorrentes da lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Como se vê do resumo acima, as normas editadas se inserem no campo da administração local, de responsabilidade do Executivo. Como salientado no parecer referido, com base em lição de José Afonso da Silva ("O Município da Constituição de 1988", Ed. RT, 1989, pág. 12), o Prefeito exerce "funções de governo relacionadas com o planejamento da administração local e funções administrativa entre as quais sobrelevam a nomeação de seus auxiliares, o provimento de cargos públicos municipais, a expedição de atos referentes à vida funcional dos servidores locais" (f. 132).

Os atos relativos à organização das chamadas Guardas Mirins são atos concretos e específicos de administração, dirigidos a objetivos imediatos, concretos e especiais, aplicando-se a espécie a lição de Hely Lopes Meirelles, transcrita às fls. 122. Bastaria lembrar a criação de órgão e sua vinculação à Secretaria Municipal de Transportes para evidenciar a mácula de inconstitucionalidade, que, inclusive por isso mesmo, atinge todo o diploma, vetado pelo Sr. Prefeito mas, não obstante, promulgado pelo Legislativo.

Ante o exposto, julgam procedente o pedido e declaram a inconstitucionalidade da lei mun. de..., nº 4.094, de 9.2.93, por ofensa ao art. 5º da Constituição Estadual, oficiando-se na forma usual".

AGENDA MUNICIPALISTA

PARTICIPE

- **XXIII Congresso da Organização Iberoamericana de Cooperação Inter-Municipal**, da OICI, em Lisboa, Portugal, de 15 a 18 de outubro de 1996.
- **XXII ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORES MUNICIPAIS**, do IBDM, em Recife, PE, de 4 a 7 de agosto de 1996.
- **VII SIMPÓSIO IBEROAMERICANO SOBRE MEIO AMBIENTE E MUNICÍPIO**, da OICI, Bogotá, Colômbia, de 23 a 26 de Junho de 1996.
- **RESPONSABILIDADES DOS AGENTES POLÍTICOS**, curso da ENSUR-IBAM, Rio de Janeiro, RJ, de 19 a 23 de agosto de 1996.

MVNICIPIVM
APOIO JURÍDICO ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS
RESPONSÁVEL
MAYR GODOY
Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo
OAB - SP Nº 10.900
Secretária • Dione Vieira Beraldo
Digitação • Marcelo Vieira de Almeida
Editoração Eletrônica e Impressão • Center Graph Serviços Gráficos Ltda. (011) 577-6708
ASSINATURAS E CORRESPONDÊNCIA:
R. NORUEGA, 268 - JARDIM EUROPA-SÃO PAULO-SP
CEP 01448-020-FONE: (011) 3064-0850
FAX: (011) 3064-3294

A transcrição, no todo ou em parte, é permitida desde que citada a fonte.